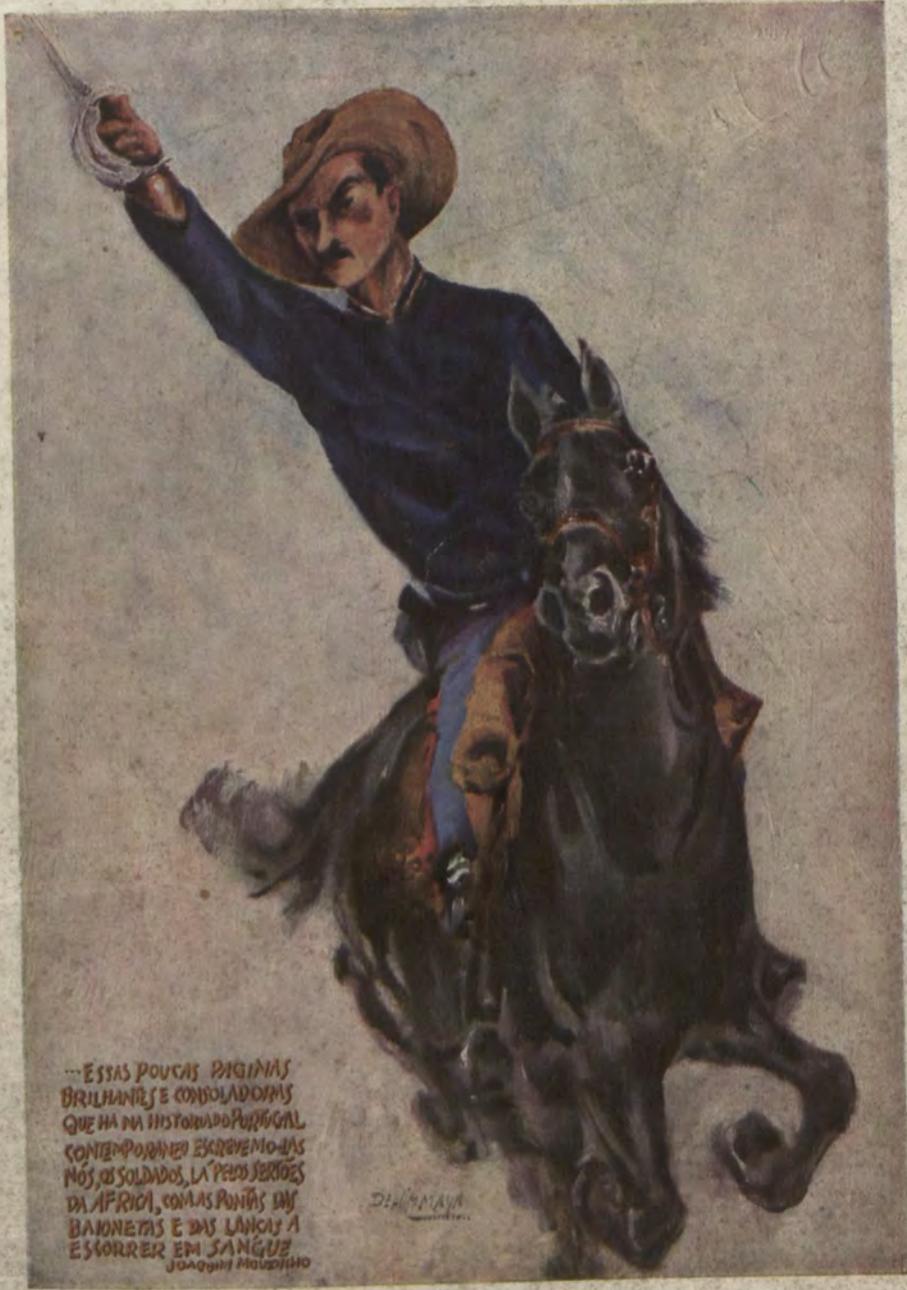


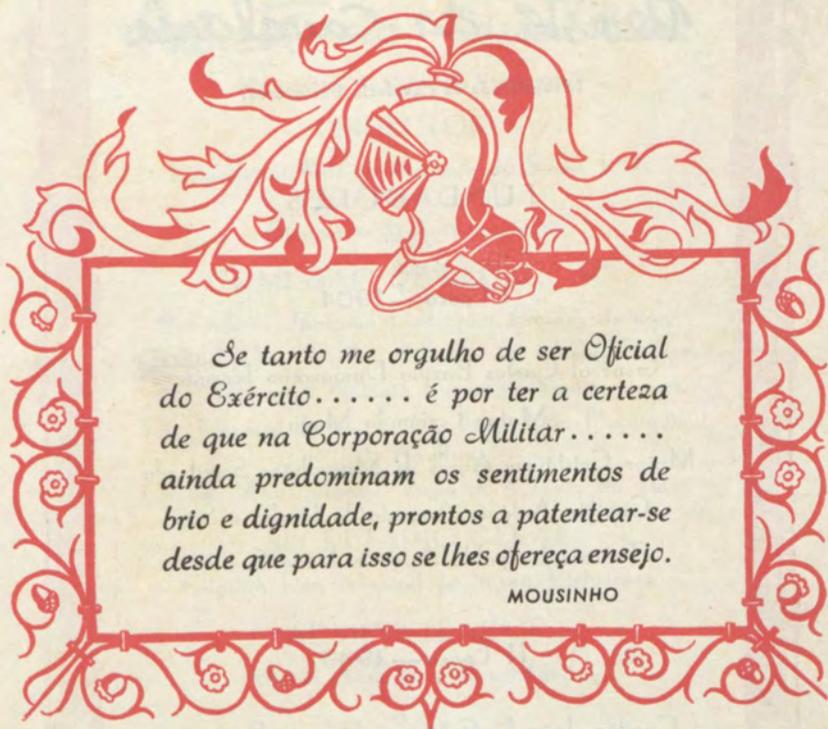
BIBLIOTECA DO EXERCITO
Nº 1.204 (Antiga Biblioteca do E. M. E.)
Nº 1204

Revista da Cavalaria



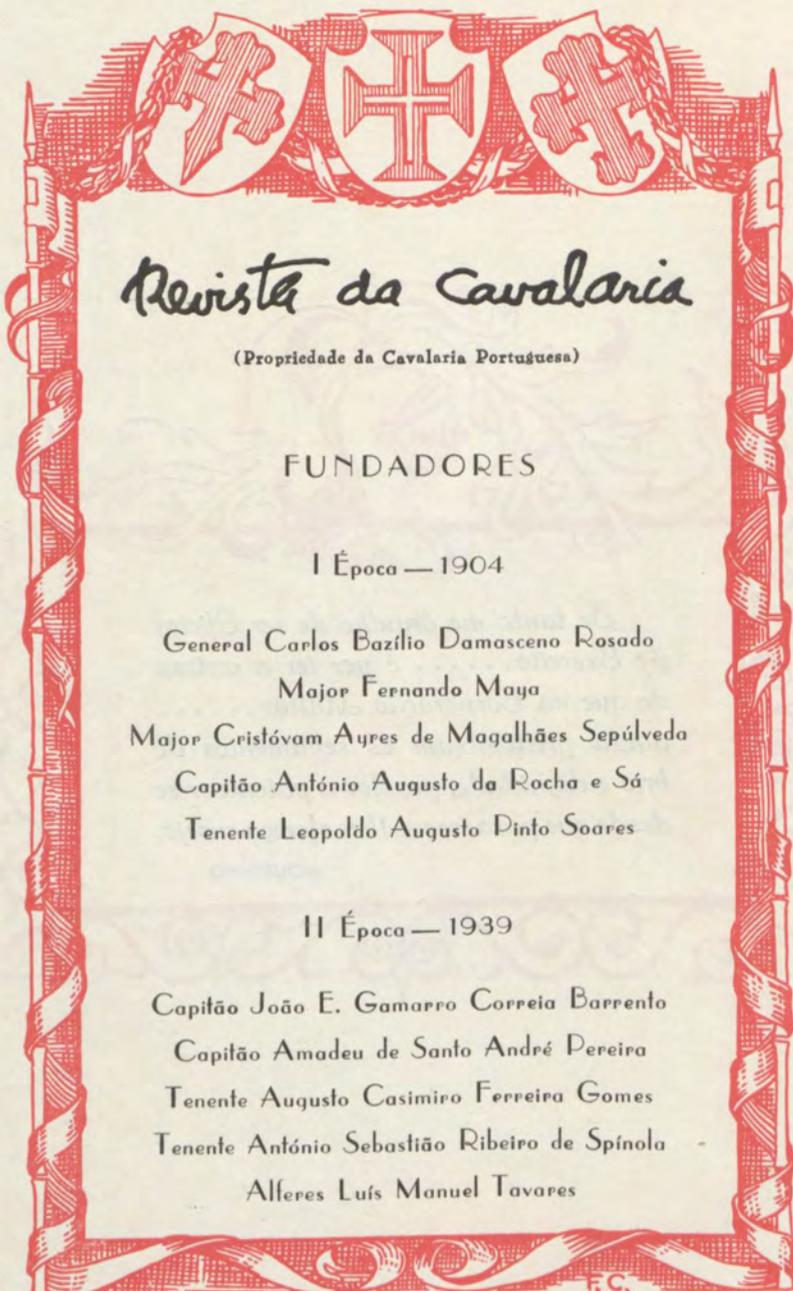
...ESSAS POUCAS PAGINAS
BRILHANTES E CONSOLADORAS
QUE HA NA HISTORIA DO Povo
CONTEMPORANEO ESCRREVEMO-LAS
NOS, OS SOLDADOS, LA PELO SERVIDOR
DA AFRICA, COMAS PONTAS DAS
BAIONETAS E DAS LANÇAS A
ESSORRER EM SANGUE
Joaquim Manoel

ANO DE 1962



*Se tanto me orgulho de ser Oficial
do Exército..... é por ter a certeza
de que na Corporação Militar.....
ainda predominam os sentimentos de
brio e dignidade, prontos a patentear-se
desde que para isso se lhes ofereça ensejo.*

MOUSINHO



Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

FUNDADORES

I Época — 1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha e Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

II Época — 1939

Capitão João E. Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu de Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António Sebastião Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

DIRECTOR

Brigadeiro António Augusto de Sousa Dias
Ribeiro de Carvalho

(Director da Arma de Cavalaria)

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Brigadeiro Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Coronel Res. Carlos Alberto de Serpa Soares
Coronel António Ramalho Xavier
Ten.-Coronel do C. E. M. José João Henriques
de Avellar

Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva

SECRETÁRIO GERAL

Capitão Res. Manuel de Sousa Victoriano

ADMINISTRADOR

Alferes Américo Alves Martins

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — LISBOA

Composto e impresso na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Preço: 35\$00

(Subsidiado pelo Ministério do Exército)



SUMÁRIO

Patrono da Arma:

— A última vontade do Grande Capitão	9
— Placa Comemorativa do Patrono da Arma	13
— Quadro de Honra	16
— O Curso «MOUSINHO DE ALBUQUERQUE» na Academia Militar	18

Historial, Tradição e Culto da Arma:

— General <i>João Alexandre Castro Carrasco</i> — A Cavalaria em Moçambique	21
— Capitão <i>António Octávio Dias Machado</i> — Hora Cavaleira	23
— Dia da Cavalaria em 1962	25
— O Culto do Dever	30
— Para ti, Soldado Amigo!	33
— Tributo de Sangue: Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha no ano de 1962	35
— <i>Homenagem</i> : Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca	50
— General Venâncio Augusto Deslandes	52
— Capitão-de-Mar-e-Guerra António da Cunha Aragão	54
— Capitão Rui Coelho Abrantes	56
— 1.º Cabo Francisco Silvério da Cunha Carvalho	58
— 1.º Cabo Martinho António Pavia Albano	60
— 1.º Cabo Florentino Ferreira Cardoso	62
— 1.º Cabo José Augusto Sabino	64
— Soldado Manuel Bonifácio Charneca Travessa	67



Fastos da Cavalaria:

- Aspirante *Miliciano Assis Pacheco* — Mufilo, Angola, 1907 71
- Tenente *Filomeno Jorge M. Garcia* — Naulila, Angola, 1914 78
- Tenente-Coronel *Vasco da Costa Salema* — O Regimento de Voluntários Reais 82

Doutrina e Cultura Militares:

- Capitão *João da S. Rocha Pinto* — Cavalaria em Angola 99
- Alferes *Lopes Gomes* — Uma Patrulha em S. Tomé 105
- Alferes *Miliciano Sílvio Bairrada* — Comando Noturno 110
- Capitão *António Octávio Dias Machado* — Carregar!... As Unidades de Reconhecimento de Cavalaria na Guerra Moderna 113
- Capitão *Carlos Alexandre de Moraes* — As Unidades Blindadas e a Capacidade de Carga de Pontes 127
- Aspirante a Oficial *Jorge M. Mário da S. Duarte* — Variações de personalidade e capacidade de ajustamento 143
- Alferes *Mário A. de Jesus da Silva* — Uma opinião sobre o método «Frecc M. 47» (ou M-24, ou E. B. R.) 148
- Capitão *Duarte Silva* — Sistema de projecção Martinete 152

O Ano Hípico de 1962:

- Coronel *Marquês do Funchal* — Comentário noticioso 159
- Galeria dos Campeões 165
- Capitão *Jorge Mathias* — Aspectos Hípicos de Lourenço Marques 170

Jornais, Revista, Livros:

- O «345» 175
- Três folhetos do Tenente Barão da Cunha 177
- Realizar o impossível 178
- Destacamento de intervenção de Helicópteros 181
- Os Blindados na Era Atómica 190

Almanaque:

- I - Ingresso nas Fileiras 196
- II - Promoções 198
- III - Condecorações 201
- IV - Louvores em Campanha 205
- V - Transferências 211
- VI - Abates às Fileiras 212

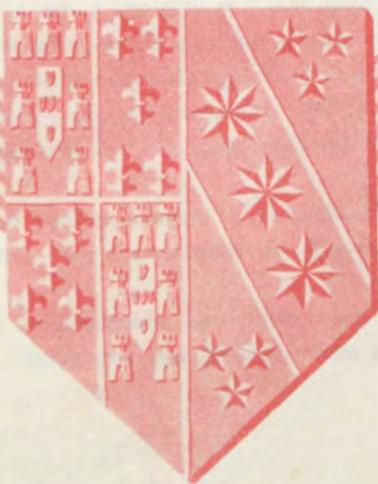
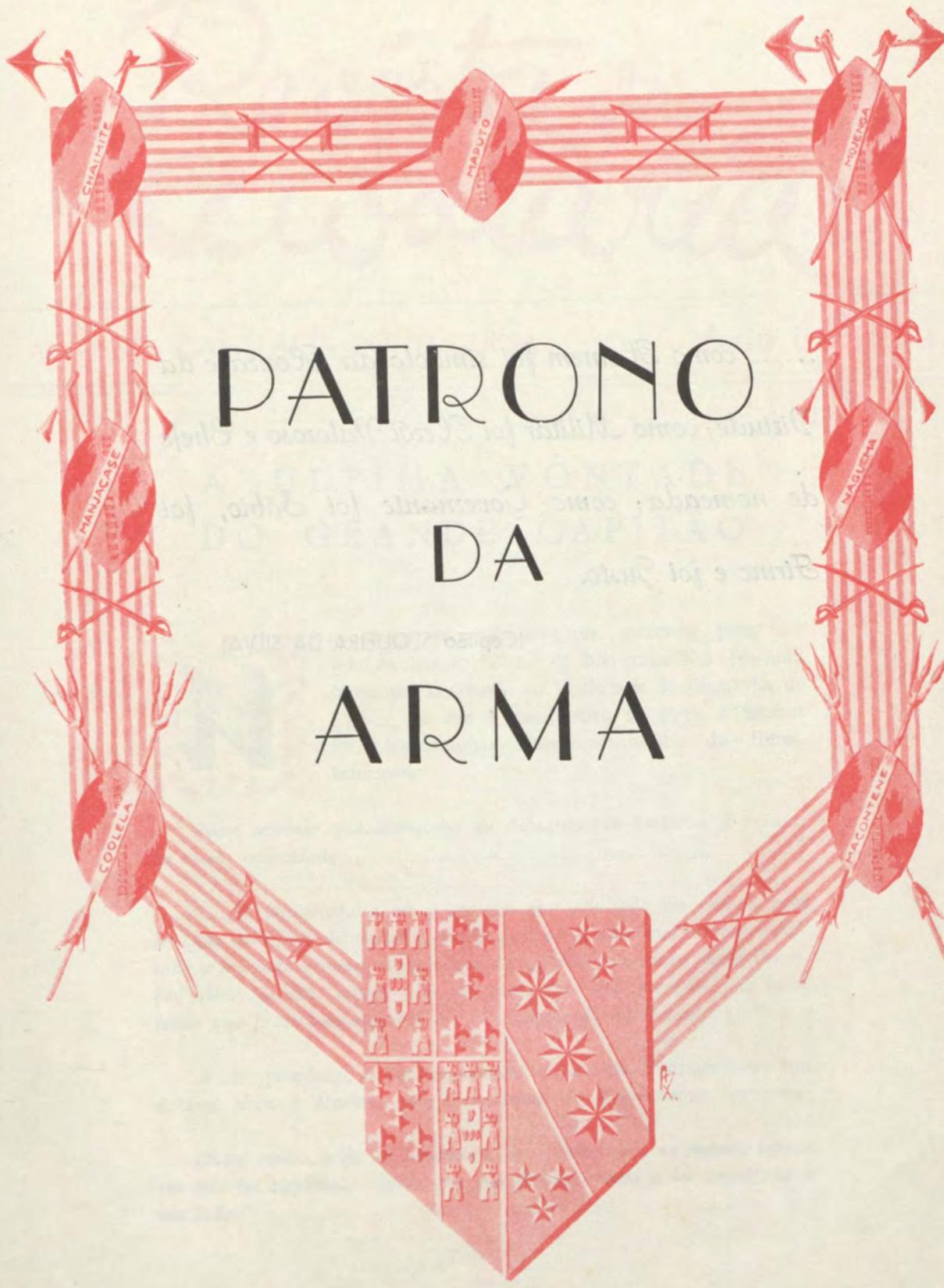




NOTA DA REDACÇÃO

Razões de segurança militar e, simultâneamente, apertadas limitações de ordem administrativa, obrigaram a retirar muito do original recebido e que havia sido inserto no primitivo plano deste volume; impediram a publicação na íntegra de alguns artigos; e impuseram diversos reajustamentos e muitas restrições mesmo nas composições gráficas projectadas. Tudo resultou em demoras e dificuldades na elaboração e distribuição do presente número, do que pedimos desculpas aos nossos dedicados Colaboradores e aos nossos prezados Leitores.

PATRONO
DA
ARMA



RX

..... como Homem foi símbolo da Honra e da
Virtude; como Militar foi Herói Valeroso e Chefe
de nomeada; como Governante foi Sábio, foi
Firme e foi Justo.

(Capitão SEQUEIRA DA SILVA)

Revista da Cavalaria

ANAIS DA CAVALARIA PORTUGUESA

Ano de 1962

A ÚLTIMA VONTADE DO GRANDE CAPITÃO



o primoroso trabalho que escreveu para ser lido na Sessão Solene de homenagem a Joaquim Mousinho realizada, na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 8 de Janeiro de 1936, o Senhor Dr. Mascarenhas Gaivão, sobrinho do Herói, informou:

*Posso afirmar que Mousinho de Albuquerque declarou a pessoas da maior intimidade
..... que ambicionava vir a ser um dia sepultado em campa rasa no chão da Igreja da Batalha, desde que sua Mulher viesse a ser sepultada a seu lado e sem que na pedra da sepultura houvesse outra inscrição além dos seus nomes — e que acalentava tal ambição, não pelos feitos que praticara, mas por ter sido baptizado na Batalha.*

A este propósito, o Senhor Almirante Almeida Henriques, na sua notável obra *A Marinha nas Campanhas de Moçambique*, escreveu:

Outro sonho, o de ser enterrado, em campa rasa, na mesma Igreja em que foi baptizado, desde que sua Mulher viesse a ser sepultada a seu lado.

Revista da Cavalaria



*Inauguração da Lápida Comemorativa no Prédio onde residiu Mousinho,
na Cidade de Lisboa*

Revista da Cavalaria

Mas não se perca de vista o significado deste condicionamento. Mousinho sabia bem que, não só por legítimo direito matrimonial, à sua memória associa a de sua Esposa, muito amada; a toda a Campanha de Gaza ela acrisoladamente dera a sua contribuição pessoal, dirigindo o Hospital-de-Sangue no Chibuto, auxiliada por duas Irmãs de S. José de Cluny — admirável exemplo que o próprio Mousinho define



Sepultura de Mousinho no Cemitério dos Prazeres

em palavras da já citada carta a Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luiz de Bragança, que inteiramente lhe são aplicáveis: «Tam bom Rei, tam bom Soldado foi Dom Pedro V nos hospitais, como outros no campo de batalha, porque a coragem e a abnegação são sempre grandes, seja onde for que se exerçam.

Mas este sonho — tão claramente condicionado que inequivocamente exclue vaidades próprias e que, cotejado com o desfecho que teve o gorado sonho de consolidar a sua obra em Moçambique, vinca o único grande amor que, em vida, colocou acima do amor con-

Revista da Cavalaria

jugal; o Amor à Pátria — sem dúvida, a gratidão do mais alto objecto deste seu maior amor, que foi, e é, a mesma Pátria, o há-de converter em realidade, pagando-lhe o justo tributo de reconhecimento que ainda lhe deve.

E, no dia em que a sua trasladação se realizar, será como diz Luiz Teixeira, muito oportuno e digno de impressionar profundamente as gerações que despontam para serviço de ilimitada dedicação ao País, o cortejo da Cavalaria Portuguesa.

Não teria chegado justamente agora o momento oportuníssimo de dar solene menagem à última vontade do Nosso Grande Capitão?

Não teremos nós, Cavaleiros de Portugal, a imperativa missão de concorrer para que se realize completamente o derradeiro sonho do Nosso Patrono?

Não será de se comandar: — EM FRENTE!! para que, perante a majestosa magnificência das pedras do Grande Templo da Pátria, num grave e comovido silêncio sublimado por vibrantes toques de clarim, estandartes se inclinem em considerada homenagem, espadas se abatam em sentida continência, almas se ajoelhem em profunda meditação?

Então, ele repousará em Paz!!



Placa comemorativa do Patrono da Arma 1962



or ordem do Director da Arma de Cavalaria, foi mandada cunhar uma Placa Comemorativa com a effigie do Nosso Patrono. O interessante trabalho, executado nas oficinas da Casa da Moeda, em Lisboa, ficou concluído em Julho de 1962 e merece ser justamente classificado de excelente. A Placa Comemorativa, batida em prata e em bronze, destina-se a galardoar, em cada ano, os jovens Cavaleiros que, pelo seu apurmo pessoal, mérito profissional, brio militar, dedicação pelo ser-



*O Director da Arma entrega a Placa Comemorativa
às Praças do Regimento de Lanceiros 2*

Revista da Cavalaria

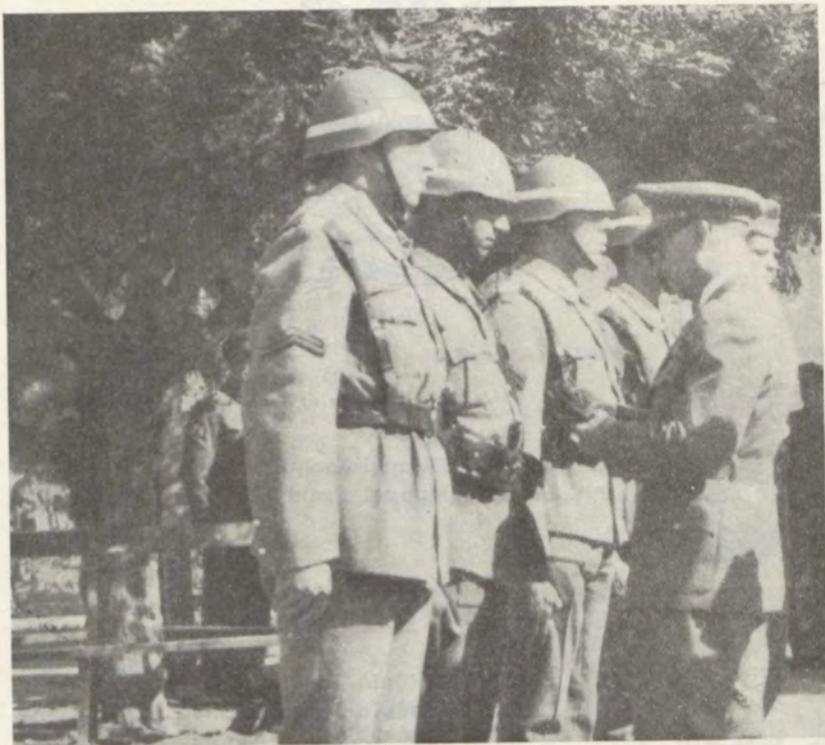


Entrega de Placas no G. D. C. C.

Revista da Cavalaria

viço e comportamento exemplar mereçam ser honrados com tal prêmio e citados como modelo aos seus Camaradas.

A distribuição é feita por proposta dos Comandantes das Unidades e a entrega aos galardoados tem lugar na ocasião da formatura geral das cerimónias do Dia da Cavalaria, sendo os premiados inscritos no



*Imposição da Placa Comemorativa, no R. L. 2,
pelo Brigadeiro Inspector da Arma*

Quadro de Honra da respectiva unidade; um Quadro de Honra da Arma, inserto anualmente na *Revista da Cavalaria* e distribuído, em separata, às Unidades, para neles ser afixado, conterà o *Rol dos Bons Soldados*.

Quadro de Honra

Rol dos Cavaleiros que, pelo seu apurmo pessoal, mérito profissional, brio militar, dedicação pelo serviço e exemplar comportamento receberam, no Dia da Cavalaria do ano de 1962, a **Placa Comemorativa do Patrono da Arma**

Escola Prática de Cavalaria

1.º Cabo **Barros**
1.º Cabo **Figueiredo**
Soldado **Gonçalves**
Soldado **Ribeiro**



1.º Cabo **Cravidão**
1.º Cabo **Portela**
Soldado **Gante**
Soldado **Cardoso**



Regimento de Lanceiros de Elvas

1.º Cabo **Manuel Joaquim Luís**
Soldado **Manuel Francisco Dias Guerreiro**



Regimento dos Dragões de Olivença

1.º Cabo **António Joaquim Ameixa da Costa**
1.º Cabo **António Joaquim Silva Rega**
1.º Cabo **José Henrique Amores**
Soldado **Dionísio Pernas Fernandes**
Soldado **Eduardo Gabriel Ribeiro Roquinho**
Soldado **Manuel João Ventura Baptista Júnior**



Regimento de Cavalaria do Cais

1.º Cabo **Manuel António Minhoto**
1.º Cabo **Henrique Manuel Nunes David**
1.º Cabo **Fernando Manuel Carvalho Ramos**
Soldado **Vicente Gomes Ferreira**
Soldado **António Chaves da Cunha**
Soldado **Manuel da Costa Campos**

Quadro de Honra



Grupo de Carros de Combate de St.ª Margarida

- 1.º Cabo **João Manso Videira**
- 1.º Cabo **Francisco Valério Charcas Nunes**
- 1.º Cabo **Francisco António Neves**



Regimento de Lanceiros da Glória ou Morte

- 1.º Cabo **António Manuel de Sousa Fernandes**
- 1.º Cabo **Arnaldo Campos Pereira**
- Soldado **José Américo dos Santos Cambaste**
- Soldado **Ilídio N. Vicente**
- Soldado **Abílio S. Baptista**



Regimento dos Dragões de Entre-Douro e Minho

- 1.º Cabo **Fernando da Graça Barbosa**
- 1.º Cabo **Adrião Vieira Couto**
- Soldado **Zeferino Vieira dos Santos**
- Soldado **Isidro de Sousa Amaral**



Regimento dos Cavaleiros da Beira

- 1.º Cabo **José Sanches Coelho**
- 1.º Cabo **Álvaro Dias Nogueira**
- Soldado **José Pedroso Dionísio**
- Soldado **António Tomás Nunes**



Grupo Divisionário de Carros de Combate

G. D. C. C.

- 1.º Cabo **José António Pinheiro**
- 1.º Cabo **Joaquim Leite Veiga**
- 1.º Cabo **Manuel António Samorinha**
- Soldado **Manuel Caetano Aroeira Franganito**
- Soldado **António Oliveira de Matos**
- Soldado **António Augusto Lopes**

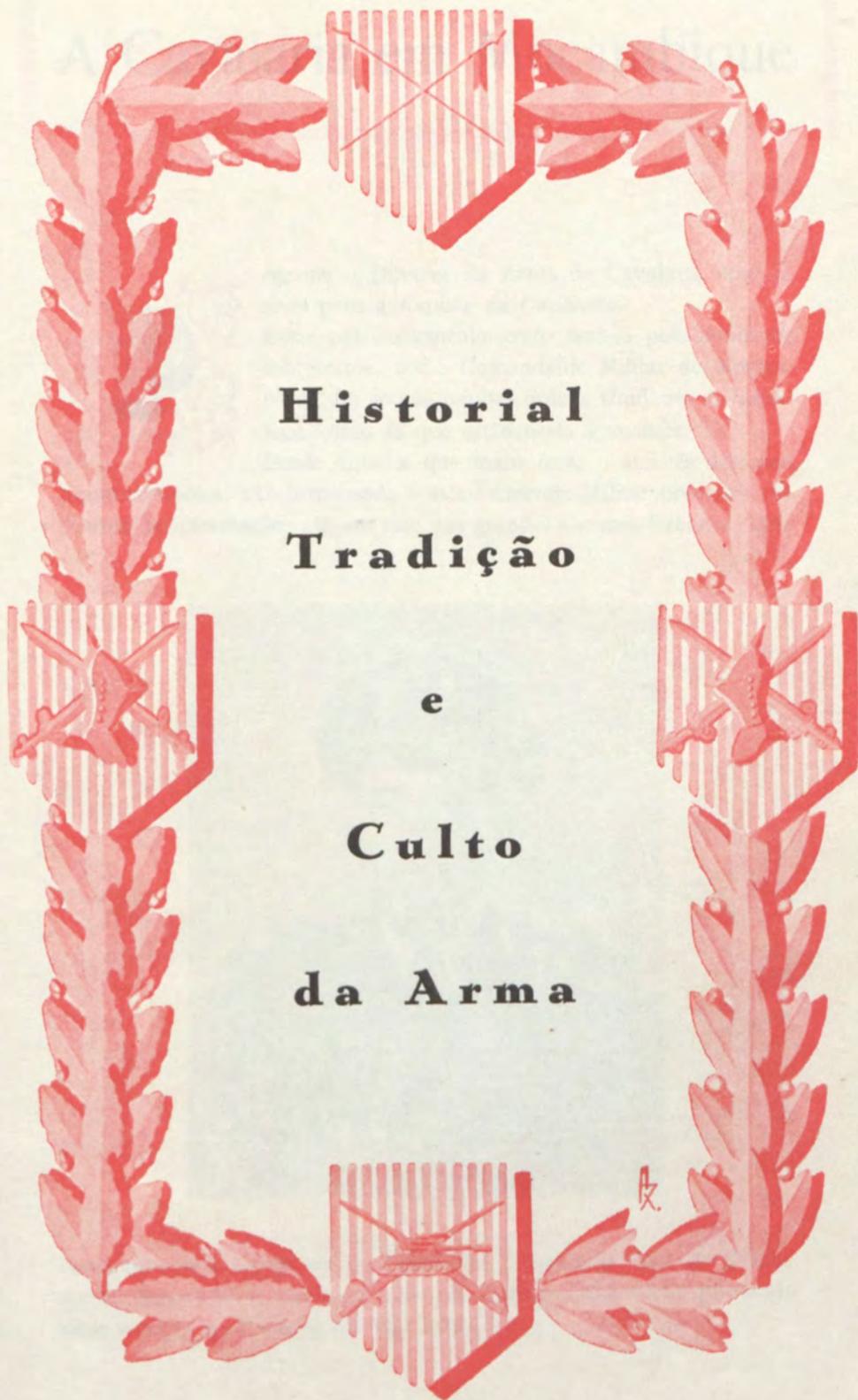
O Curso «Mousinho de Albuquerque» na Academia Militar



or iniciativa do Ilustre Comandante da Academia Militar General Humberto Buceta Martins, foi o Grande Capitão Mousinho escolhido para Patrono do Curso de entrada de 1961-62, o qual conta 257 Cadetes que foram recebidos com o cerimonial da tradição, agora tão oportunamente renovada, no dia 18 de Novembro de 1961. Aquela decisão foi solenemente proclamada ao Corpo de Cadetes pelo Professor Cate-drático Tenente-Coronel C. E. M. (Cavalaria) Henriques de Avellar, que escreveu especialmente, para o efeito, uma monografia acerca da vida e feitos de Mousinho.



*O Ex.^{mo} Sr. General Buceta Martins, Comandante da Academia,
passando revista à formatura geral*



Historial

Tradição

e

Culto

da Arma

lk

A Cavalaria em Moçambique



ede-me o Director da Arma de Cavalaria duas linhas para a *Revista da Cavalaria*.

É-me particularmente grato fazê-lo pois honra-me sobreforma, como Comandante Militar de Moçambique, ter sob as minhas ordens Unidades de Cavalaria como as que estão nesta Província.

Desde aqueles que mato fora, e através dos seus reconhecimentos, vão fornecendo a este Comando Militar preciosos elementos de informação, até aos que nos grandes Centros Urbanos, quer



como reserva à minha ordem, quer em delicados serviços de policiamento mantendo a confiança das populações, todos estão prestando altos serviços ao Exército e à sua Arma.

Revista da Cavalaria

O admirável espírito de corpo, a disciplina, o aprumo e a eficiência que notei a quando da minha visita às Unidades de Cavalaria são disso provas irrefutáveis.

Posso mesmo asseverar nas páginas da *Revista da Cavalaria* que as suas Unidades são verdadeiras «élites» nas magníficas forças que servem sob o meu comando contribuindo com larga quota parte para o prestígio que o Exército disfruta em todo o Moçambique.

E seria ingratidão esquecer, nestas breves linhas, os cavaleiros, que, há longos anos, preparando os seus cavalos, com sacrifício das suas horas de descanso e distração, vêm, através das suas actuações nas pistas de obstáculos da África do Sul e Rodésias, grangeando para Portugal «honras e famas» e servindo como magníficos embaixadores do Desporto e do Exército Português.

Na *Revista da Cavalaria*, que felicito pela obra de divulgação de conhecimentos militares e de homenagem aos seus «Majores», quero pois e para finalizar, deixar uma vez mais bem patente o meu enorme apreço pelas qualidades «Cavaleiras» que encontro nas tropas da Nobre Arma de Mousinho e quanto orgulho sinto em Comandar as Unidades que fazem gala nas espadas que usam nas suas fardas.

General JOÃO ALEXANDRE CAEIRO CARRASCO

Comandante Militar de Moçambique





Nunca o espírito da Cavalaria esteve tão presente numa guerra como nesta chamada subversiva.



sta ideia do — «Espírito Cavaleiro» —, parece um lugar comum, e, no entanto, nunca ela foi mais ajustada à crise que tão esforçadamente e animosamente andamos a vencer.

A despeito de ser escassa a representação da Cavalaria típica nas Forças Armadas, que — activas ou de prevenção — trazemos pelo Ultramar, o certo é que aquele espírito está bem presente, quer nas nossas Unidades, quer naquelas doutros tipos para que mobilizamos, quer, ainda, nas de outras Armas, que conosco ombreiam. Mais uma vez se prova que não é no cheiro dos cavalos, nem no talhe dos calções, nem no tilintar das esporas, que esse espírito existe, mas no coração dos homens que por ele se deixaram penetrar. Ele anda agora metido no fato alargado dos soldados de todas as forças em campanha, a revelar-se nos actos cometidos, na força do ânimo, no espírito de sacrifício com que se empenham e cumprem o seu sagrado dever para com a Pátria.

É, para nós, Cavaleiros, motivo forte de orgulho, vermos as outras tropas empregar assim, o que, nas horas da paz, se tinha por nossa pretensão ou saudosismo disparatado. Não. Nós estamos orgulhosos, e também estávamos certos, quando juntávamos ao nosso idealismo, uma atitude prática e realista. Não podemos esquecer que o feito mais heróico de Mousinho — aquele em que mais galhardamente patenteou

Revista da Cavalaria

o seu espírito cavaleiro — foi precisamente, Chaimite, realizado a pé, e com tropa de outras Armas e de outras Forças. Foi este o maior, porque, não tendo sido tão espectacular, nem tão simbólico, como o de Macontene, foi não só mais intenso, como decisivo. E foi assim, porque, a par do acto em si, andou a abdicação do que, na manifestação desse espírito, poderia parecer mais característico: — carregar a cavalo e de espada ao alto!...

O problema da Cavalaria — como Ordem e como Arma — nunca foi, de facto, uma questão de meios ou mesmo de maneira de os empregar. Foi — sim — uma atitude, que, assentando na tradição, andou sempre avançada em relação aos factos e aos fenómenos que a determinaram.

O cavaleiro, talvez por ver do alto e andar depressa, sempre se colocou acima dos acontecimentos e procurou resolver os problemas de modo radical e definitivo, sem se prender ao pormenor das coisas, nem às raspas do preconceito. Por isso, Mousinho, quando foi a Chaimite, e ali esteve, realizou-se no conceito verdadeiro da Cavalaria, que tão arreigado possuía.

Era este o fim a atingir, e o meio não importava, desde que se alcançasse.

A Hora — esta Hora — não é para nos agarrarmos a pruridos que nos atrazem ou nos façam hesitar, nas empresas. Não é uma Hora em que possamos estar a preocupar-nos com a maneira mais ou menos clássica como resolvemos os nossos problemas, que o estudo e a decisão nem sempre puderam andar juntos, e é a decidir que se recupera muitas vezes o tempo gasto a estudar soluções.

Tomemos o exemplo de Mousinho a quem chamaram louco daquela vez, e que — com a sua loucura — salvou o Império.

Parece que chegou o momento de renovar o esforço do Gigante, por forma a que ninguém se deixe ficar para trás do tempo, quando, recuperá-lo, se torna tão preciso.

Ver do alto e andar depressa tem de ser a atitude Cavaleira que, nesta Hora, todos os que detenham grande ou pequena responsabilidade na resolução dos nossos problemas, terão forçosamente que adoptar, que o espírito Cavaleiro não é exclusivo de um grupo ou sector, mas apanágio de todos os homens de boa vontade que, por formação ou inata natureza, sejam capazes de ver do alto e andar depressa...

Capitão ANTÓNIO OCTÁVIO DIAS MACHADO



Dia da Cavalaria em 1962



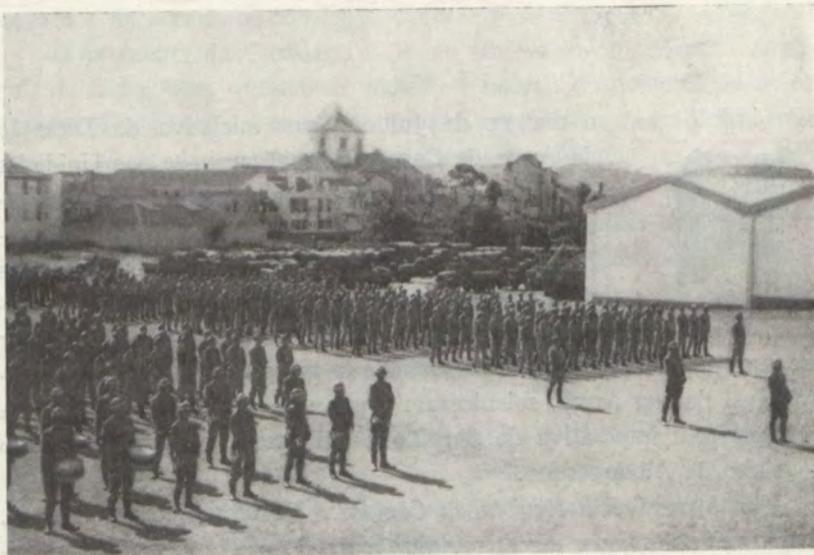
o dia 21 de Julho e por iniciativa da Direcção da Arma de Cavalaria, realizaram-se nas Unidades e Corpos da Arma dispersos por todo o Mundo Português, cerimónias comemorativas do Dia da Cavalaria, com as quais, muito embora condicionadas pelas contingências do momento que passa, os Cavaleiros de Portugal, por toda a parte onde quer que uma «Casa da Cavalaria» assinale a presença do espírito inquebrantável da sua Arma, solenizaram e puseram em realce a influência da mensagem imperativa do seu Glorioso Patrono, o Grande Capitão Mousinho de Albuquerque.

Não é possível à *Revista da Cavalaria* trazer aqui em pormenor, como muito desejaria fazer, resenhas completas das cerimónias realizadas; supõe-se que se prestaria um apreciável contributo para a História da Arma se tal ficasse constando nestes Anais que pretendem servir exactamente para guardar, em suas modestas páginas, todas as comunicações, descritivas ou gráficas, daqueles acontecimentos, fazeres e fastos que, no alto sentido patriótico do serviço da Arma, tenham o seu lugar, de direito, nestes relatos.

Aliás, mercê dos condicionamentos que se mencionaram, o cerimonial restringiu-se, em cada Corpo de Tropas, a uma formatura geral perante a qual e com as honras da Ordenança, foi solenemente hasteada a Bandeira Nacional; vibrantes alocações, de que adiante se publicam as passagens mais significativas, evocaram sentidamente a grandiosa lição de Mousinho, de tão flagrante actualidade; entrega de Placas Comemorativas do Patrono da Arma às Praças distinguidas com esse galardão; desfiles, em continência, das Tropas em parada — nalguns casos, festivos desportivos e apresentações de filmes alusivos; e, finalmente, as habituais medidas de gala que os Regulamentos mandam para os dias festivos. Alguns aspectos das cerimónias realizadas vão reproduzidos nas nossas páginas.

Revista da Cavalaria

Suas Excelências o Ministro e o Subsecretário de Estado do Exército dignaram-se prestar a sua alta homenagem a Mousinho de Albuquerque, enviando ao Director da Arma expressivas mensagens de cumprimentos.



Formatura geral de Lanceiros 2

Também numerosas Unidades enviaram entusiásticos telegramas de saudação, entre os quais transcrevemos:

— *Esquadrão Polícia Militar Beira sauda Vossa Excelência como símbolo união espírito Cavalaria;*

— *Oficiais, Sargentos e Praças do GCC/RC8 festejando Dia da Cavalaria cumprimentam Vossa Excelência, reafirmando sua completa confiança e fé Vossa Excelência frente aos destinos da Arma;*

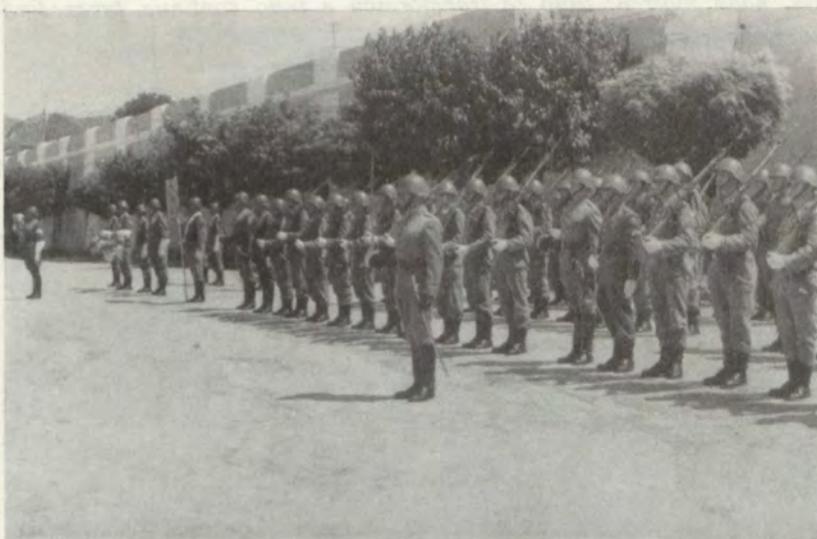
que dão relevante testemunho da profundidade dos laços de camaradagem que unem e reúnem, numa completa comunhão de nobres ideais, os «Sempre Cavaleiros».

Os Brigadeiros Director e Inspector da Arma assistiram às cerimónias realizadas em Lisboa no Regimento de Lanceiros 2 e no Regimento de Cavalaria 7.

Revista da Cavalaria

Uns somos de Lisboa, outros do Minho; aqueles, além, de Trás-os-Montes; estes, aqui, do Algarve. Outros, igualmente Portugueses, são da Guiné, de Angola, de Moçambique ou de Timor. E todos, uns e outros, sem distinções, temos o legítimo direito e o dever inalienável de continuarmos o que todos queremos, de alma e coração, o ser Portugueses!

(Ten.-Coronel REYMÃO NOGUEIRA — Cmdt. R. C. 7)



Os Lanceiros de Elvas em formatura na parada «Mousinho de Albuquerque»

..... Soldados, feitos da mesma massa que vós, implantaram para sempre, em terras de Moçambique a soberania de Portugal e souberam, de modo inesquecível e com valor extraordinário, engrandecer e prestigiar o nome da Cavalaria, que o mesmo é dizer, do Exército Português.

(Capitão RAMIRO MOURATO — R. L. 2)

A assinalar em especial, o facto de terem os Dragões de Entre-Douro-e-Minho comemorado simultaneamente o seu Dia do Regimento, que consagra a brilhante acção que desempenharam seus antanhos, sob

Revista da Cavalaria

o comando do denodado Coronel Costa Pessoa, no Combate de Armiñon (Guerra Peninsular), cobrindo-se de glória ao carregarem audaciosamente o inimigo, que destroçaram.

Cavaleiros de hoje — que o sois!! A vós cabe manter aquelas flores de honra e glória que vossos ilustres e dignos Avós, nobre e esforçadamente, semearam. Ide por aí fora — e, onde quer que fordes, ostentai, orgulhosos, vosso Estandarte, e gritai bem alto, do profundo de vossas almas, para que todos vejam e ouçam, que, aqui em Portugal, nada morreu; tudo se transformou e tudo continua progredindo no rumo escolhido: Para a frente!!

(Alfêres PEREIRA BAZÍLIO — R. C. 6)



Formatura geral dos Cavaleiros da Beira

Tão extraordinária e distintamente Joaquim Mousinho de Albuquerque elevou a glória e as tradições da Cavalaria, não só por a ela pertencer, como também pelo grande vulto e relevo que proporcionou à sua acção nas campanhas que chefiou, e tão gloriosa ela foi, que bem merecida é a sua escolha para Patrono da nossa Arma e o dia 21 de

Revista da Cavalaria

Julho, aniversário da célebre carga de Macontene, em que a Arma se cobriu de glória e que marca a derrocada do Império Vátua, para Dia da Cavalaria.

(Capitão SEQUEIRA DA SILVA — E. P. C.)

Espírito de sacrifício, desembaraço, amor ao perigo — eis as grandes características da Cavalaria. Todas elas, aliadas a uma inteligência invulgar, soube encará-las Mousinho de Albuquerque e utilizá-las, cons-



Hastear da Bandeira Nacional no G. D. C. C. em 21 de Julho de 1962

cientemente, nas campanhas de Moçambique, dos fins do século passado, e na administração e governo daquela Província. Por tudo isso, Mousinho representa para nós, cavaleiros, um símbolo — que é uma linha de conduta.

(Capitão MINAS DA PIEDADE — G. D. C. C.)

..... Hoje, mais do que nunca, o Espírito de Mousinho tem de estar presente na alma e nas intenções dos cavaleiros; porque hoje, como ontem, uma grande e enorme obra espera pela Cavalaria Portuguesa

(Capitão LUIZ CASQUILHO)

O Culto do Dever

N. R. — A *Revista da Cavalaria* agradece ao distinto Poeta, Dr. Silva Tavares, a autorização que gentilmente concedeu para publicar em suas páginas o poema que compôs expressamente para ler na Sessão Solene realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 8 de Janeiro de 1936, por ocasião do 40.º aniversário de Chaimite, integrada na Consagração Nacional de Joaquim Mousinho de Albuquerque.

Mousinho há pouco que assentara praça.
Fizera-o por instinto e vocação
seguindo o exemplo dos da sua raça:
— Tudo por Deus, p'lo Rei e p'la Nação.

*Um dia, a avó velhinha — enfraquecida
menos p'la doença do que p'la saudade
doutro soldado, ao qual ligara a vida
desde os tempos da clara mocidade —,*

*mandou-o chamar e disse-lhe: — «Joaquim:
Guardo do teu avô, como sagrada
e suprema relíquia para mim,
a Condecoração da Torre e Espada.*

*Ganhou-a pela Pátria, altiva e bela,
p'la qual tombou no campo do dever
honrando o nome, pois morrer por Ela
é a honra maior que pode haver!*

*Essa relíquia, sempre vida fora
me acompanhou, tal como a Dor e a Prece.
Hoje, porém, sinto chegada a hora
de lhe dar o destino que merece.*

*Por isso te chamei; p'ra ver perfeito
o velho e lindo sonho que vivi...
És um soldado. Quero-a no teu peito.
Podes levá-la, filho. É para ti!!*

Revista da Cavalaria

«Mas... minha avó — articulou o moço
olhando a nobre insígnia do valor
da lealdade e mérito — eu não posso
usá-la... bem o sabe...!! Com amor.

Mas dando à voz um excepcional poder
de sugestão, ela vibrou, baixinho:
— «Pois faze por ganhá-la. É o teu dever
por que, além de soldado, és um Mousinho».

Esta historia tão simples na aparência,
que enche as almas de luz e que faz bem,
quem poderá dizer qual a influência
que op'rou no espírito do herói? Ninguém.

Mas Deus sabe, no avanço de Coolela
na jornada feliz de Manjacaze,
quantas vezes Mousinho pensou nela;
que poder teve nessa estranha fase

da sua vida de guerreiro audaz,
a cujo engenho valoroso e sério
devemos o prestígio, a glória, a paz
em todo o Território do Império!

Quem há que não conheça em Portugal
o que foi a prisão de Gungunhana,
levada a efeito no seu próprio Kraal
Can cunquent' homens, causa sobre — Humana?!

Chaimite, povoação de simples planta
erma e silente, como sem ninguém,
era uma espécie de cidade santa
dos vátuas, entre morros de muchem.

O Gungunhana ali se recolhera
com mais de três mil negros insubmissos,
seguro de vencer quem o vencera
depois de praticar certos feitiços...

Revista da Cavalaria

*E foi ali, nesse lance de temor
que ainda hoje assombra os mais ousados,
que o valente Mousinho o foi prender
à frente dos seus homens, mal armados.*

*Depois deste alto feito de Chaimite
podia usar, enfim, a Torre e Espada,
— prémio dado aos heróis, quase limite
da glória militar tão desejada!*

*Podia usá-la, firme de que tinha
honrado o nome ilustre, e satisfeito
a última vontade da velhinha
que lhe dissera: — «Quero-a no teu peito!»*

*Ela, do céu, devia ter seguido
o rasto dos seus passos p'los caminhos
da terra e, um sorriso agradecido,
por certo que em seus lábios mirradinhos*

*pairou, nesse momento de ventura!
E Mousinho, o soldado de Coolela
e de Chaimite, exemplo de bravura
— com certeza vibrou pensando nela!*

*Há sempre um encanto raro, excepcional
oculto sob as páginas da História
do nosso bem-amado Portugal!*

*Esse mistério é que conduz à glória,
vezes sem conto, o português fecundo
em rasgos de ternura e de nobreza.*

*Bendito seja Deus que fez o mundo
e pôs, no mundo, a gente portuguesa!*

SILVA TAVARES

Do Boletim da A. G. do Ultramar de Fevereiro de 1936, «Dia de Mousinho».

Para ti, Soldado Amigo!



erambulando por estes recantos do nosso Portugal nas Áfricas, longe dos meus, sentindo doces saudades de tudo, na esperançosa contemplação deste mundo novo que se abre para mim em risonho abraço, procuro compreender o que me cerca — investigando, nos menores detalhes, o seu significado, a sua finalidade, seus simbolismos, suas razões...

Vejo tanta coisa!!

Verifico tamanha grandiosidade em tudo quanto vejo!!!

Ontem nos estudos, Soldado hoje — Português sempre, e dos bons — menino moço me criei eu na veneração da magnificência das Obras de Mousinho, Couceiro, Galhardo e tantos outros, sempre presentes em nossas almas e indicando o caminho de nossas acções, perpetuados nos altares da Pátria em majestosos bronzes — o Grande Mousinho, esse, numa das principais praças de Lourenço Marques, abençoando e guiando a juventude no culto da Pátria, que é serviço de Deus!

Bela e inspirada estátua a de Mousinho — Chefe, Mestre, Pai, na sua lição de Verdade, de Valentia, de Valor e de Virtude Militar... Perante aquela grandiosidade, tão significativa, recolho-me e medito: sim — eu orgulho-me de pertencer a esta Família!! Família Militar — cujo sangue de parentesco é a memória dos que a servem com honra e gratidão, vivendo disciplina, enriquecendo em dedicação no sagrado cumprimento do dever!!

Cavaleiros de ontem. Cavaleiros de hoje e de amanhã. Cavaleiros de sempre — Sempre Cavaleiros!!!

Era num momento de quietude. Julgava-me só; e abandonado. Triste. Tão longe do afecto dos meus, do calor do meu lar — modesta casa onde vive uma família cristã — tão esquecido pelos amigos, tão desviado de mim-próprio, tão afastado da minha vida... que uma lágrima — porque não confessá-lo? — uma lágrima, sim, uma lágrima,

Revista da Cavalaria

um doloroso soluço que se forma no fundo do peito, uma saudade que faz doer a alma...

Mas — não te comovas, Amigo; não chores. Porque eu, sim, eu — eu também não chorei...

Ouvi que me diziam: «Soldado! Porque estás triste? Levanta-te, desperta, sacode os teus músculos e o teu sangue, apruma o teu corpo, segue o teu caminho! Vá, homem; é para diante que se anda; é para cima que se olha, meu gigante adormecido! Esta Casa é tua! Aqui tens, em toda a sua plenitude, o teu doce lar, a tua própria escola, a tua oficina, até mesmo o teu templo. Trabalha, estuda, cumpre, ganha merecimento. Hás-de vencer! Hás-de ser feliz aqui!! Repara que não és o primeiro, nem serás o último; porque esta também é a minha Casa — eu vivo e moro aqui. Eu, e os outros, todos contigo — toda a nossa Família; a Nossa Grande Família!! Os teus Pais e os teus Irmãos de agora também sofreram das mesmas saudades e sentiram aquela mesma lágrima; mas também se abrigaram sob a mesma sombra dessas mesmas frondosas árvores: a Verdade, a Valentia, o Valor e a Virtude. E foram eles que semearam e cuidam daquele lindo canteiro de flores — a Camaradagem; a nobre e fraternal Camaradagem!! Ergue-te, Homem; prepara-te para bem cumprires o teu dever. Acorda! Desperta, vive, luta; vai indo, com os teus Irmãos, alegre, rindo, cantando — tão novo és, meu rapaz —, vai indo, atrás dos teus Chefes e com eles, que te amam como a Filho querido, vai indo na obediência da lei, na devoção do cumprimento, no caminho da Verdade, da Valentia, do Valor e da Virtude, no culto da Camaradagem, na sagrada mística da Pátria!! Crê em ti e caminha, jovem Soldado, honrando e dignificando o teu nome, os de teus Camaradas, os de teus Chefes — o nome ilustre desta Nossa Grande Família e, com ele e acima de tudo, o de Portugal que, para ti e para eles, é um dos nomes de Deus».

E foi então que eu, oh Soldado Amigo, comecei a ver em mim próprio, aquela mesma tamanha grandiosidade que via em tudo!!

Gigante adormecido?! É boa, essa!!!

Não! Nunca!! Jamais!!!

Gigante acordado, sim; e bem desperto... é que é!!!

E sempre Cavaleiro...

Um Sargento de Cavalaria



Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha no Ano de 1962

MORTOS EM COMBATE

13- 1-62	— Soldado	António Maria Monteiro dos Santos
15- 3-62	— Soldado	Joaquim Repolho Carvide
24- 3-62	— Cabo	José Brites Camões
25- 4-62	— Alferes	Francisco João Fernandes de Abreu
25- 4-62	— Furriel	Manuel António Remédios Godinho
25- 4-62	— Furriel	Meyer Kopejka
25- 4-62	— Cabo	Joaquim António Cartaxo Caeiro
25- 4-62	— Cabo	José Manuel da Silva Vinagre
25- 4-62	— Soldado	José Maria de Sousa Filipe
25- 4-62	— Soldado	Eduardo Augusto Parreira
25- 4-62	— Soldado	Marçal Carlos dos Reis Monteiro
10- 6-62	— Soldado	Manuel Sebastião Martins Louro
1- 7-62	— Soldado	Manuel António dos Santos Mendes
1- 7-62	— Soldado	José Vicente Cansado
9- 7-62	— Soldado	José Manuel Vicente Pires
15- 8-62	— Soldado	José António Teixeira Pinto
16- 8-62	— Soldado	Manuel Soares de Carvalho
16- 8-62	— Soldado	Manuel de Sousa Teixeira
16- 8-62	— Soldado	José Vieira de Silva
16- 8-62	— Soldado	Albano Tavares da Rocha
16- 8-62	— Soldado	Avelino Ferreira da Silva
22-10-62	— Alferes	José Manuel Figueiredo Barbosa Pombeiro
22-10-62	— Soldado	Manuel João Martins dos Santos
22-10-62	— Soldado	António João Alves Manuel
9-11-62	— Soldado	Adriano Maria Rodrigues de Oliveira
22-11-62	— Cabo	Silvério dos Santos
2-12-62	— Alferes	José Rodrigues Côncio da Fonseca
5-12-62	— Sargento	Américo Luís dos Santos Marta

Revista da Cavalaria

MORTOS POR FERIMENTOS EM COMBATE

- 14-11-62 — Cabo João da Silva Maranhão
14-11-62 — Soldado Valério Augusto Barrela

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

- 25- 1-62 — Cabo José dos Reis
27- 2-62 — Soldado Manuel da Conceição Maria
20- 4-62 — Soldado José Silveira da Cunha
2- 7-62 — Cabo Amândio Filipe Gonçalves Vieira
1- 6-62 — Cabo José Correia
9-62 — Cabo José Carlos Ferreira Dias
1-10-62 — Furriel Alberto Lima Maia
12-11-62 — Soldado Francisco Caeiro Guerreiro
15-11-62 — Furriel Fernando Matutino Basso dos Santos
15-11-62 — Cabo José Joaquim Águas de Sousa
15-11-62 — Soldado Diogo António Veiga



Rol dos Cavaleiros Feridos em Combate no Ano de 1962

- 8- 1-62 — Soldado José Alberto C. Pouca-Pena
13- 1-62 — Tenente José Francisco Forjaz de Freitas Ribeiro
13- 1-62 — Alferes Francisco José Laço Treichler Knopfli
13- 1-62 — Cabo José dos Santos Sintra
13- 1-62 — Soldado Joaquim Estevão R. Dionísio
13- 1-62 — Soldado Garcia Alves
13- 1-62 — Soldado António Neves da Conceição
17- 1-62 — Soldado Tomás Correia Dias
28- 1-62 — Soldado Jerónimo José Mendes Valério
28- 1-62 — Soldado Rufino Rodrigues
2- 2-62 — Soldado Constantino Pereira dos Santos
11- 2-62 — Soldado António Martins
26- 2-62 — Soldado Luís Cândido Loureiro
22- 3-62 — Cabo António Manuel Saraiva Romano
23- 3-62 — Alferes Manuel Eugénio Faria
17- 4-62 — Alferes Rui Manuel Machado da Cruz
17- 4-62 — Cabo Miguel Albuquerque dos Santos
25- 4-62 — Sargento Francisco Rodrigues Cardoso

Revista da Cavalaria

25- 4-62	— Furriel	Jorge Manuel Campos Justo
25- 4-62	— Cabo	Albino Cardoso Tavares
25- 4-62	— Soldado	José Baptista
25- 4-62	— Soldado	Adelino dos Santos Farinha
25- 4-62	— Soldado	Luciano Augusto de A. Lopes
25- 4-62	— Soldado	Manuel Francisco de Jesus
25- 4-62	— Soldado	Armindo Dias Mendes
25- 4-62	— Soldado	Joaquim António O. Inácio
25- 4-62	— Soldado	Ireneu Pedro Neto da Paz
25- 4-62	— Soldado	José da Silva Machado
25- 4-62	— Soldado	Joaquim Cândido Maria
25- 4-62	— Soldado	José Maria Pinela
25- 4-62	— Soldado	Ernesto Luiz Soares da Silva
28- 4-62	— Alferes	Carlos Alberto de Sousa Escada
4- 5-62	— Soldado	Sérgio da Silva Ribeiro
1- 7-62	— Cabo	Helder Dias Nicolau
1- 7-62	— Soldado	João Narciso Pereira Ginja
1- 7-62	— Soldado	Alfredo Paulo da Silva Borda-de-Água
1- 7-62	— Soldado	Joaquim Manuel Boné Charruadas
1- 7-62	— Soldado	Jaime Pereira Ginja
1- 7-62	— Soldado	Manuel Dionísio Carrales
7- 7-62	— Soldado	Joaquim Bona Pascoal
7- 7-62	— Soldado	Leonel Rosa Vieira
7- 7-62	— Soldado	Arlindo Carvalho Mesquita
7- 7-62	— Soldado	Joaquim Nogueira Beleza de Pinho
7- 7-62	— Soldado	Fernando Ferreira Nunes
11- 7-62	— Soldado	Celestino Basílio dos Reis Santos
22- 7-62	— Soldado	Victor Manuel de Sousa Santos
31- 7-62	— Furriel	António Maria Palhavã R. Pinto
31- 7-62	— Soldado	António Mendes Gomes
16- 8-62	— Cabo	António Ascensão Rodrigues Catrola
16- 8-62	— Soldado	António da Rocha Rodrigues
16- 8-62	— Soldado	José Fernandes Martins
16- 8-62	— Soldado	Duarte Arturfilio Maia Coelho
16- 8-62	— Soldado	Joaquim Vilas-Boas Amorim
16- 8-62	— Soldado	Florentino José dos Santos
22- 8-62	— Furriel	José António Pinto Correia
25- 8-62	— Furriel	Arnaldo da Cruz Freire Sobral
25- 8-62	— Cabo	Manuel Correia
7- 9-62	— Soldado	Luiz de Jesus Antunes
28- 9-62	— Soldado	João Dias Gago
8-10-62	— Soldado	Camilo de Oliveira Negrão
10-10-62	— Furriel	João Pedro Marques de Abreu
22-10-62	— Capitão	Luís Manuel Bilstein de Menezes Luís de Sequeira



Furriel Manuel António Remédios Godinho
R. C. 3

Filho de António Godinho Coito e de Alda Maria dos Remédios. Nasceu em 28 de Janeiro de 1936. Faleceu em 25 de Abril de 1962



Cabo Joaquim António Cartaxo Caeiro
R. C. 3

Filho de Domingos Defesa Caeiro e de Maria Inácia Cartaxo. Nasceu em 23 de Maio de 1940. Faleceu em 25 de Abril de 1962



Furriel Meyer Kopejka
R. C. 3

Filho de Joseph Kopejka e de Feiga Seik Kopejka. Nasceu em 15 de Agosto de 1936. Faleceu em 25 de Abril de 1962



Cabo José Manuel da Silva Vinagre
R. C. 3

Filho de Francisco Vinagre e de Maria de Lourdes dos Reis Silva. Nasceu em 29 de Agosto de 1940. Faleceu em 25 de Abril de 1962



Soldado José Maria de Sousa Filipe
R. C. 3

Filho de Carlos dos Santos Filipe e de Jenúvnia de Sousa. Nasceu em 15 de Dezembro de 1940. Faleceu em 25 de Abril de 1962



Soldado Marçal Carlos dos Reis Monteiro
R. C. 3

Filho de Manuel Monteiro e de Ludovina Alves dos Reis. Nasceu em 14 de Dezembro de 1940. Faleceu em 25 de Abril de 1962



Soldado Eduardo Augusto Parreira
R. C. 3

Filho de Rosa Eduarda Parreira. Nasceu em 24 de Março de 1940. Faleceu em 25 de Abril de 1962



Soldado Manuel Sebastião Martins Louro
R. C. 3

Filho de Manuel José Louro e de Veridiana Maria Martins. Nasceu em 14 de Setembro de 1940. Faleceu em 10 de Junho de 1962



Soldado Manuel António dos Santos Mendes
R. C. 3

Filho de Manuel Mendes e de Zélia da Conceição. Nasceu em 22 de Julho de 1940. Faleceu em 1 de Julho de 1962



Soldado José Manuel Vicente Pires
R. C. 7

Filho de Manuel Joaquim Rodrigues Pires e de Benigna Rosa Vicente. Nasceu em 21 de Setembro de 1939. Faleceu em 9 de Julho de 1962



Soldado José Vicente Cansado
R. C. 3

Filho de João Augusto Cansado e de Maria Izabel Correia. Nasceu em 28 de Fevereiro de 1940. Faleceu em 1 de Julho de 1962



Soldado José António Teixeira Pinto
R. C. 3

Filho de António Joaquim Pinto e de Maria da Assunção Teixeira. Nasceu em 8 de Outubro de 1940. Faleceu em 15 de Agosto de 1962



Soldado Manuel Soares de Carvalho
E. P. C.

*Filho de Arnaldo Lopes de Carvalho e de
Olimpia Pereira Soares. Nasceu em 18 de
Junho de 1939. Faleceu em 16 de Agosto
de 1962*



Soldado Manuel de Sousa Teixeira
E. P. C.

*Filho de António Teixeira e de Joaquina
Rosa Sousa. Nasceu em 9 de Julho de 1939.
Faleceu em 16 de Agosto de 1962*



Soldado José Vieira da Silva
E. P. C.

*Filho de Manuel Joaquim da Silva e de
Olivia de Jesus Vieira. Nasceu em 6 de
Setembro de 1939. Faleceu em 16 de Agosto
de 1962*



Soldado Albano Tavares da Rocha
E. P. C.

*Filho de José Mendes da Rocha. Natural de
Sever do Vouga. Faleceu em 16 de Agosto
de 1962*



Soldado Avelino Ferreira da Silva
E. P. C.

Filho de João da Silva e de Adelaide Ferreira da Silva. Nasceu em 27 de Abril de 1939. Faleceu em 16 de Agosto de 1962



Alferes do S. A. M.
José Manuel Figueiredo Barbosa Pombeiro
R. C. 3

Filho de José de Almeida Pombeiro e de Maria José Barbosa Pombeiro. Nasceu em 15 de Julho de 1938. Enquadrado em Tropas da Arma, caiu no campo da honra como cavaleiro. A Revista da Cavalaria orgulha-se ao homenageá-lo. Faleceu em 22 de Outubro de 1962



Soldado Manuel João Martins dos Santos
R. C. 3

Filho de João dos Santos e de Ludovina Martins. Nasceu em 19 de Março de 1940. Faleceu em 22 de Outubro de 1962



Soldado António João Alves Manuel
R. C. 3

Filho de João Manuel e de Josézinha de Jesus. Nasceu em 23 de Dezembro de 1940. Faleceu em 22 de Outubro de 1962



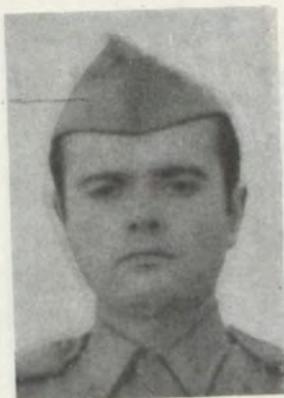
Soldado Adriano Maria Rodrigues de Oliveira
E. P. C.

Filho de Domingos Oliveira e de Maria Rodrigues. Nasceu em 25 de Dezembro de 1939. Faleceu em 9 de Novembro de 1962



Cabo Silvério dos Santos
R. C. 3

Filho de Manuel dos Santos e de Maria Celeste. Nasceu em 15 de Abril de 1940. Faleceu em 22 de Novembro de 1962



Alferes José Rodrigues Côncio da Fonseca
R. C. 3

Filho de João Côncio da Fonseca e de Maria da Conceição Rodrigues. Nasceu em 4 de Julho de 1935. Faleceu em 2 de Dezembro de 1962



Sargento Américo Luiz dos Santos Marta
R. C. 3

Filho de José Luis Marta e de Maria da Conceição dos Santos. Nasceu em 24 de Setembro de 1933. Faleceu em 5 de Dezembro de 1962



Cabo João da Silva Maranhão
R. C. 3

Filho de José da Fonseca Maranhão e de Nazaré da Silva Saragoça. Nasceu em 8 de Julho de 1940. Faleceu em 14 de Novembro de 1962



Soldado Valério Augusto Barreia
R. C. 3

Filho de Joaquim Barreia e de Ana Augusta. Nasceu em 28 de Outubro de 1940. Faleceu em 14 de Novembro de 1962



MORTOS POR OUTRAS CAUSAS



Cabo José Correia
R. C. 3

*Filho de Júlio Correia e de Rosa Maria.
Nasceu em 2 de Janeiro de 1940. Faleceu
em 2 de Julho de 1962*



Furiel Alberto Lima Maia
R. C. 3

*Filho de António Teixeira Maia e de Alva-
rina da Glória Lima. Nasceu em 13 de No-
vembro de 1939. Faleceu em 1 de Outubro
de 1962*



Cabo José Carlos Ferreira Dias
R. C. 8

*Filho de Armindo Dias e de Laura Ferreira
das Neves. Nasceu em 29 de Novembro
de 1938*



Soldado Francisco Caeiro Guerreiro
G. Cav. Lour. Marques

*Filho de José Guerreiro Gato e de Matilde
Caeiro Serrano. Nasceu em 7 de Outubro
de 1939. Faleceu em 12 de Novembro
de 1962*



Cabo José dos Reis
R. C. 8

*Filho de Silvina Reis. Nasceu em 13 de
Dezembro de 1938. Faleceu em 25 de Ja-
neiro de 1962*



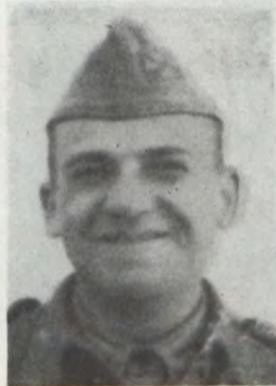
Soldado José Silveira da Cunha
R. L. 2

*Filho de Manuel da Cunha e de Maria do
Socorro Silveira. Nasceu em 30 de Outubro
de 1940. Faleceu em 20 de Abril de 1962*



Soldado Manuel da Conceição Maia
R. C. 3

*Filho de Manuel Maia e de Maria Celeste da
Conceição. Nasceu em 16 de Dezembro de
1940. Faleceu em 27 de Fevereiro de 1962*



Cabo Amândio Filipe Gonçalves Vieira
R. C. 3

*Filho de Filipe Vieira e de Rosa Gonçalves.
Nasceu em 21 de Janeiro de 1939. Faleceu
em 1 de Janeiro de 1962*



Furiel Fernando Matutino Basso Santos
R. C. 3

Filho de Janin Basso dos Santos e de Eduarda Matutino Basso Santos. Nasceu em 10 de Janeiro de 1936. Faleceu em 15 de Novembro de 1962



Cabo José Joaquim Aguas de Sousa
R. C. 3

Filho de Joaquim de Sousa e de Maria José Aguas. Nasceu em 15 de Novembro de 1940. Faleceu em 15 de Novembro de 1962



Soldado Diogo António Veiga
R. C. 3

Filho de Manuel de Jesus Veiga e de Maria Júlia Vieira. Nasceu em 12 de Maio de 1939. Faleceu em 15 de Novembro de 1962

HOMENAGEM

Jaime Filipe da Fonseca



Tenente-Coronel de Cavalaria

LOUVADO, a título póstumo, o Subsecretário de Estado do Exército, Tenente-Coronel de Cavalaria Jaime Filipe da Fonseca, porque durante a sua carreira militar sempre se revelou um Oficial de excepção.

nais dotes de carácter, coragem e dedicação ao Exército e à Pátria. Todas essas excepcionais qualidades se manifestaram também no exercício das elevadas funções de Subsecretário de Estado do Exército, em que pôs sempre em evidência o seu espírito de bem servir e a mais alta noção do dever, que o levaram a estar presente em lugar e em momento de grave risco de vida, a qual, generosamente ofereceu à Pátria. Durante a acção da repressão que teve lugar em Beja, na madrugada de 1 de Janeiro de 1962, contra elementos insurrectos, inimigos da Pátria independente e indivisível, demonstrou o tenente-coronel Jaime Filipe da Fonseca decisão, valentia, heroísmo e coragem, que provaram ser possuidor das maiores virtudes militares e da mais elevada compreensão de grandeza do dever e da disciplina, do que resultou o sacrifício da própria vida. Perdeu o Exército um dos seus mais ilustres Oficiais, ao qual a Pátria fica a dever assinalados e valiosíssimos serviços.

(Portaria de 1 de Janeiro de 1962)

AGRACIADO, a título póstumo, com o grau de Grande-Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, o Tenente-Coronel de Cavalaria Jaime Filipe da Fonseca:

- Considerando os excepcionais dotes de carácter, coragem e dedicação ao Exército e à Pátria, que sempre revelou durante a sua carreira militar;
- Considerando que essas excepcionais qualidades se manifestaram também no exercício das elevadas funções de Subsecretário de Estado do Exército, em que pôs sempre em evidência o seu espírito de bem servir e a mais alta noção do dever, que o levaram a estar presente em lugar e em momento de grave risco de vida, a qual generosamente ofereceu à Pátria; e
- Considerando também que durante a acção que teve lugar em Beja na madrugada de 1 de Janeiro de 1962, contra elementos insurrectos demonstrou o tenente-coronel Jaime Filipe da Fonseca decisão, valentia, heroísmo e coragem reveladoras das maiores virtudes militares e da mais elevada compreensão da grandeza do dever e da disciplina, do que resultou o sacrifício da própria vida.

(Decreto de 2 de Janeiro de 1962)

Venâncio Augusto Deslandes



General da Força Aérea

Considerando a forma como o general Venâncio Augusto Deslandes exerceu o cargo de comandante-chefe das forças armadas de Angola no período particularmente difícil de 1961-1962, durante o qual confirmou a sua competência profissional;

Considerando que dos serviços que prestou no comando das tropas em campanha, exercendo o cargo de comandante-chefe em Angola, resultaram incontestáveis vantagens para a Nação e honra para as forças armadas;

Revista da Cavalaria

Usando da faculdade que me confere o Decreto n.º 16 449, de 30 de Janeiro de 1929;

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Defesa Nacional, conceder o grau de comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito ao general Venâncio Augusto Deslandes.

Publique-se.

Paços do Governo da República, 12 de Outubro de 1962. — *Américo Deus Rodrigues Thomaz — António de Oliveira Salazar.*

(Diário do Governo n.º 253, 2.ª série,
de 27 de Outubro de 1962)

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, LOUVAR o General Venâncio Augusto Deslandes pela forma como exerceu o cargo de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Angola, no período particularmente difícil de 1961-1962.

Dos serviços prestados resultaram incontestáveis vantagens para a Nação e honra para as Forças Armadas.

(Portaria de 25 de Setembro de 1962)

Revista da Cavalaria

António da Cunha de Aragão



Capitão-de-Mar-e-Guerra

LOUVO o Capitão-de-Fragata António da Cunha Aragão pela muita competência de actuação, esclarecido espírito militar da mais perfeita compreensão do imperativo mútuo de boas relações e melhor colaboração com as forças de terra, entusiasmo dinâmico sempre aliado a reconhecidos efeitos práticos de muito apreço, tudo com plena dedicação para a nossa acção e para a Instituição a que pertence e muito prestigiou, dignificando não só o seu Comando mas também, pelas naturais repercussões, o conceito em que é tida a nossa Marinha de Guerra.

Oficial íntegro da sua disciplina bem compreendida, que cumpre e faz cumprir, dotado de qualidades de desembaraço sensato e de muito

Revista da Cavalaria

apreço, capaz de desenvolver os maiores e mais proffquos esforços para uma inteira e exacta applicabilidade da eliminação de dificuldades, como altamente evidenciou em todas as missões que lhe foram determinadas, neste período que muito afectou e vem afectando o Estado da Índia, mostrou em todas as situações exigentes, um carácter sólido e um sentimento compenetrado da plenitude dos seus deveres, num grau que bem enaltece a sua bem formada estrutura patriótica e de marinheiro, brioso e confiante, firmando um conjunto de virtudes determinantes que o classificam seguro colaborador de muita valia, digno de nossa maior consideração e elevado apreço.

*(Despacho de 26 de Novembro de 1954 de S. Ex.^a o General
Comandante-em-Chefe do Estado Português da Índia)*

..... Considerando que os elementos existentes e que estão sendo estudados pelos organismos do Ministério da Marinha sobre a actuação da Marinha de Guerra na defesa do Estado da Índia Portuguesa aquando da agressão da União Indiana àquele Estado, em Dezembro de 1961, permitem, desde já, galardoar alguns dos militares da Armada que sem qualquer dúvida se distinguiram com manifesto brilho naquela defesa:

Não parecendo justo demorar a atribuição de galardões a esses militares até que seja possível definir todos aqueles que pelo seu procedimento são dignos de recompensa:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, ao abrigo do disposto no § 2.º do artigo 8.º do Regulamento da Medalha Militar, aprovado pelo Decreto n.º 35-667, de 28 de Maio de 1946:

1.º — Conceder a medalha de ouro de valor militar, com palma, ao capitão-de-mar-e-guerra António da Cunha Aragão pela extraordinária bravura e rara decisão que demonstrou no comando do aviso de 1.ª classe *Afonso de Albuquerque* quando, em 18 de Dezembro de 1961, largou deliberadamente do fundeadouro de Mormugão para dar combate a uma força naval inimiga composta por várias unidades, dispondo qualquer delas de maior poder militar que o seu navio, e pela muita valentia com que manteve o combate com aquela força, até que foi gravemente ferido pelo estilhaço de uma granada.

Manifestou, assim, o referido oficial, como militar e como português, notáveis qualidades que muito prestigiaram a Armada Nacional e o seu País.

(Portaria de 15 de Agosto de 1962)

Revista da Cavalaria

Rui Coelho Abrantes



Capitão de Cavalaria

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

LOUVADO porque, nas operações para reocupação e pacificação do território de Angola atribuído ao sector três, totalmente controlado pelos terroristas, soube imprimir à sua Unidade — mercê do seu elevado moral, sangue frio, audácia, competência profissional, energia e iniciativa que possui — uma mobilidade de tal forma exemplar que lhe permitiu, com os reduzidos meios de que dispunha, surpreender o inimigo em todas as circunstâncias e manter o ritmo de progressão de que é fiel testemunho a fulgurante marcha que realizou sobre Nambuangongo, em dezasseis dias (de 25 de Julho a 10 de Agosto), reocupando Quimbumbe e Zala, e seguidamente sobre Quipedro, em condições par-

Revista da Cavalaria

ticularmente difíceis que, só à custa de esforço extenuante e ininterrupto seria possível atingir no curto prazo que lhe foi fixado, ainda porque não obstante as precárias condições de vida e depauperamento da sua Unidade, não menos solícita e rápida foi também a sua progressão para o Sul através de uma região não menos infestada, quando lhe foi pedida a sua intervenção na Pedra Verde, contribuindo assim também de forma notável para o bom êxito da operação «Esmeralda».

*(Despacho de 12 de Janeiro de 1962, de S. Ex.^a o General
Comandante da Região Militar de Angola)*

LOUVADO porque, no período que decorreu de fins de Julho a fins de Agosto do ano passado, mercê do seu elevado moral, sangue frio, audácia, energia, espírito de iniciativa e muita competência profissional, conseguiu, com os reduzidos meios de que dispunha, surpreender o inimigo, batendo-o em todas as acções de combate em que este se lhe opôs e conseguindo manter um ritmo de progressão em direcção a Nambuangongo e Quipedro excepcionalmente rápido, circunstância que só foi possível verificar-se devido ao espírito que, como verdadeiro Chefe Militar, soube inculcar à sua Unidade. Depois de se ter instalado em Quipedro, atingido em condições particularmente difíceis e à custa de um esforço extenuante e ininterrupto, não obstante as precárias condições de vida e depauperamento da sua Unidade, deu início imediato ao desempenho de nova missão recebida, não hesitando em orientar o seu esforço para Sul, em direcção à Pedra Verde, através de uma difficilíssima região fortemente defendida pelo inimigo, que procurou opor-se-lhe por todos os meios, tendo atravessado o Rio Loué com o auxílio exclusivamente de meios de fortuna que judiciosamente utilizou, contribuindo assim, pela sua acção, de forma notável, para o bom êxito da operação que se desenrolava naquela região.

*(Despacho de 9 de Março de 1962, de S. Ex.^a o General
Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Angola)*

CONDECORADO com a Cruz de Guerra de 2.^a Classe, nos termos do § 1.^o do artigo 10.^o do Regulamento da Medalha Militar, de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

*(Portaria de 7 de Março de 1962, publicada no Diário do Governo
n.^o 71, 2.^a série, de 24 de Março de 1962)*

Revista da Cavalaria

Francisco Silvério da Cunha Carvalho



1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

LOUVADO porque, como apontador da metralhadora ligeira ter sempre desempenhado com muita eficiência e calma as missões que lhe foram atribuídas, demonstrando possuir qualidades de coragem e desejo de bem cumprir, bem expressas pela atitude tomada na acção de 31 de Julho passado contra uma concentração de terroristas, em que o desejo de que o fogo da sua arma fosse mais preciso não hesitou em a segurar pela manga que, aquecida, lhe produziu ferimentos. Assim, é com prazer que se salientam as qualidades desta Praça, que são exemplo a seguir.

*(Decisão de 3 de Outubro de 1961, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 107)*

Revista da Cavalaria

LOUVADO porque, como apontador da metralhadora ligeira ter sempre desempenhado com muita eficiência e calma todas as missões que lhe foram atribuídas, demonstrando possuir excepcionais qualidades de coragem, decisão e sangue frio, bem expressas pela atitude tomada na acção de 31 de Julho de 1961 contra uma concentração de terroristas na região de Maua-Quissembe e Rio Mambule, em que, sendo apontador da metralhadora ligeira com a qual fazia fogo marchando, não hesitou, para que o tiro fosse mais eficaz e certo, em, conscientemente, segurar a arma pela manga do cano, resultando-lhe, pelo aquecimento deste, profundas queimaduras numa das mãos. Com esta sua atitude, que muito contribuiu para o êxito da missão, mais uma vez patenteou as virtudes brilhantes de um Soldado Caçador, digno de ser apontado como verdadeiro exemplo a seguir por todos os seus Camaradas.

*(Despacho de 12 de Outubro de 1962, de S. Ex.^a o General
Comandante da Região Militar de Angola)*

AGRACIADO com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar aprovado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946.

*(Despacho de 15 de Dezembro de 1962, de S. Ex.^a o General
Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Angola)*

Revista da Cavalaria

Martinho António Pavia Albano



1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

LOUVADO porque, durante a desobstrução do eixo Ambriz-Zala demonstrou durante a emboscada de que os elementos da sua Secção foram alvo, ser um auxiliar precioso do Comandante da Secção, mantendo-se sempre na vanguarda e animando os seus camaradas no cumprimento do dever.

*(Decisão de 7 de Agosto de 1961, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

LOUVADO porque durante a desobstrução do eixo Zala-Nambuangongo, quando a coluna em que seguia foi alvo de uma emboscada do

Revista da Cavalaria

inimigo, mercê da sua coragem, sangue frio e energia, conseguiu que o condutor da sua viatura atravessasse a zona de morte por forma a não deixar desligar os elementos do pelotão a que pertence; a decisão com que actuou, apesar do perigo que corriam, não só ele como os elementos que comandava, proporcionou ser possível ao seu Comandante de Pelotão dar as ordens convenientes em presença da situação que se vivia.

*(Decisão de 12 de Março de 1962, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

LOUVADO porque, na operação de desobstrução do eixo Ambriz-Nambuanguo, no período que decorreu entre 25 de Julho a 10 de Agosto de 1961, demonstrou nas inúmeras situações de perigo em que teve de enfrentar o inimigo, possuir grande coragem e decisão, serena energia e sangue frio debaixo de fogo, que muito o honram como militar, especificadamente nos dias 2 e 5 de Agosto, respectivamente antes e depois de atingir Quimazangue, quando a coluna em que seguia foi alvo de emboscadas. Na primeira daquelas, mantendo-se sempre na vanguarda, indiferente ao perigo e animando os seus camaradas no cumprimento do dever; na segunda, incitando o condutor da sua viatura a atravessar uma zona fortemente batida pelo fogo inimigo, apesar do risco que corria, no intuito de não deixar desligar os elementos do pelotão a que pertenciam e a facilitar, assim, a acção de comando do seu Comandante de Pelotão.

*(Despacho de 29 de Maio de 1962, de S. Ex.ª o Brigadeiro
Comandante do Sector Operacional)*

AGRACIADO com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar aprovado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946.

*(Despacho de 15 de Dezembro de 1962, de S. Ex.ª o General
Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Angola)*

Revista da Cavalaria

Florentino Ferreira Cardoso



1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

LOUVADO porque, numa emboscada realizada por um grupo de terroristas, em Quijoão, ao pelotão a que pertence, manteve serenidade e ânimo, durante toda a acção, executando fogo de metralhadora, de que é apontador, apesar de estar ferido. Depois de terminada a acção, recebeu tratamento e continuou ocupando o seu lugar, no cumprimento da missão de que o referido estava incumbido. A acção desta Praça constitue um exemplo de espírito de sacrifício, coragem e sentimento de responsabilidade, de que se orgulham os seus superiores e os seus camaradas.

*(Decisão de 1 de Novembro de 1961 do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

Revista da Cavalaria

LOUVADO porque, durante todo o tempo em que tem servido no primeiro pelotão como apontador de metralhadora tem demonstrado possuir uma técnica e eficiência no manejo da sua arma, por forma a ser alvo do maior elogio por parte do seu Comandante de Pelotão. É de salutar o seu espírito dedicado e apumado, não se furtando à realização de qualquer esforço, que executa com o maior entusiasmo e esforçadamente, tornando-se exemplo para os seus camaradas.

*(Decisão de 12 de Março de 1962, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

LOUVADO porque, nas operações de guerra em que a sua Unidade tomou parte, além de ter sempre demonstrado uma elevada competência técnica na utilização da sua arma, que lhe merece a maior confiança e admiração da parte dos seus camaradas e comandos, deu também provas de grande coragem, decisão, serena energia e sangue frio debaixo de fogo quando especificadamente no dia 11 de Setembro de 1961, na região de Quijoão, numa emboscada de que foi alvo a sua Unidade, apesar de ferido, não deixou de combater no seu posto, empunhando a metralhadora de que era apontador e de prosseguir na acção com uma perfeita noção das responsabilidades que lhe competiam e da importância da missão de que o seu Pelotão fora incumbido, atitudes estas que muito o honram como militar.

*(Despacho de 29 de Maio de 1962, de S. Ex.ª o Brigadeiro
Comandante do Sector Operacional)*

AGRACIADO com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, aprovado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946.

*(Despacho de 15 de Dezembro de 1962, de S. Ex.ª o General
Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Angola)*

Revista da Cavalaria

José Augusto Sabino



1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

LOUVADO porque, como apontador de morteiro 6 cm, durante a reacção a uma emboscada feita pelo inimigo na região de Quijoão, o fez com prontidão, apesar de se encontrar ferido. Superando o seu sofrimento, executou fogo durante toda a acção, cónscio do valor que a sua arma representa na acção conjunta do pelotão. Depois de haver recebido curativo e apesar de não poder seguir sentado, devido ao ferimento sofrido, voluntariamente, tornou a ocupar o seu lugar, perante a expectativa dos seus chefes e camaradas, que julgavam não ser possível tal decisão. É exemplo digno de registo, não só pela sereni-

Revista da Cavalaria

dade e coragem demonstrada no combate, mas também pela capacidade de sacrifício e resistência ao sofrimento que proporcionaram ao seu pelotão não se ver privado do seu elemento imprescindível.

*(Decisão de 1 de Novembro de 1961, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

LOUVADO porque num curto prazo de tempo adquiriu uma técnica de funcionamento e tiro com o morteiro 6 cm de forma a conseguir realizar fogo para os objectivos designados sem necessitar de aparelho de pontaria e suporte da referida arma. A sua acção foi de molde a inspirar uma confiança entre os seus chefes e camaradas, que muito contribuiu para o bom êxito das missões de que o pelotão a que pertence foi incumbido.

*(Decisão de 1 de Novembro de 1961, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

LOUVADO porque, como quarteleiro do Esquadrão, não se poupou a esforços para construir os armários necessários à arrecadação e condicionamento do material, mostrando bem a compreensão da responsabilidade que lhe cabe no desempenho da sua missão, não regateando trabalho e dedicação para que o Esquadrão disponha já de meios tão necessários ao contróle e responsabilidade do material distribuído e ainda porque, com a sua persistência e zelo, consegue manter em bom estado de conservação e limpeza o material tão necessário à execução das missões impostas.

*(Decisão de 17 de Março de 1962, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

LOUVADO porque, nas operações em que o seu Esquadrão tomou parte, além de ter sempre demonstrado uma elevada competência técnica na utilização da sua arma, que lhe mereceu a maior confiança e

Revista da Cavalaria

admiração de parte dos seus comandos e camaradas, deu também provas de grande coragem, decisão, serena energia e sangue frio debaixo de fogo, quando especificadamente no dia 13 de Setembro de 1961, na região de Quijoão, numa emboscada de que foi alvo a sua Unidade, apesar de ferido, não deixou de continuar no seu posto acompanhando o morteiro de que era apontador e de prosseguir na acção, não obstante o seu sofrimento, com perfeita noção das responsabilidades que lhe competiam e da importância da missão de que o seu Pelotão fora incumbido, atitudes estas que muito o honram como militar.

*(Despacho de 29 de Maio de 1962, de S. Ex.^a o Brigadeiro
Comandante do Sector Operacional)*

AGRACIADO com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, aprovado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946.

*(Despacho de 15 de Dezembro de 1962, de S. Ex.^a o General
Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Angola)*

Revista da Cavalaria

Manuel Bonifácio Charneca Travessa



Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

LOUVADO porque durante uma emboscada de que foi alvo a sua Secção, foi capaz de apreciar a situação e tomar a decisão de executar fogo com a sua metralhadora na viatura em que se encontrava, por o municionador se encontrar ferido, não lhe sendo possível levar as munições necessárias ao apoio da Secção. Tomou uma atitude destemida, porquanto ficaram feridos cinco homens da sua Secção e não se lembrou da sua própria protecção para proteger os feridos, até serem socorridos por outros elementos que seguiam na coluna. Demonstrou

Revista da Cavalaria

qualidades de sangue frio, espírito de corpo e sacrifício dignas de serem apontadas como exemplo aos seus Camaradas.

*(Decisão de 20 de Agosto de 1961, do Senhor Capitão
Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 149)*

LOUVADO porque, no dia 20 de Agosto de 1961, durante a emboscada de que foi alvo a Secção de que fazia parte quando se deslocava de Quipedro para o Rio Lué, foi capaz, na ausência do comandante da Secção, que fora ferido, de apreciar a situação e tomar a decisão de executar fogo com a sua metralhadora, na viatura em que se encontrava, a fim de proteger com o seu fogo os restantes camaradas feridos, sem olhar ao risco que corria de poder ser também atingido pelo fogo adverso. Com este procedimento, que denota uma nítida noção das responsabilidades que lhe cabiam no conjunto da acção, demonstrou também grande coragem e decisão, serena energia e sangue frio debaixo de fogo, que muito o honram como militar.

*(Despacho de 29 de Maio de 1962, de S. Ex.ª o Brigadeiro
Comandante do Sector Operacional)*

AGRACIADO com a Cruz de Guerra de 4.ª classe, nos termos do artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, aprovado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946.

*(Despacho de 15 de Dezembro de 1962, de S. Ex.ª o General
Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Angola)*

FASTOS DA CAVALARIA

Na execução de um programa estabelecido pela D. A. C., realizaram-se, durante o ano de 1962, nas Tropas da Arma, cerimónias evocativas do «Combate do Mufilo» (27 de Agosto de 1907) e do «Combate de Naulila» (18 de Dezembro de 1914).

A «Revista da Cavalaria», que vive tão intensamente o importante significado da iniciativa, vai inserir, em seguida, a propósito de cada um daqueles acontecimentos, uma das alocuções proferidas, lamentando não lhe ser possível, pela imperativa limitação de espaço, dar publicação integral a todas elas, entre as quais figuram alguns trabalhos de alto valor e interesse literário, histórico e patriótico.

Revista da Cavalaria



oi por 1486 que as Quinas Portuguesas arribaram às paragens de Angola. A partir de então, a sua presença e penetração pacífica naqueles imensos territórios foram-se afirmando e alargando, pouco a pouco, gradual, pertinaz, metódicamente. Desvios, erros, mal-entendidos houve, aqui, além; mas podemos afirmar que, nas suas linhas gerais, tudo se foi processando com sábia segurança, acolá se agindo com prudência, algures audaciosamente.

Na realidade, não se tratou de ambiciosa aventura nem mesmo de gananciosa exploração:—procurou-se, sim, erigir, nas terras de além-mar, parcelas portuguesas — genuínas e profundamente portuguesas. Tão e tanto, que Portugal é nelas, e com elas, que se realiza, pois que, sem elas, o não é.

Obra que exige, além do mais, tempo; muito tempo e muito esforço e constante persistência. Nos meados do século XIX atingimos as margens do Cunene, cujo curso inferior marca o limite Sul das Terras de Angola.

MUFILO

ANGOLA, 1907



assaram, a 27 de Agosto, 55 anos sobre uma histórica acção militar em terras africanas conhecida pelo nome de Carga de Mufilo. *Carga* — porque se tratou efectivamente de uma acção de choque feita por tropas de cavalaria: *de Mufilo* — o lugar onde ela se realizou. Mais adiante contarei, em pormenor, o que aconteceu a 27 de Agosto de 1907. Para já, importa não esquecer um facto muito saliente: foram soldados como vós, humildes e sem pretensões, que estiveram na base de uma acção de que a Cavalaria muito se orgulha. Têm sido sempre soldados como vós a fazerem os grandes feitos. São necessários os chefes, porque também o corpo se não sustenta sem a cabeça, mas realmente a história não devia apenas lembrar os nomes dos chefes, pois de nada vale a cabeça sem o resto do corpo.

*

Mandou a Direcção da Arma de Cavalaria relembrar aos soldados, por meio de palestras como a de hoje, algumas datas em que a Arma se cobriu de fama. Desejo que as minhas palavras, se acaso não forem suficientemente evocadoras, ao menos vos tragam qualquer ensinamento para uma futura acção, onde já não há cavalos, nem carros alentejanos, mas onde a luta vos parecerá por vezes tão áspera como, em 1907, pareceu aos bravos de Mufilo.

É verdade, que coisa singular! Menos de 60 anos atrás, ainda os portugueses europeus se embrenhavam pelo mato a cavalo, levando o carregamento útil em carros alentejanos ou à cabeça dos carregadores indígenas! E era tão importante a saúde dos homens como a saúde dos animais. Compreende-se porquê: para os reconhecimentos esgotantes (que hoje as mais das vezes se fazem nas vossas conhecidas viaturas de 1/4 Ton. e nas auto-metralhadoras) ou para as marchas mais prolongadas e por itinerários difíceis, o cavalo desempenhava então um papel insubstituível. Daí verem-se, nos relatos da época, contí-

Revista da Cavalaria

nuas referências ao estado de saúde dos cavalos — «os cavalos já não aguentavam», «os cavalos relinchavam com a sede», «tantos cavalos mortos», «tantos cavalos feridos».

Hoje o cavalo é uma saudade, como amanhã serão uma saudade os Jeeps e as auto-metralhadoras. Chegam mesmo a parecer fantasia os relatos das acções a cavalo, com as suas formações bem ordenadas, as suas cargas pelo meio do inimigo, os seus desfiles orgulhosos após o combate. E o leigo será tentado a deleitar-se com «A campanha de África contada pelo Major Roçadas e outros guerreiros», ou com essoutro livro, «A Campanha dos Cuamatos», escrito pelo soldado expedicionário David Martins de Lima, como quem se deleita com um livro de aventuras.

Mas, vós bem sabeis que estas aventuras que custam frequentes vezes a vida, só acontecem de facto aos homens corajosos, amigos da tranquilidade e do bem-estar, mas que uma bela tarde resolvem mostrar ao vizinho serem capazes de coisas impossíveis.

*

* *

Reportemo-nos ao ano de 1907. Três anos antes o Sul de Angola fora teatro de grandes reveses para as nossas tropas — é o que vulgarmente se chama o «desastre de 1904». Era opinião geral dever levar-se a cabo uma série de expedições punitivas ao Cuamato, seguidas, se possível, por uma tentativa de fixação do branco, ajudado pelas tribos amigas e pelos próprios Cuamatos e outros povos já então vencidos. Tais expedições começaram logo a seguir ao desastre de 1904. Três anos depois, dentro do plano traçado superiormente, organiza-se uma nova expedição ao Cuamato sob o Comando do Capitão Roçadas, garantia de luta sem repouso. Vamos dar a palavra ao historiador militar Carlos Selvagem:

«A coluna expedicionária foi constituída por contingentes de Angola e da Metrópole. Em Portugal foram mobilizadas uma Companhia do 12 de Infantaria, outra de Marinha, uma Bateria Erhardt e um contingente de Artilharia para guarnição de peças de tiro rápido, e os serviços auxiliares. A Província de Angola forneceu dois Esquadrões de Dragões, uma Bateria de Artilharia de 7,5 cm Canet, duas Companhias de Infantaria Europeia, quatro Companhias de Infantaria Indígena e

Revista da Cavalaria

um Pelotão de Sapadores. Entretanto as tropas de Angola iam-se concentrando no Lubango. Na Metrópole, entre Maio e Junho, os contingentes expedicionários embarcavam em três transportes para Moçamedes, onde o último troço chegou a 27 de Junho. A 12.^a Companhia Indígena de Infantaria (Landim), mobilizada em Moçambique, já lá chegara também».

O Forte Roçadas, na região do Cunene, recebe os expedicionários que caminham para a luta.

Construído em 1906, ou seja somente um ano antes, o Forte é um misto de povoação e de quartel. O que encontram reduz-se a meia dúzia de casas rodeadas por uma cerca de arame, junto ao rio Cunene. De uma a outra margem há uma pequena linha de caminho de ferro para transporte de material em vagonetas. No rio, uma canhoneira vela pela segurança das tropas.

A constituição da coluna não demora; tudo está previsto no sentido da rapidez e do bom funcionamento. Vamos buscar os pormenores militares ao livro de Carlos Selvagem:

«Roçadas assumiu o Comando da coluna: por Chefe do Estado-Maior ia o Capitão Eduardo Marques, chegado pouco antes de Portugal.

.....
Não se definiram claramente os objectivos da campanha além do propósito um pouco vago de vingar o desastre de 1904, invadindo o Cuamato e destruindo os sobados. Ao iniciarem-se as operações já se sabia que nem o Evale nem os Cuanhamas auxiliariam os Cuamatos, que teriam, pois, de contar só com as próprias forças; e por outro lado a apresentação do Calipalula forneceu ao Comando da coluna um guia seguro e informações preciosas.»

Faço aqui um parêntesis para revelar que este Calipalula era por assim dizer um fidalgo negro, sucessor de reis, e que fora afastado da chefia da sua tribo por um outro candidato rival. Despeitado com os seus, voltou-se para os europeus e ofereceu-se como guia. O Capitão Roçadas aceitou-o nessa qualidade, apesar de avisado que o não fizesse, mas não teve de que se arrepender: Calipalula serviu com uma inesperada dedicação. Voltemos, porém, ao livro de Carlos Selvagem:

«O plano de campanha então adoptado consistia essencialmente numa marcha ofensiva sobre a embala do Cuamato Pequeno, fortificação dos pontos mais adequados para organizar uma linha de comunicações com a base no Cunene (Forte Roçadas) e, levada de assalto a embala, ocupação do Cuamato por uma rede de postos militares.

Revista da Cavalaria

O Comando sabia já o que iria encontrar e o terreno que ia pisar — a linha de chanas que conduziam à embala do soba —, porque desde o Forte Roçadas até ao Infulo todo o terreno fora já reconhecido no ano anterior pelo Capitão João de Almeida.

Foi essa linha de penetração que naturalmente se escolheu. A formação da coluna seria sempre a mesma — em marcha, coluna dupla, com Artilharia e metralhadoras ao centro; para combate ou bivaque, essa coluna dupla transformar-se-ia em quadrado; e, de facto nunca esse dispositivo foi alterado.»

Volvamos agora os olhos para as tropas que formavam a coluna do Capitão Roçadas. Nestas há a considerar, especialmente, as de Cavalaria; um Grupo de Dragões, o primeiro Esquadrão (comandado pelo Capitão Gonçalves Galvão), o segundo Esquadrão (comandado pelo Tenente Alfredo Martins de Lima). De entre todas virá a salientar-se muito especialmente o segundo Esquadrão de Cavalaria, do comando do Tenente Martins de Lima. E, pormenor curioso, um dos subalternos de Martins de Lima, o Alferes Natividade, seria mais tarde Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 8 em Castelo Branco. Muitas voltas dá o Mundo.

Estamos, pois, na chana de Mufilo. Denomina-se chana uma clareira extensa, um terreno aberto rodeado de árvores. É por essa clareira que avança a coluna do Capitão Roçadas. Não avança facilmente: no dia anterior fora-lhe necessário abrir três caminhos a machado, como nos conta ele próprio com grande naturalidade.

Cabe agora dar a palavra ao Capitão Roçadas, militar experiente e bom conhecedor da alma humana.

«Nas três campanhas que tive a honra de dirigir (1905-06-07), considere sempre como bom princípio a seguir não guardar segredo dos tópicos principais do plano de operações, que entendi sempre levar ao conhecimento das tropas, a fim de estas estarem tanto quanto possível ao facto do que se pretendia delas.

Assim, antes do início das operações procurei prever todas as hipóteses de guerra que de tal inimigo podia esperar, e para cada hipótese elaborei os movimentos a fazer.»

Descobrem-se aqui as feições dos grandes cabos de guerra — confiança nos seus homens, consciência absoluta das dificuldades, trabalho metódico na elaboração dos planos da luta. Outros preferem tudo esconder ao soldado até chegar o momento do combate; Alves Roçadas, porém, sabe da força que cada soldado pode trazer ao grupo combatente quando a par do que se está passando. Não quer soldados cegos,

Revista da Cavalaria

quer olhos bem abertos e cabeças no seu lugar. Poderíamos resumir assim: para combate, prever. Mas a descrição do combate sai mais viva da pena de um simples soldado, David de Lima, que sobre o assunto veio a publicar uma interessante monografia, da qual transcrevemos:

«A um terço da chana o primeiro escalão faz alto, esperando o resto das forças e o comboio, que vêm no meio da mata. São nove horas e meia da manhã, que irá suceder?

Os carros vão entrando, e as forças tomando algumas das disposições do combate em quadrado. Quando só faltavam dois carros boers e um alentejano que vinha ainda na mata, ouve-se um tiro, e a este sinal principia o tiroteio certo e intenso do inimigo sobre a nossa retaguarda, ocasionando uma certa perturbação nas fileiras daquela face, guarnecida por forças indígenas.»

O relato de David de Lima é emocionante. Dá-nos, no seguimento, perfeita ideia do que foi a desorientação e depois o regresso da calma, sem que por isso os negros deixassem de infligir baixas às tropas do Capitão Roçadas. A certa altura conta que «os maqueiros já são poucos para transportar tanto ferido.» Os atiradores têm, em grande maioria, o seu baptismo de fogo. Se nos lembrarmos que Roçadas dispunha de cerca de 1800 homens contra quase 20 000 negros, dos quais 7000 armados de espingarda, teremos uma visão mais exacta dos acontecimentos. Para o soldado David de Lima «aquilo parecia um arraial, tal era a variedade de fogo!»

Mas os negros não abrandam no seu ataque. Torna-se preciso manobrar de forma a incutir-lhes um respeito que parecem não conhecer. Conta o nosso soldado:

«O Senhor Governador, que se conservava a cavalo, assim como alguns Officiais do Quartel General, com toda a serenidade percorria as faces do quadrado. Vendo o avanço da onda inimiga, ordena a saída do segundo Esquadrão, montado em cavalos argentinos. Tocou a montar, e o audacioso Esquadrão, comandado pelo Sr. Tenente Martins de Lima, sai do quadrado, percorre a mata em todas as direcções, obrigando o inimigo a dividir as forças. Para isso fizeram um esforço verdadeiramente heróico, porque, internados no mato, as avalanches negras envolvem os cavaleiros; estes apontam o perigo ao seu Comandante que, não perdendo a coragem, se volta para eles e de espada em punho grita:

— Soldados! O nosso Esquadrão, quando se vê cercado, abre caminho à ponta da lança. Carregar!

Revista da Cavalaria

O que então se passou não é fácil de descrever: todos se atiraram às cegas, saindo em breve livres daquela armadilha, matando à espadrejada ou à lançada todos os negros que lhes tentam embargar o passo.

Vendo a atitude do Esquadrão, os mais atrevidos fogem trepando para cima das árvores, e continua o ataque, mas muito enfraquecido.

O Esquadrão retira, entra no quadrado, pela face da frente, lado direito. O seu aspecto marcial enche-nos de entusiasmo. À frente, os clarins tocavam a marcha de guerra; Martins de Lima, de monóculo e luvas calçadas olha para todos os lados.

Vista à distância de 55 anos, esta cena parece de um filme de aventuras. Mas é uma cena verdadeira. O Tenente Martins de Lima, acabado o acto heróico do seu Esquadrão, resolve para consigo mesmo que nada daquilo teve importância. Calça as luvas, põe o monóculo, forma o Esquadrão e regressa ao quadrado. Se não fora pelo aspecto esfarrapado dos homens, e por trazerem um cabo morto e alguns soldados feridos, dir-se-ia que estas tropas de Cavalaria estavam fazendo apenas um pouco de ordem unida. De tal modo a cena entusiasma as outras tropas que irrompem em aplausos e vivas à Cavalaria. Havia a impressão, e estava certa essa impressão, de que se acabavam de viver momentos únicos na história militar portuguesa. Os combates prosseguiram nos dias imediatos, mas a carga de Mufilo ficara na memória de todos como alguma coisa que se vê só uma vez.

Estas heroicidades são sempre cometidas por homens simples. O herói não sabe que é herói, faz o seu dever e nada mais. Os homens do segundo Esquadrão de Cavalaria eram soldados como os mais, soldados com fome e com sede, com as roupas sujas ou rotas, mas cheios de coragem na hora de lutar. Ouçamos o seu Comandante Tenente Martins de Lima:

«Nós e os animais temos passado fome e sede, não dormimos e andamos miseráveis. Desde que saí do Forte Roçadas nunca mais tive água para lavar as mãos, ao menos, nem roupa para mudar. O meu fato, salpicado de lama preta e com grandes manchas de sangue das feridas, é simplesmente repelente! Dentro de alguns dias espero estar tão preto pela porcaria como qualquer Cuamato. Temos levado uma vida dos diabos! Entretanto a minha saúde continua sendo boa, e tenho grande confiança no bom êxito desta expedição, bem comandada como é.»

Revista da Cavalaria

*

A lição a tirar deste combate de que hoje vos falei, em especial da carga de Mufilo, orgulho da Cavalaria, é uma lição de coragem e confiança nos chefes.

Se souberdes ser cumpridores, se souberdes renunciar às comodidades passageiras e ouvir as ordens difíceis dos vossos Comandantes, podereis um dia ser dignos da mesma admiração que hoje votamos ao segundo Esquadrão de Cavalaria do Tenente Martins de Lima.

As recompensas materiais da guerra não existem para nós, os Soldados. Partimos pobres, voltamos pobres. A nossa única riqueza é a consciência de ter cumprido o melhor possível, a missão que nos foi atribuída.

Se algum de vós um dia passar na guerra por grandes dificuldades, tome como exemplo o Esquadrão de Martins de Lima. E é tudo quanto hoje vos pede a Arma de Cavalaria.

Asp. Mil.º Cav.º ASSIS PACHECO



NAULILA

ANGOLA, 1914



Logo depois do incidente de Naulila, em que desempenhou papel preponderante o Alferes Sereno, marcharam para o Sul forças do Destacamento Expedicionário de Roçadas, constituídas principalmente pelas Companhias de Infantaria 14, do comando do Major Alberto Salgado, pela 2.^a Bateria Ehrard, do Capitão Justiniano Esteves e pelo 1.^o Esquadrão de Dragões, do Tenente Francisco Aragão. Este Esquadrão, de 119 cavalos argentinos difíceis de amansar, teve, para reduzir os inconvenientes da falta de arreios e de armamento, a vontade varonil e o entusiasmo juvenil do Tenente Aragão e dos seus subordinados, que conseguiram treinar e organizar uma unidade de forte eficiência e são moral militar.

O Destacamento prosseguia para o Sul vencendo várias dificuldades. A 17 de Novembro atingiu o Forte Roçadas na margem esquerda do Cunene. O Comandante Roçadas vinha já também para o Sul, e no caminho dava instruções telefónicas ao Major Salgado, para não dispersar as suas forças, cobrir o Humbe e limitar-se à defesa da linha do Cunene sem passar para a outra margem. A 19, à meia noite, Salgado recebe a notícia de que um destacamento alemão passara a fronteira. O Capitão-Mor do Cuamato supõe ser Naulila o objectivo e pede o reforço daquele Posto. Salgado manda para Naulila 2 Pelotões da 9.^a Companhia (os do Tenente Figueiredo e Marques), uma Divisão Ehrard e 10 Dragões, sob o comando do Capitão Esteves.

No dia seguinte confirma-se a invasão do território Português por uma força alemã. A 29, uma embaixada do Soba do Cuambi informa que a coluna alemã está acampada, com tropas montadas e bocas de fogo, entre Nangula e Cuambi. Dentro de 4 dias podiam estar no Cunene. O Comandante Roçadas dissolve o Destacamento de Salgado e a 4 de Dezembro forma 2 Destacamentos: um, com destino a Naulila, comandado pelo Capitão Mendes Reis, formado pela 9.^a Companhia, Bateria de Metralhadoras, Companhia de Landins, Bateria Ehrard e o 1.^o Esquadrão de Dragões; o outro, com destino a Dangoene a 24 km de Naulila, sob o comando de Salgado.

Revista da Cavalaria

Estávamos em meados de Dezembro. Os alemães tomaram posições primeiramente próximo de Calueque, afastando-se em seguida na direcção de Naulila. Entretanto, Aragão com 47 homens está em Nangula tomando contacto com o inimigo. A frente a vigiar é extensa demais. Precisava que o outro pelotão, que recolhera a Naulila, para melhor vigiar entre Ocuancia e o rio, voltasse para o ajudar. Fez o mais que pôde. O Esquadrão de Cavalaria 9 não chegara ainda, tão lenta era a sua marcha. A coluna alemã dirigiu-se a Calueque onde acampou. Roçadas pensou em ir atacá-los no acampamento. Antes de lançar o ataque resolve organizar a defensiva de Naulila. Entretanto recebe informações do Major Salgado, de que as forças alemãs de Frank, pelo meio do mato, deixavam o acampamento e se dirigiam a Naulila.

A 17, forças alemãs e portuguesas entram em contacto. É contra Naulila que os alemães se lançam com ardor, destruindo primeiramente com a artilharia as instalações do Posto. Receberam os nossos o primeiro embate e ao fogo inimigo respondemos com igual ardor. Mas, a luta, desde o princípio, mostrava-se desigual. Perante o violento ataque, as nossas forças hesitaram, vacilaram, mas por pouco tempo.

A cavalo, Roçadas e o seu Estado-Maior vêm para junto das metralhadoras que varrem, batem em rajadas sucessivas, o terreno em frente. Ordena à artilharia que faça conversão de frente e atire sobre o inimigo que avança em massa sobre o nosso flanco esquerdo em virtude da retirada de um Pelotão de Infantaria. Caem vários oficiais alemães. No flanco direito das nossas metralhadoras, os landins fraquejam. A Bateria de metralhadoras retira para a linha da Companhia de Infantaria. Forma-se uma nova linha de defesa. O Forte está em chamas. Os nossos soldados continuam a fazer fogo. Roçadas tenta um contra-ataque, mas as Baterias não acompanham o movimento e ficam só com uma metralhadora. Retiram novamente com feridos e mortos. As metralhadoras encravam. Roçadas ao sul do Posto é incansável, animando os homens para uma nova investida. Na trincheira do Pelotão do Alferes Marques oferece-se a maior resistência ao avanço dos alemães. Ao Sul, nuvens de pó levantam-se no ar. Avistam-se cavaleiros... Serão os Dragões do Aragão? — Será a Cavalaria alemã? — não se consegue distinguir. A luta continua acesa. Os cavaleiros que estão na sua frente são os briosos Dragões de Aragão. Chegam na altura em que Roçadas quer contra-atacar de novo, obliquam na direcção da Bateria alemã que se cala. Iam carregar sobre a pequena tropa, mas o refluxo dos nossos tiros à esquerda na

Revista da Cavalaria

trincheira do Tenente Marques, faz suspender o avanço dos alemães. Estavam a ser enfiados pelo fogo inimigo. Retiraram de novo. Só ao pé do Forte os soldados do Tenente Marques, animados, continuam a fazer fogo. Ali jaz morto o Alferes de Dragões Joaquim Maria Alves que apesar de gravemente doente correra da ambulância para a linha de fogo. Haviam-no seguido mais doentes que lutavam também animados pelo resultado do seu fogo que fazia hesitar e desanimar os alemães.

Enquanto isso, Roçadas passava o Cunene. Na trincheira do Posto ainda se lutava arduamente.

Von Water comandante da reserva da força alemã saíra do seu acampamento cerca da meia noite de 17. As fogueiras do acampamento deixadas por Aragão em Nangula ainda o detiveram num alto imprevisto. Mal informado pelo guia, o Boer Duplessis, regula mal a marcha, perdendo-se, indo parar em frente dum Pelotão de Landins que os recebe a tiro. Os alemães vencem a resistência e seguem a marcha.

No vau de Nalolo há fogueiras também. O combate aviva-se em Naulila. Em Nalolo não há tropas. Von Water avança de novo. No vau do Cabelo, 58 homens sob o comando do Alferes Figueiredo defendem a passagem do rio. As forças alemãs procuraram envolvê-los pelo flanco esquerdo. Retiram para a margem direita. Von Water vence-os continuando o avanço para Naulila. Aragão é avisado da chegada de Von Water a Naulila e vai reconhecer a força com o Tenente Andrade; calcula-lhe o efectivo. São cerca de 200 homens. Resolve atacar imediatamente. Avança, a coberto, até 800 metros a sul da antiga posição da 12.^a companhia; manda apear um Pelotão e estender em atiradores enquanto o Alferes Sereno espera abrigado na retaguarda. Em lanços sucessivos, sob o fogo intenso dos alemães que também estenderam os seus atiradores, avançam. Encontram-se e trava-se luta renhida. Temos poucas baixas. Os alemães retiram; recuam o flanco envolvido e pretendem envolver-nos pela direita. Aragão receia que o separem do Pelotão de reserva e o atirem contra o rio. Manda uma ordem a Sereno para carregar sobre o flanco direito alemão. Sereno dá ordem de carregar ao pequeno Pelotão que se lança sobre os alemães, desorganizando-os.

Sereno tomba do cavalo ferido. Os alemães recuam e a nossa linha de atiradores também, para recomeçar a luta em melhores condições. Luta-se então com ardor febril sofrendo o inimigo perdas importantes.

Revista da Cavalaria

Von Water tenta envolver os 30 atiradores em linha. Aragão manda retirar. Alcançam os cavalos e retiram para o forte. Recebe-os a fuzilaria dos alemães que já ocupam as posições da 12.^a Companhia.

Os Dragões atravessam-nos a galope. Tombam alguns feridos. A montada do Tenente Andrade cai. Aragão é ferido numa coxa. A seu lado está o fiel 155. Outros dois Cabos estão feridos também. Andrade com 3 Dragões vai dar com Aragão sozinho encostado a um imbondeiro com um lenço amarrado à coxa. Querem levá-lo. Aragão nega-se a ir. Ordenara a retirada. É feito prisioneiro e levado ao posto de socorros onde tem a alegria de ver que mais de metade dos prisioneiros eram feridos. Havia lutado bem.

O efectivo dos Dragões era pequeno. Os que não estavam ali estavam presos ou jaziam mortos no campo de batalha, mas os heróicos Dragões cumprido o seu dever haviam, sacrificando-se, permitido que as nossas tropas tivessem retirado em ordem concentrando-se à retaguarda, em Dangoene, ponto estratégico onde a defensiva se podia fazer mais eficazmente.

Em Naulila, os nossos prisioneiros enfrentaram um inimigo desmoralizado pelas baixas sofridas, receoso dum retorno ofensivo. Trainer, comandante das forças alemãs tentou, por todos os meios, parlamentar com Alves Roçadas. No dia 19, de manhã, vendo uma força que se aproxima de Naulila, receoso de um novo ataque por tropas portuguesas reforçadas, retira para a Damaraland.

Curvemo-nos respeitosamente, perante esses que no campo de batalha pereceram, camaradas a quem a luta desigual prostrou no cumprimento do seu dever de Soldados.

Honra, pois, a todos os que se sacrificaram pela Pátria e souberam morrer com glória.

Tenente FILOMENO JORGE M. GARCIA

O REGIMENTO DE VOLUNTÁRIOS REAIS



história militar das nossas unidades do século XVIII é, por vezes, bastante confusa e sobre algumas há um quase completo desconhecimento. Estão neste caso alguns regimentos de Cavalaria, como, por exemplo, os de Castelo Branco, Penamacor, Aveiro, Beja, Algarve, aos quais Cristóvão Ayres, em «História de Cavalaria Portuguesa», se não refere ou trata muito por alto e incompletamente.

Ao *Regimento de Voluntários Reais* quase não faz este autor qualquer referência, apesar de nunca se esquecer de uma outra unidade de idênticas características, a Legião de Tropas Ligeiras ⁽¹⁾.

Carlos Selvagem, em «Cavalaria Portuguesa — Subsídios para a sua história» ⁽²⁾, não se refere ao *Regimento de Voluntários Reais*, mas não deixa de citar a Legião de Tropas Ligeiras e o Corpo de Cavalaria da Guarda Real de Polícia.

Também Balula Cid, em «Unidades de Cavalaria — Sua evolução» ⁽³⁾, nada diz sobre o *Regimento de Voluntários Reais*, Legião de Tropas Ligeiras (1796-1808), Corpo de Cavalaria da Guarda Real de Polícia de Lisboa (1801-1834) e do Porto (?-1834), Companhias a cavalo (Esquadrões de Cavalaria, desde 1890) da Guarda Municipal de Lisboa (1834-1910) e Companhia a cavalo (Esquadrão de Cavalaria, desde 1890) da Guarda Municipal do Porto (1837-1910) e Guarda Nacional Republicana.

Para Latino Coelho, em «História Militar e Política de Portugal», seguindo a Fr. Cláudio da Conceição, os «*voluntários reaes (dois batalhões)*» pertencem às tropas britânicas e em outra altura chama-lhe «*regimento de voluntários leaes*» ⁽⁴⁾.

Por estes motivos se procuraram colher alguns apontamentos sobre o *Regimento de Voluntários Reais*, cuja curta existência, 1762-1769, não obistou a que tivesse desempenhado papel activo e honroso na campanha de 1762.

Revista da Cavalaria

Nos princípios de 1762, quando começou a tornar-se patente que Portugal também iria ser envolvido na Guerra dos Sete Anos, procurou-se reorganizar o Exército, contratou-se a vinda do Conde de Lippe e de vários oficiais estrangeiros, especialmente ingleses, e, ainda, negociou-se com a Inglaterra o envio de um corpo de tropas.

Em data que se desconhece foi mandado organizar o *Regimento de Voluntários Reais*, unidade mista de cavalaria e infantaria, com um efectivo total de 1200 praças⁽⁵⁾, sendo 1/3 de cavalaria e 2/3 de infantaria, isto é, 400 e 800 praças respectivamente, as quais seriam retiradas de todos os regimentos destas duas armas, com excepção dos pertencentes às praças de Elvas e Almeida.

Era este *Regimento de Voluntários Reais* uma unidade ligeira cuja missão, mais tarde, em fins de 1767 ou princípios de 1768, o Conde de Lippe definira assim:

«O exercício que pertence ao regimento dos Voluntários Reais não está submetido tam escrupulosamente à precisão de regras de tática como o dos outros regimentos; devem na verdade estar eles instruídos a combater também em corpos unidos, porém o essencial para eles é de estar exercitados a saber fazer escaramuças, seja para inquietar o inimigo, seja para cobrir os reconhecimentos, sem cobrir os movimentos; saber formar embuscadas, surpresas, fazer longas marchas ligeiramente e em segrêdo, seja avançando, seja em retirada; saber-se aproveitar de tôdas as circunstâncias interessantes do local das comarcas, como estradas, veredas, desfiladeiros, montanhas, vinhas, vilas, rios, pontes, vaus, bosques, etc. Seja para as carreiras, seja para ocupar os postos, a infantaria sobretudo se deve exercitar a atirar bem firme, a escolher bem os seus postos, e aproveitar-se do forte e do fraco dos terrenos; ser astuto, vigilante e infatigável; em uma palavra, ser bem acostumado a fazer a pequena guerra com acontecimento» (6).

Quanto ao seu armamento sabe-se considerar o Conde de Lippe que, para os 800 homens da sua infantaria, devia ser de 400 fuzis raiados, 400 espadas curtas e 400 pistolas de cinto. Também considerava que a sua impedimenta era menor que a dos regimentos de infantaria ou cavalaria, pelo que *«Como o regimento de Voluntários Reais não haverá barracas, bastar-lhe-á os 400 a cavalo: Cavalos e muares de carga — 10, Carros de mato — 4, Muares para tiro — 8; E os 800 a pé: Cavalos e muares de carga — 20»* (7).

O Regimento deve-se ter começado a organizar, em Tomar, em fins de Julho de 1762 e sabe-se que a 8 de Agosto já estava nomeado seu Comandante o Coronel inglês João Hamilton (8).

Revista da Cavalaria

Antes do dia 14 deste mês já o *Regimento de Voluntários Reais* marchara a ocupar o seu lugar no dispositivo das tropas em campanha (9).

Como se sabe, inicialmente, o Exército Português concentrara-se na região Tomar-Constança-Torres Novas, e, depois que o Conde de Lippe assumira em Abrantes (22 de Julho de 1762) o comando deslocara-se para a região Abrantes-Constança. Entretanto o Exército franco-espanhol, sob o comando do Marquês de Sarriá, que entrara pela Beira Alta, cerca Almeida, em 30 de Julho de 1762.

O Conde de Lippe, atendendo a várias circunstâncias, acha preferível não socorrer Almeida, a cujo comandante manda que resista até ser aberta nas muralhas uma brecha praticável (10), e para cobrir a Beira Alta e as estradas de Coimbra e Vizeu organiza um Corpo, sob o comando do Tenente-General Townshend, do qual faz parte o *Regimento de Voluntários Reais* (11).

Para cobrir a Beira Baixa é organizado um outro Corpo, do comando do Marechal de Campo Conde de Santiago (12).

Mas Almeida rende-se, a 25 de Agosto. Sarriá é substituído pelo Conde de Aranda e o inimigo penetra na Beira Baixa.

Logo o Conde de Lippe manda ocupar a linha das Talhadas, sobre a qual devia retirar o Conde de Santiago, reúne em Mação e no Sardeal o grosso do Exército Português e o Exército Inglês e manda reunir-se-lhe o Tenente-General Townshend (13).

Na Beira Alta fica o Marechal de Campo Lord Lennox, com quatro regimentos de infantaria, dois de cavalaria e o *Regimento de Voluntários Reais*, com a missão de observar a guarnição de Almeida (14).

Quando Townshend chega ao Codes, o Conde de Lippe manda-o seguir, pela margem direita do Zézere, para o Fundão (15), onde apareceu em meados de Outubro, a fim de, com Lord Lennox, cortar as comunicações do inimigo operando em conjunto na região de Fundão, Sabugal e Penamacor (16).

Em 30 de Outubro, Townshend está em Belmonte (17) e o Exército franco-espanhol já retirou praticamente para Espanha, mantendo porém a posse das praças de Almeida e Chaves.

É por esta altura que a cavalaria do *Regimento de Voluntários Reais* tem uma interessante acção. O Conde de Lippe, querendo a ocupação de Penamacor, mandou que Townshend avançasse, atirando para a frente os *Voluntários Reais*. O Coronel Hamilton, na sua progressão, obriga uma força, do comando de um oficial francês e constituída por uma companhia de «*Miquelets*» e alguma cavalaria espa-

Revista da Cavalaria

nhola, a retirar à sua frente. Perseguindo-a, com 100 cavalos tirados do seu *Regimento de Voluntários Reais* e dos Dragões de Chaves, ataca vigorosamente uma força de 200 cavaleiros espanhóis que rapidamente desbarata, pondo fora de combate 40. Entusiasmados perseguem os que fogem, mas caem numa emboscada onde perdem, entre mortos e feridos, 24 homens ⁽¹⁸⁾.

A ordem de 3 de Novembro de 1762 comunica ao Exército esta acção, com os louvores do Conde de Lippe ⁽¹⁹⁾.

Porque o Exército franco-espanhol, ao abandonar a Beira Baixa, se concentrara na região de Valência de Alcântara, o Conde de Lippe faz passar a maior parte das suas tropas para o Alto Alentejo, reunindo-as em Fortios.

O *Regimento de Voluntários Reais* continua porém na Beira Baixa, onde ainda se encontra em 12 de Janeiro de 1763 ⁽²⁰⁾.

Apesar de afastado, o Conde de Lippe não o esquece e procura, durante esta paragem das hostilidades, completar o seu efectivo orgânico ⁽²¹⁾ e prepará-lo melhor para a guerra, e pensa inspecioná-lo, se possível, pessoalmente ⁽²²⁾.

Em 22 de Novembro o Conde de Aranda propõe uma suspensão de armas, por os plenipotenciários das nações beligerantes terem assinado, em 3 de Novembro, em Fontainebleau, os preliminares da paz.

Esta suspensão de armas foi assinada, por ambas as partes, em 1 de Dezembro de 1762. O tratado de paz definitivo foi assinado em 10 de Fevereiro de 1763, determinando a restituição dos prisioneiros de guerra e a devolução de Chaves e Almeida.

Terminada a guerra, os regimentos recolhem aos seus quartéis e logo se pensa em reduzir o Exército. O decreto de 10 de Maio de 1763 reduz, quase a metade, o número de unidades de infantaria, e também os efectivos da artilharia e do *Regimento de Voluntários Reais* ⁽²³⁾. Aos *Voluntários Reais* é, por essa época, ao que parece, destinada para guarnição a cidade de Beja, onde já estão instalados no mês de Julho de 1763 ⁽²⁴⁾.

Iniciada a paz, o Conde de Lippe dedica-se, com afinco, a reorganizar e instruir o nosso Exército. No outono deseja certificar-se e mostrar o progresso obtido. Realiza, então, os exercícios do Monte Branco, entre Vila Viçosa e Estremoz, os quais decorrem de 23 de Novembro a 4 de Dezembro de 1763.

No dia 22 de Novembro estão concentrados naquela região o *Regimento de Voluntários Reais*, nove regimentos de infantaria, quatro de cavalaria, um de artilharia e, ainda, o dos Reais Estrangeiros ⁽²⁵⁾.

Revista da Cavalaria

Em 24 de Fevereiro de 1764 o *Regimento de Voluntários Reais* tem a sede no Algarve (26).

De 26 de Março a 3 de Junho de 1764 o Conde de Lippe realiza uma longa viagem através do país, para inspecção da fronteira e do estado de instrução das unidades. Em 29 de Março passa revista ao *Regimento de Voluntários Reais* em Faro, onde era o seu aquartelamento e onde se manteve até fins de 1767 (27) e, possivelmente, até ser extinto.

Quando o Conde de Lippe regressa a Portugal, 16 de Dezembro de 1767, logo pensou em realizar novos exercícios. Estes executam-se nos Olhos de Água, entre Azeitão e Palmela, de 17 de Novembro a 12 de Dezembro de 1767. Neles tomou parte o *Regimento de Voluntários Reais*, sob o comando do seu Comandante, então o Coronel Carlos Chauncey, com um efectivo de 800 homens (28).

Sendo de parecer que se deviam fazer todos os anos exercícios idênticos, o Conde de Lippe elaborou um «*projecto que se deveria seguir para os regimentos distantes da Côrte rolarem de ano em ano, a-fim-de fazerem exercícios*». Por este projecto o *Regimento de Voluntários Reais* tornaria a ter exercícios em 1770, juntamente com os Regimentos de Infantaria de Faro, 1.º de Olivença, Serpa, Bragança e Penamacor, os de Cavalaria de Olivença e Chaves e ainda com destacamentos dos Regimentos de Artilharia de Estremoz e Valença (29).

Antes de Dezembro de 1769 o *Regimento de Voluntários Reais*, então comandado pelo Marechal de Campo Duarte Smith, é extinto (30).

No dia 1 de Março de 1768 o Conde de Lippe regressou definitivamente à Alemanha, mas, apesar de ausente, continuou a interessar-se pelo nosso Exército e da Alemanha escreve constantemente, dando conselhos e enviando instruções.

Para este trabalho julga-se de interesse apontar que, dez anos depois de estar na Alemanha, em uma carta dirigida ao já então Marquês de Pombal e datada de 9 de Julho de 1774, sobre assuntos a que se referem as suas «*Observações Militares*», ainda diz:

«9.º — *Teria sido bom, quando se julgou (conveniente) reformar o regimento de Voluntários Reais (...), conservar-lhe pelo menos um pequeno casco a-fim-de o poder restabelecer facilmente, sendo este corpo o único da sua espécie em Portugal, mas que não poderá dispensar-se em caso de guerra*» (31).

Também em uma carta para o Coronel Lloyd, datada de Hagenbourg, 14 de Agosto de 1765, em que resume o dispositivo que tomou

Revista da Cavalaria

e a manobra que realizou na campanha de 1762, não deixa de fazer referência directa ao *Regimento de Voluntários Reais* e diz:

«... esta posição (a posição nas serras de Lercas e Santa Clara, entre os rios Codes e Tejo) era suficientemente forte de forma a permitir que Mylord Townshend executasse uma difícil contramarcha, com 10 batalhões, para se juntar a Lord Lenox, com o fim de cortar as comunicações ao inimigo, e em seguida deslocar uma força de 15 batalhões, um regimento de Cavalaria e os voluntários de Mr. Hamilton entre Penamacor e a direita do Exército inimigo» (32).

O uniforme do *Regimento de Voluntários Reais* ainda consta do álbum da Academia de Ciências de Lisboa, de 1777 e colorido com as respectivas cores, apesar de, nessa data, este regimento, como se disse, já estar extinto (33).

Sabe-se que prestaram serviço nos *Voluntários Reais* os seguintes oficiais: Sargento-Mor agregado à Cavalaria Barão Seltzer d'Elwange (Augusto), Capitão de cavalos José de Cavaroz, Capitão de cavalos António Correa de Azevedo Bravo, Capitão de cavalos António de Quadros e Sousa, Capitão de Infantaria D. José de Macedo Souto Maior, Alferes de Cavalaria Gonçalo José Vaz Nunes Preto e Alferes Salvador de Sousa e Silva e também o Furriel Jerónimo Gonçalves (34).

COMANDANTES

Coronel, depois Brigadeiro, JOÃO HAMILTON — (1762-1765?).

Foi o primeiro Comandante e o organizador da Unidade (35).

Deixou o comando em data que se não pode precisar, mas talvez em 1764.

Era súbdito britânico e veio servir devidamente autorizado por S. Majestade Britânica, tendo sido nomeado Coronel de Infantaria, por decreto de 31 de Julho de 1762, com soldo dobrado e vencimento a partir de 20 de Junho de 1762, devendo ter exercício no regimento que ulteriormente lhe seria destinado (36).

Apesar de não ter desembarcado em Lisboa quando o Conde de Lippe (este chegou a 30 de Julho e Hamilton, ao que parece, a 20 de Junho) acompanhou este, com diversos oficiais alemães e dois ingleses,

Revista da Cavalaria

na sua vinda a Portugal e não fazia parte do Exército inglês. Assim, em 20 de Julho, estes três oficiais ingleses e os alemães seguem no séquito de Lippe quando este deixou Lisboa e vai instalar o seu Quartel General em Abrantes ⁽³⁷⁾.

Por decreto de 5 de Junho de 1763, estando ainda no *Regimento de Voluntários Reais*, foi nomeado Brigadeiro de Infantaria ⁽³⁸⁾.

Coronel CARLOS CHAUNCEY (CHAUNCY, SCHAUNCY, CHAUNSEY ou CHAUNCAY) — (1765-1769).

Foi o segundo Comandante do Regimento ⁽³⁹⁾. Nomeado Coronel dos *Voluntários Reais* em 29 de Julho de 1765 ⁽⁴⁰⁾.

Ainda era Comandante quando faleceu, o que ocorreu antes de Abril de 1769.

Era vassalo de El-Rey da Grã-Bretanha e atendendo à sua instrução militar foi nomeado Sargento-Mor de Cavalaria, por decreto de 28 de Junho de 1762, para ter exercício no regimento que lhe fosse destinado, com soldo dobrado e vencimento a partir de 28 de Maio de 1762 ⁽⁴¹⁾.

Foi nomeado Tenente-Coronel de Cavalaria por decreto de 24 de Setembro de 1762 (ao que parece actualmente perdido — pois não consta do «Catálogo» de Madureira dos Santos) e colocado no Regimento de Cavalaria de Alcântara, de que era Coronel o Barão de Alvito e Conde de Oriola, D. Fernando Lobo da Silveira, por decreto de 10 de Novembro de 1762.

Um decreto de 12 de Junho de 1763 determina que passe a exercer as funções de assistente de Pedro Preston, Inspector Geral das Tropas na Corte e província da Estremadura, Alentejo e reino do Algarve, deixando então o Regimento de Cavalaria de Alcântara ⁽⁴²⁾.

Pouco tempo depois é nomeado, por decreto de 28 de Outubro de 1763, Inspector Geral da Cavalaria da parte do Sul, com a patente de Coronel, em atenção ao seu merecimento e serviços ⁽⁴³⁾.

Ainda era Inspector da Cavalaria em 5 de Setembro de 1746, pois o Conde de Lippe, nas suas «Observações Militares, diz, ao referir-se às inspecções extraordinárias que se devem realizar: «*O inspector Chauney desempenha ordinariamente este serviço em relação à cavalaria do Sul, isto é, a respeito dos regimentos da Côte, e daqueles de Elvas, Olivença, Évora, Beja e Castelo Branco*»; e noutra passagem refere-se-lhe decerto também, apesar de ainda mais estropear o nome, quando diz: «*Ao sr. inspector da cavalaria, Chanmes, deve ser entregue um modelo de sabre*» ⁽⁴⁴⁾.

Revista da Cavalaria

Marechal de Campo DUARTE (ou EDUARDO) SMITH — (1769).

Foi o terceiro e último Comandante do Regimento, desde Abril de 1769 até à sua extinção, antes de Dezembro desse ano (45).

Era vassallo de Sua Majestade Britânica e foi nomeado, por decreto de 3 de Junho de 1762, Tenente-Coronel, devendo servir na cavalaria em unidade a determinar, com soldo dobrado e vencimento a partir de 8 de Maio de 1762 (46).

Por decreto de 10 de Julho de 1762 é colocado no Regimento de Dragões de Chaves, de que era Coronel D. Pedro Manuel de Vilhena.

Por decreto de 17 de Setembro de 1762 é nomeado Ajudante das Ordens do Marechal de Campo Jorge Cary, conservando a sua companhia e vencendo, além do soldo dobrado, o acréscimo que lhe competia como ajudante das ordens.

Julga-se que foi nomeado Coronel por decreto de 24 de Setembro de 1762 (ao que parece actualmente perdido — pois não consta do «Catálogo» de Madureira dos Santos) e por decreto de 10 de Novembro de 1762 foi nomeado Comandante de um regimento de Cavalaria a indicar pelo Conde de Lippe.

Sabe-se que em 12 de Janeiro de 1763 já comandava o Regimento de Cavalaria de Bragança (47). Também a relação que vem junto ao alvará com força de lei de 24 de Fevereiro de 1764 o indica como Comandante deste Regimento (48).

Foi promovido a Brigadeiro de Cavalaria, por decreto de 22 de Outubro de 1764, em consideração ao zelo, actividade e préstimo com que se encarregava do real serviço, e ao bom estado em que tinha posto a disciplina e a economia do Regimento de Cavalaria da Praça de Bragança, de que tinha sido encarregado e no qual continuava.

Antes desta promoção o Conde de Lippe, nas suas «Observações Militares», indica-o como um dos officiaes que podem fazer as inspecções extraordinárias na Cavalaria e considera-o «*Official de cavalaria de primeira ordem*». Por seu turno o Conde de Oeiras, em carta de 30 de Novembro de 1764, diz: «*Um dos mais hábéis officiaes estrangeiros que se acham ao serviço d'Elrei Nosso Senhor é Duarte Smith, brigadeiro de cavalaria e do melhor regimento que o M.^{al} G.^l confessou haver visto*» (decerto na sua viagem de inspecção da fronteira, realizada de 26 de Março a 3 de Junho de 1764) (49).

Em fins de Novembro de 1764 estava em Inglaterra, gozando alguns meses de licença (50).

Revista da Cavalaria

Em atenção aos seus merecimentos, serviços e qualidades foi, por decreto de 23 de Dezembro de 1767, nomeado Marechal de Campo ⁽⁵¹⁾.

Julga-se que, depois de ter comandado o Regimento de Voluntários Reais, voltou, ainda Marechal de Campo, ao Regimento de Cavalaria de Bragança onde se conservou, ao que parece, pelo menos até Maio de 1770 ⁽⁵²⁾.

Ten.-Cor. VASCO DA COSTA SALEMA

NOTAS

(¹) Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, «História da Cavalaria Portuguesa», Vol. IV, págs. 65 e 66.

Também no Vol. I dessa obra, no qual se fez a descrição geral da evolução orgânica da Arma de Cavalaria em Portugal, se não fala do *Regimento de Voluntários Reais*, apesar de também aí se não esquecer de referir a Legião de Tropas Ligeiras (págs. 106 e 108). Porém, no Vol. II da mesma obra (pág. 34), em uma referência à importância da cavalaria na campanha de 1762, diz que ao lado dos outros regimentos de cavalaria «figurava brilhantemente a cavallaria dos voluntários reaes, composta de cavallos escolhidos de todos os regimentos portugueses e às ordens do coronel Hamilton».

(²) *Defesa Nacional*, n.º 82 e 84 (Ano de 1941).

(³) *Revista da Cavalaria*, n.º 4 de 1956 (Ano 17.º).

(⁴) José Maria Latino Coelho, «História Militar e Política de Portugal», Tomo III, nota 3 a pág. 72 e nota 3 a pág. 82, e P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 66 e 67.

(⁵) O P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 58, diz que o efectivo dos *Voluntários Reais* era de 800 praças.

Contudo, o Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeiras e datada de «Portalegre 9. bre 9. 1762» (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 5.º Vol., págs. 109 e 110), diz:

«J'espère que Sa Majesté daignera approuver et ordonner qu'on mette le Corps des Volontaires Royaux sur le pied complet, a 400 Chevaux et 800 Fantassins, et je supplie Votre Excellence de faire ordonner qu'on envoie 600 Recrues incessamment a Abrantes, pour remplacer les hommes qu'on tirera des Régimens pour compléter le Corps de Monsieur de Hamilton.»

Julga-se poder concluir que orgânicamente o efectivo era de 1200 praças, mas durante a campanha, como de resto sucedia em todas as unidades, nunca

Revista da Cavalaria

se atingiu esse efectivo, o qual, possivelmente, nunca ultrapassou as 800 praças, indicadas por Pereira Sales, e até estaria reduzido a umas 600 naqueles princípios de Novembro em que a luta se suspendera, mas que em qualquer momento podia recommençar.

(⁶) P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», nota 1 a pág. 172, de onde se transcreve a observação segunda, da autoria do Conde de Lippe, que acompanha o seu projecto de rolamento dos diferentes regimentos para os exercícios anuais.

(⁷) Ibidem, pág. 120, 130 e 134 — «Observações Militares», artigo 21.^o, da autoria do Conde de Lippe.

(⁸) Ibidem, nota 1 a pág. 58: «*Em 8-VIII-1762 foi enviado aos generais da infantaria e da cavalaria a seguinte ordem: — «Par ordre de S. A. Mgr. le Maréchal Général V. Ex.^{ce} voudra bien expédier ses ordres à tous les régiments d'infanterie et de cavalerie qui n'ont pas encore fourni leur quote part au Régiment de Volontaires Royaux de Mr. le C.^{el} d'Hamilton, pour qu'ils la fassent partir immédiatement pour Tomar; aucun régiment n'en est excépté que ceux qui se trouvent en garnison à Elvas et à Almeida. Q. G.^{al} d'Abrantes le 8 d'Août 1762. De Böhm, adj.^t Gen.^{al}»*»

(⁹) O Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeiras e datada de «Abrantes 14 de Agosto de 1762» (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 4.^o Vol., pág. 250 e 251), diz:

«A marcha do corpo de mr. Hamilton p.^a Miranda do Corvo foy retardada por 12 horas por se lhe fazer hũa trapaça no pagam.^{to}, ainda que m.^{tos} dias antes tinha mandado hũa ordem m.^{to} clara e m.^{to} distincta p.^a elle.»

(¹⁰) P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 13, 16 e 17.

(¹¹) O Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeiras e datada de «Abrantes 20 de Agosto de 1762» (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 4.^o Vol., pág. 256), diz:

«Creyo pois que obro mais seguro cobrindo a alta Beeira com hum Corpo destacado, que será composto de 8 batalhões, 2 Regim.^{tos} de cavalaria, o corpo d'Hamilton, e 10 peças de Artilharia.

Este corpo será commandado pelo Tenente Gen.^{al} Townsend, que parte immediatam.^{te} p.^a elle.»

(¹²) P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 17.

(¹³) O Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeiras e datada de «Près de l'Ocresa Ssp.^{bre} 30 a 6.^h du matin» (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 4.^o Vol., pág. 273), diz:

«Le General Townsend revient avec 8 Batt.^{ons} & le Reg.^t de Moura, joindre l'Armée que j'ai fait avancer jusqu'à Macaon pour être à portée de soutenir les défilés. Mylord Lenox et M.^r Hamilton resteront sur le Coa avec un corps de troupes.»

(¹⁴) P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 22 e 24.

(¹⁵) O Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeiras e datada de «Macaon 8.^{bre} 19, 1762» (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 4.^o Vol., pág. 279), diz:

Revista da Cavalaria

«... j'avais envoyé ordre au L.^t Gen. Townshend de remonter le long de la rive droite du Zézere, par Pampilhosa & Sebola afin de se réunir au Corp de Troupes de Mylord Lenox & de M.^r de Hamilton, qui avaient ordre en même temps de s'avancer vers Fundão & toutes ces Troupes réunies devoient inquieter les marches, & les convois de l'Ennemi, manoeuvrant dans son flanc droit & ses derrières, lorsqu'il penetrerait plus avant;...».

(¹⁶) P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 27 e 29.

(¹⁷) Ibidem, pág. 69.

(¹⁸) O Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeira, sem local nem data (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 4.^o Vol., pág. 282), diz:

«Les troupes ennemies diminuent peu a peu a Castel branco; j'ai fait occuper Pennamacor, envoyé ordre au General Townshend de pousser en avant Monsieur de Hamilton avec les Volontaires Royaux, Monsieur de Riley, qui commande les Miquelets et quelque Cavallerie Espagnole, s'est replié su ce mouvement. Monsieur de Hamilton la suivi, il a attaqué 200 chevaux espagnols avec 100 chevaux de son Regiment et des Dragons de Chaves, ces gens ont fait des merveilles, le choc a été vigoureux 40 espagnols sont restés sur la place, trop d'ardeur a entraîné la troupe de Monsieur de Hamilton dans une embuscade ils ont perdu 24 hommes entre morts et blessés, mais l'affaire lui fait cependant et a cette Cavallerie Portugaise beaucoup d'honneur.»

Esta carta deve ser de Castelo de Vide e de 1 ou 2 de Novembro de 1762; a anterior é de Nisa e de 29 de Outubro e a seguinte é de Portalegre e de 4 de Novembro; tem escrito, no alto, «Recebida em 3 de Nov.^o» e logo no princípio diz: «Les troupes ennemies se renforcent considerablement dans ces environs, je suis venu ici, pour visiter l'état des fortifications, j'ai été dans la même intention hier à Marvaon, ces deux endroits sont d'une extrême consequence, pour la defense des Frontières de l'Alentejo...».

(¹⁹) P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 32, que, da Ordem de 3 de Novembro de 1762, transcreve:

«Mgr. le Maréchal Général donne part de ceci à l'armée, et témoigne publiquement sa satisfaction à l'égard de la valeur avec laquelle les Voluntários Reais et les Dragons de Chaves ont agi dans cette occasions. S. Ex.^{ca} le général Townshend a repris Penamacor en même temps.»

(²⁰) Ibidem, págs. 54/55, 61 e 65 — documentos intitulados: «Plan General de l'armée combinée...» e «Corps detaché dans la province de Beyra — Em 12 de Janeiro de 1763».

(²¹) Veja-se a carta do Conde de Lippe, de 9 de Novembro de 1762, a que se faz referência na nota 3.

A mesma carta diz, ainda:

«Un Ordre precis sera necessaire a la Vedorie pour couper court aux Difficultés innombrables aux quels j'ay lieu de m'attendre de leur part lorsqu'il s'agira de L'Habillement et de la paye de ce Corps (Voluntários Reais), qui a rendu beaucoup de services dans la Beira et s'aguerrit plus qu'aucum autre pour etre perpetuellement a portée des Ennemis.»

(²²) O Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeiras e datada de «Monforte, Nov. 23. 1762» (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar» 5.^o Vol., pág. 115), diz:

Revista da Cavalaria

«Monsieur de Hamilton m'assure qu'il a plus de mille Recrues pour son Regiment, et qu'il ne souhaite pas qu'on tire des autres Regiments pour le completer (tant mieux) j'enverrai visiter ce corps incessamment si je n'ai pas le tems d'y aller moi meme.»

(²³) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 91 e 92.

Note-se contudo, que o Conde de Lippe quando, em 5 de Setembro de 1764, escreveu as suas «Observações Militares» considera, no artigo 21.º, que são 400 o número de cavalos necessários para os 400 *Voluntários* a cavalo, em tempo de guerra, e que são 800 os a pé (Vide obra citada nesta nota, pág. 132 e quadro a págs. 134), como já se referiu.

(²⁴) O Conde de Lippe, em carta dirigida ao Conde de Oeiras, sem localidade nem data (Vide «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 5.º Vol., pág. 128), diz:

«... je partirai le 27 de V.ª V.ª (Vila Viçosa) pour Moura, & dela j'irai a Beja, p.ºr passer en revue les Volontaires Roiaux.»

Da leitura desta carta depreende-se que foi escrita de Elvas — escreve de uma praça, depois de ter estado em Campo Maior e Olivença, refere-se a M.ºs Bastos e Mexia (Comandantes dos Regimentos de Infantaria de Elvas) e Vilhena (D. Cristóvão Manuel de Vilhena, Comandante do Regimento de Cavalaria de Elvas) — e pouco antes do dia 25 de Julho de 1763 — pois foi nesse ano que o Regimento de Serpa (do comando de Anderson) se insubordinou contra o seu comandante e se passou, com o Alferes José Maria de Aguiar, o facto que na carta refere.

(²⁵) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 101 e 102.

(²⁶) Ibidem, pág. 92, e Carlos Selvagem, «Portugal Militar», pág. 480.

Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, «História da Cavalaria Portuguesa», Vol. II, págs. 364 a 367, publica a relação que vem junto ao alvará com força de lei de 24 de Fevereiro de 1764, determinando a forma de se fazerem as levadas e recrutas para os regimentos do Exército, da qual consta o local de guarnição de todas as unidades e o seu comandante à data, mas sobre os *Voluntários Reais* diz somente: «Tropa ligeira, ou regimento dos voluntários reaes, de que era coronel».

(²⁷) Ibidem, pág. 171.

(²⁸) Ibidem, págs. 169, 170 e 171, e Belisário Pimenta, «Catálogo e sumário dos documentos de carácter militar existentes nos manuscritos da biblioteca da Universidade de Coimbra», em «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 4.º Vol., págs. 214 e 215, o manuscrito intitulado «Ordens de S. Alteza O Snr. Marechal General Conde Reinante de Schambourg Lippe. — Dos Mezes de Novembro de 1763, e 1767».

(²⁹) Ibidem, págs. 172 e 173.

(³⁰) Ibidem, nota 1 a pág. 172.

(³¹) Ibidem, págs. 183 e 185.

(³²) A. Faria de Moraes, «O Documento Lloyd — 1765», em «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 21.º Vol., págs. 163 e 177.

(³³) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 104.

Revista da Cavalaria

(³⁴) H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», decretos de 1-XII-1763 (n.º 276), 1-IX-1764 (n.º 144), 11-I-1765 (n.º 10), 10-XII-1766 (n.º 127), 27-V-1769 (n.ºs 31 e 32), 21-IV-1770 (n.º 21), 11-X-1771 (n.º 20) e 18-IX-1774 (n.º 60).

Note-se que outros decretos do antigo Conselho de Guerra, os publicados na «Sinopse dos decretos remetidos ao Conselho de Guerra», de Cláudio Chaby, decerto dão elementos referentes ao *Regimento de Voluntários Reais*, mas não foi possível consultar esta obra.

(³⁵) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 71 e nota 1 a pág. 172.

(³⁶) Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, «História Orgânica e Política do Exército Português — Provas», Vol. II, págs. 452 e 453, na íntegra este decreto.

(³⁷) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 8, 9, 13 e 212.

(³⁸) H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», decretos de 31-VII-1762 (n.º 424) e 5-VI-1763 (n.º 96).

(³⁹) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», nota 1 a pág. 172. Contudo, a pág. 71 apelida-o Chancy e diz que era Comandante do *Regimento dos Voluntários Reais* quando este corpo foi extinto em 1769, o que é manifesto lapso.

(⁴⁰) Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, «História Orgânica e Política do Exército Português — Provas», Vol. II, pág. 422.

(⁴¹) Ibidem, Vol. II, pág. 422, publica na íntegra este decreto.

(⁴²) Ibidem, Vol. II, pág. 110, chama-lhe, ao que parece, Carlos Clausy (mais uma deturpação) e dá-o como Tenente-Coronel do Regimento de Cavalaria de Alcântara e como promovido a Coronel em 5 de Novembro de 1763, continuando no Regimento de Alcântara — note-se que o «Catálogo» de Madureira dos Santos só indica um decreto com essa data que se lhe não refere.

(⁴³) H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», decretos de 28-VI-1762 (n.º 351), 10-XI-1762 (n.º 665), 12-VI-1763 (n.º 112), 28-X-1763 (n.º 243) e 5-IV-1769 (n.º 16).

(⁴⁴) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», págs. 120, 122 e 131.

(⁴⁵) Ibidem, nota 1 a pág. 172. Contudo a pág. 71 indica-o, somente, como tendo sido Comandante do Regimento de Cavalaria de Bragança.

Um decreto de 27-V-1769 (n.º 31 do «Catálogo» de Madureira dos Santos) designa-o já como Comandante do *Regimento dos Voluntários Reais*.

Um decreto de 11 de Outubro de 1771 (n.º 20 do «Catálogo» de Madureira dos Santos) refere-se ao *Regimento de Voluntários Reais* como extinto.

(⁴⁶) Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, «História Orgânica e Política do Exército Português — Provas», Vol. II, pág. 522, publica na íntegra este decreto.

(⁴⁷) P.º Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 64, documento em francês no qual o seu nome vem escrito do seguinte modo: «Colonel Schmidt».

(⁴⁸) Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, «História da Cavalaria Portuguesa», Vol. II, pág. 366, e Vol. III, pág. 47.

Revista da Cavalaria

(⁴⁹) P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 112 e nota dessa página.

(⁵⁰) Ibidem, nota a pág. 122.

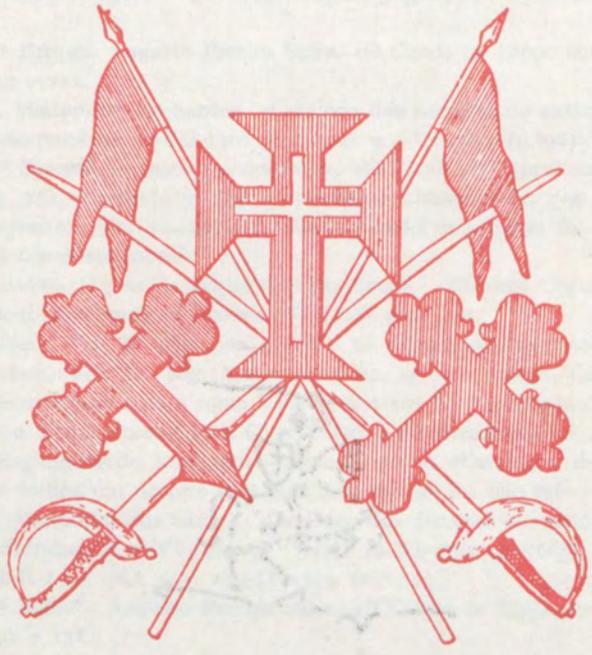
(⁵¹) H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», decreto de 3-VI-1762 (n.^o 316), 10-VII-1762 (n.^o 390), 17-IX-1762 (n.^o 548), 10-XI-1762 (n.^o 663), 7-II-1763 (n.^o 18), 20-X-1764 (n.^o 173), 22-X-1764 (n.^o 175), 15-I-1767 (n.^{os} 26 e 29), 23-XII-1767 (n.^o 223), 27-V-1769 (n.^o 31) e 9-VI-1769 (n.^o 42).

(⁵²) Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, «História da Cavalaria Portuguesa», Vol. III, pág. 63.



Escudo de Armas

(*) El Escudo de Armas de la República de Colombia se compone de un campo dividido en cuatro cuarteles por una cruz de gules, en el centro de la cual se encuentra un sol de oro. En el primer cuartel superior izquierdo se ve un león rampante de gules, en el segundo un águila de gules, en el tercero un león rampante de gules, y en el cuarto un águila de gules. En el centro del campo se encuentra un sol de oro. En el primer cuartel inferior izquierdo se ve un león rampante de gules, en el segundo un águila de gules, en el tercero un león rampante de gules, y en el cuarto un águila de gules. En el centro del campo se encuentra un sol de oro.





Doutrina

e



**Cultura
Militares**

lx.

Cavalaria em Angola



ais de Luanda. É madrugada, uma madrugada quente, mas clara e luminosa.

Na amurada do transporte, os militares ansiosos e interrogativos; olhos que ora vão de uns para os outros, ora percorrem a mole imensa daquele cais, amálgama estranho e confuso, ora mudo, ora estridente, de guindastes de braços longos e esguios, de camiões e armazéns, gentes e vagões, numa mímica gigantesca. Os nossos soldados arregalam os olhos. Meu Deus, dizem para consigo, como isto é grande... Sim, como isto é grande. É Angola, terra nossa, que nos recebe, ansiosa também porque quer viver e por isso deseja a nossa presença, o nosso esforço, a nossa ajuda na luta. E ela sabe bem com quem conta: militares dignos no esforço e briosos na luta.

Encostados à amurada, os cavaleiros — expressão já reveladora duma determinação firme, de olhar decidido, de quem num momento compreendeu o apelo mudo, mas eloquente, daquele cais gigantesco, onde tudo transpira trabalho e luta — vêem a ponte encostar.

Começa o desembarque.

Avenidas amplas e lindas, rasgadas e acolhedoras, homens, mulheres e crianças... Tudo freme de vida e juventude, tudo aqui nos grita o desejo estuante de sobreviver. Não, isto não se pode deixar morrer!!... Desfiles, continências, boas vindas... No cadenciado da marcha, os bisonhos cavaleiros, almas simples, sentem dentro de si, desbordante, infrene, o desejo da luta pela vitória.

Reunidos os meios necessários, um belo dia, de novo manhã — pois a Providência parece que caprichou em brindar os primeiros passos da Unidade com a aurora, eterno símbolo do que é belo e bom, só Deus sabendo se enigmática forma de assim nos augurar bons destinos — os nossos militares marcham agora rumo ao Norte.

Rumo ao Norte... Até esta expressão tem o ressaibo de coisa iminente, superior... O Norte, sempre referência do que é honra, brio, dignidade, valor, enfim, de tudo quanto é Mérito. É para lá, para

Revista da Cavalaria

essa zona onde só o Mérito e a Verdade têm cabimento, que marcham os nossos homens.

Luta, esforço, sede, astúcia, sangue, trabalho, privações, risos e lágrimas. De tudo. De tudo, menos desilusão ou fraqueza. Sempre em frente, em frente, rumo ao Norte...

E de tal maneira se houveram os nossos rapazes, aqueles que há bem poucos meses ainda olhavam a mímica gigante dos braços dos guindastes no cais de Luanda, que se vêem agora armados «Cavaleiros



A chegada

de Angola», por direito próprio. Missão cumprida e bem demonstrada. Parece um sonho. Centos e centos de quilómetros desbravados, que não percorridos.

Unidade semi-motorizada, de atiradores, tem o acaso da situação querido mostrar a sua costela cavaleira, actuando muitas vezes, naquele seu jeito peculiar de coisa fácil, como força encarregada da segurança dos itinerários. E que itinerários!!... Longos, sem fim. Se os nossos irmãos de armas, os Infantes, dizem com ar agastado e a sua dose de graça irónica «que grandessíssimas frentes», nós diremos «que grandessíssimos itinerários!!...»

Revista da Cavalaria

Bem mais de um ano decorreu já sobre o seu desembarque. Presentemente, a estes cavaleiros, cabe:

- O patrulhamento intensivo da respectiva ZA.
- Garantir a segurança dos itinerários.
- Consolidar a confiança e conseqüente apoio das populações.

São preocupação dominante e constante a pesquisa de notícias e a detecção de actividades subversivas, barrando teimosamente o alastramento do terrorismo e batendo este esteja onde estiver, num martelar contínuo, incessante, de força e presença desencorajadora para o inimigo. Até porque, convertida a inicial fúria do adversário, de arremetidas loucas e fanáticas, numa já melhor actuação, com ares de planeamento e diferenciação, a melhor forma de garantir os itinerários será ainda bater o inimigo, acozá-lo e destruí-lo o mais longe possível, negando-lhe assim condições para o estabelecimento de bases de partida. Para execução desta missão, que é vasta, esta cavalaria desenvolve diariamente as mais variadas acções e operações, conforme as necessidades impostas pelo momento e meios. Assim, efectua rusgas, batidas, cercos e limpezas, emboscadas, golpes de mão, patrulhas. Enfim, de tudo o nosso soldado fez e bem.

Operações em que, por via de regra, as marchas itinerárias em viatura, são uma reminiscência de coisa que se aprendeu, de que se ouviu falar. Em suma, são uma recordação e uma saudade. Essa poética marcha como que por mágicas artes, transforma-se numa aproximação longa e dura, demorada e penosa, a pé, afundada no escuro espesso da noite. As armas na mão, o equipamento o mais aligeirado possível e preparado para a mata. Nesta, tudo quanto constitua um motivo de prisão em potência, deve ser eliminado do equipamento e fardamento. Agora é um galho estúpido, rasteiro, que mal se via; mais logo é uma liana ou uma raiz que, não se sabe como, prende o nosso uniforme. Todo o excesso imobilizador deve pois ser sumariamente suprimido, já pelo atraso e conseqüente desarranjo no sincronismo da operação que isso pode significar, já pelo desgaste prematuro que provocará no pessoal atirado para terrenos de progressão deveras difícil, mas principalmente pelo ruído, pois a surpresa, sempre tão esquiva neste tipo de guerra que travamos em Angola, tem de ser a preocupação maior duma força em operações.

Pois que é preciso abater silenciosamente as sentinelas inimigas, muitas vezes bastante avançadas em relação ao seu dispositivo, insó-

Revista da Cavalaria

litas na implantação quanto à postura, já não diremos clássica, mas pelo menos em relação ao que esperávamos. E como se não bastara já tal dificuldade, surge ainda a particularidade desesperadora daquelas se irmanarem perfeitamente com o negro da noite, na mata ou capim. Daqui se infere que só à custa de muito sacrifício, astúcia e tenacidade, o objectivo será alcançado. É então que a força desenvolve, actua, cumpre a missão.



Uma patrulha

«... mata, mais mata. Tudo húmido. Suor? Chuva? Ambas as coisas. Noite, escuro. Há quantas horas dura este inferno, esta marcha?... Talvez dez horas. Sim, dez horas. De pé, de rastos. E nem um cigarro, diz para si o soldado: Ah! Esta coisa da surpresa!.. O soldado continua, silencioso. De repente é o inferno que se abre ao mesmo tempo que a madrugada. Fogo, tiros, chamuscas e pragas. De novo o silêncio. Dezenas de terroristas jazem no chão húmido, imóveis... Suor? Chuva? Sim, ambas as coisas e agora sangue também...» (Setembro de 1962, algures no norte de Angola).

«... e o cabo apontador, rosto contraído numa máscara, granítica, olhos ardendo de querer, empunha a metralhadora ligeira, em brasa,

Revista da Cavalaria

pela manga do cano. Corpo arqueado, faz fogo marchando, numa raiva incontida, ceifando o inimigo. Continua a avançar, a mão ferida, queimada, mas que não sente...» (Julho de 1962, algures no Norte de Angola).

Rugas, batidas, cercos... emboscadas.

«... impaciente, aguarda as primeiras cores do arrebol. Quantos pensamentos lhe passaram pela cabeça, em galopada alucinante, louca, durante aquelas enervantes horas de espera?... Não o sabe, melhor, não tem tempo para responder. Como um raio, entra na cubata isolada. Em golpes de fúria esmaga o terrorista, a quem obriga a indicar o local onde se acoitam os restantes bandidos. A força de limpeza cilindra o acampamento inimigo. Acabou-se. É o regresso ao quartelamento. Sim. Agora é que vai o tal cigar... Maldição, uma emboscada!!! O nosso soldado põe-se de pé (está mal, porquê?! e em tiro instintivo, risonho, põe o inimigo emboscado em debandada... Bem, agora é que parece que sempre vai o tal cigarro...» (Setembro de 1962, no Norte de Angola).

Segurança dos itinerários...

«... lama, chuva, tudo a barrar a marcha e a dificultar a inspeção do leito da estrada. Redutores metidos, ziguezagueando, a coluna, penosamente, sobe. Toda ela arfa, em sacões, e por fim imobiliza-se. Mas há que continuar. Todos a pé!! Vocês aí, fazem a segurança. Rápido!! Vocês aí, empurram!!... Dentes cerrados, pés enterrados na lama, os soldados empurram. As rodas loucas, como giram, tontas, naquela lama que, irónicamente, cada vez é mais lama! Surge o grito, pedras!! O meu reino por uma pedra!... Mas não há pedras. Por estas, só lama. Até os guinchos, muitas vezes o «pòsinho mágico» de situações como esta, continuam molhados e frios, encolhidos, como que envergonhados da sua inutilidade. Porque nem uma pedra, nem uma árvore aqui perto... Santo Deus, e tantas desperdiçadas por essas matas imensas, já aqui ao lado, a rirem-se de nós. Veias do pescoço intumescidas, como vergas de aço prestes a estalarem, rostos luzidios pelo suor, num último e desesperado esforço. O carro começa a mover-se. Hesitante, aos bordos, mas lá vai. E lá vai outro... lá vão todos...» (Novembro de 1962, num dos itinerários).

A confiança das populações... acção psicossocial intensa.

Assistência médica diária, a todas as populações, num desconhecimento total de raças e credos. Vestuário e alimentos àqueles indígenas que provaram disso serem merecedores. Instrução, convívio são, sem comprometimentos, com todas as populações, eis outra faceta da gigan-

Revista da Cavalaria

tesca tarefa que é a nossa presença em Angola, e que todos os nossos soldados também têm sabido cumprir.

Ainda é grande, embora possa não o parecer, verificar como estes valentes, depois das noites de vela ou acção, dos tiros e das rações de reserva, ainda encontram em si energia bastante para, logo no regresso duma missão ou operação, planejarem com a maior desfaçatez e não menor sanha, uma partida de futebol para o dia seguinte, para descansar, como costumam dizer.

Por mim, estou convencido de que as drageias toni-hidratantes deviam abandonar a forma actual, para nos aparecerem moldadas figurando bolas de futebol... Só o que elas recordariam valeria por todos os tónicos...

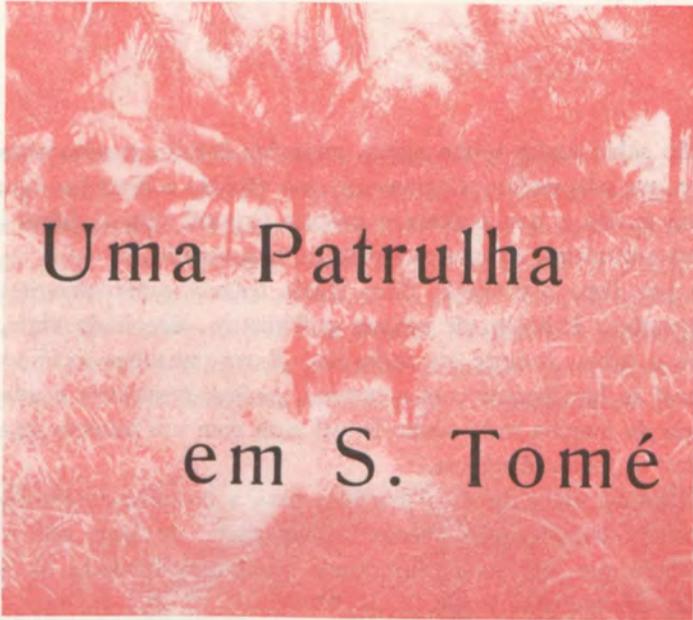
Aqui fica, resumidamente, o que foi, é e será esta cavalaria, algures em Angola. Dos bisonhos soldados que, numa madrugada quente, mas clara e luminosa, chegaram a Luanda, nada resta a não ser a lealdade dos simples. Corpos virilizados pela luta, almas galvanizadas na ténpera do sacrifício pelo ideal, são homens conscientes já do muito que valem o querer e a determinação dos poucos.

Estas simples palavras são modesta e saudosa homenagem aos soldados de Cavalaria que tombaram em terras de Angola, no campo da honra e no cumprimento generoso do seu dever, que levaram ao extremo do sacrifício da própria vida.

São ainda dedicadas a todos aqueles que nesta Unidade fizeram questão de honra cumprir o seu dever, ajudar a enobrecer o nome da Cavalaria, e assim prestigiar o Exército Português.

Capitão JOÃO DA S. ROCHA PINTO





Uma Patrulha

em S. Tomé



o Comandante do Esquadrão recebi em meados de Outubro, bem como os outros três subalternos, a missão de preparar um grupo de homens, para a partir do dia 14 de Novembro de realizarem uma patrulha apeeda, numa distância de 50 a 60 km, no difícil terreno da Ilha, a uma velocidade mínima de 4 km/hora.

Meti ombros à tarefa e depois de escolher os homens dentre os muitos voluntários que se ofereceram iniciei um período de instrução tão intenso quanto possível, dentro das actividades normais do Esquadrão.

Para conseguir a necessária preparação física do pessoal procurei valer-me principalmente da prática de desportos de que todos gostassem e portanto praticassem com prazer. Assim, a par de algumas sessões de ginástica e dos clássicos crosses, fizemos muitos jogos de brutobol que entusiasmaram o pessoal e serviram para lhe aumentar a resistência. Adquirimos também algumas canoas, aos pescadores naturais, autênticas pirogas escavadas a «machim» em troncos de árvores, duma estabilidade tão precária, que o simples facto de nos mantermos sobre elas sem as virar é já uma proeza razoável. Com as canoas, o pessoal pratica remo, aprende a subir para a embarcação sem a virar e pratica muitas vezes sem querer... natação, esse desporto tão salutar. É interessante notar que, quando chegámos a S. Tomé a maior parte do pes-

Revista da Cavalaria

soal não sabia nadar e que agora, passados dezoito meses, poucos são aqueles que não nadam alegremente, nas tépidas e límpidas águas que banham a Ilha e que limitam o próprio Quartel situado junto às instalações portuárias, sempre que para tal têm ocasião.

A par desta preparação física diária fizemos semanalmente patrulhas apeadas. Primeiro de catorze quilómetros, depois de vinte, vinte e cinco e trinta, sempre em meio-dia. Estas patrulhas serviram para o pessoal se familiarizar com o terreno, ganhar resistência e adoptar a cadência de marcha mais aconselhável para com um mínimo de esforço percorrer a maior distância.

Dois dias antes da data marcada para a patrulha foi-me indicado o itinerário, cujo reconhecimento fiz, em parte, de Jeep, não o tendo completado por me terem informado da impossibilidade da viatura transitar em todos os locais.

Verifiquei imediatamente tratar-se de um percurso muito duro, não só pela natureza do terreno que se apresentava lamacento e escorregadio, mas também pelo grande desnível a vencer; teríamos de subir desde o nível do mar até mais de 90 m para depois voltarmos a descer. Depois do reconhecimento fiz um pouco de propaganda junto dos homens, tentando prepará-los psicologicamente para o esforço que iriam dispende e creio ter atingido a finalidade, pois, quando dois dias depois iniciámos a prova, todos se apresentavam alegres e cheios de confiança.

Partimos de madrugada a fim de tentar vencer a parte mais quente do percurso, a mais próxima do litoral, ainda de noite. Todo o pessoal envergava o fato 2G sem capacete, equipamento aligeirado com bernal e cantil e levava pistola metralhadora e respectivas munições. Atravésamos a cidade adormecida e ao tomar o caminho da Boa Morte a patrulha formou em coluna com os exploradores à frente, a marcar o andamento, bastante vivo, para aproveitar o fresco da madrugada.

Começava a romper o dia quando atingimos a primeira roça das várias por onde iríamos passar e à saída da qual fizemos o primeiro alto, já dentro das plantações de cacau que aqui encontramos praticamente por toda a parte, constituindo a maior fonte de receita da Província.

Findo o alto atacámos a primeira subida difícil do percurso quando os primeiros raios de sol começavam a penetrar, por entre a densa folhagem das árvores, à sombra das quais cresce o cacau. Arfando com o esforço os homens escorregavam a cada passo no caminho lamacento, por efeito das chuvas quase diárias. Foi aí que um dos componentes da patrulha escorregou, magoando-se numa perna o que o obrigou a

Revista da Cavalaria

prosseguir coxeando. Pouco depois passámos à pequena Vila da Madalena e atingimos a grande roça de Santa Margarida, percorridos já catorze quilómetros, e fizemos o segundo pequeno alto. Retomando o fôlego prosseguimos sempre à sombra dos cacauzeiros e das grandes árvores que os protegem dos raios directos do sol. Porém, apesar dessa sombra os homens suavam em bica sujeitos ao calor e à humidade reinantes nessa meia-luz, mas, a patrulha prossegue sempre sem desânimo e pouco depois atingimos a Estrela da Trindade, já em terras de



A patrulha durante um exercicio de rusga em S. Tomé

Monte Café, e aí pela primeira vez, tenho de intervir para animar alguns homens que se atrasam um pouco e para refrear outros que infatigáveis, escalam a íngreme ladeira sob um calor sufocante com o mesmo passo com que iniciaram o percurso.

Passado Monte Café, já a 700 m de altitude, começámos a sentir um ligeiro abaixamento de temperatura e notamos uma mutação na vegetação. Com efeito, a esta altitude o cacau cede o lugar ao café, o célebre café Monte, que atinge os preços mais altos no mercado metropolitano. Alguns dos homens começam a dar sinais de cansaço por

Revista da Cavalaria

efeito da longa subida e em especial o homem que sofrera o acidente na primeira ladeira, vai-se ressentindo cada vez mais da perna magoada. Animo-o dizendo «Aguenta mais um bocado, porque estamos quase a chegar à Pousada e depois é sempre a direita!...» Cala-se mas daí a pouco diz-me «O meu Alferes diz que é já ali, mas não vejo nada... Desconfio que a Pousada vai mas é a fugir da gente!...» Rimo-nos e pouco depois chegámos à Pousada Salazar a 800 m de altitude donde se goza um panorama maravilhoso e a temperatura é amena durante todo o ano.

Passada a Pousada e os cafêzais de Monte Café e Nova Moka entramos numa zona de vegetação que forma verdadeiros túneis sobre o caminho. A cada passo deparam-se-nos locais em que uma emboscada teria efeitos devastadores: dum lado precipício abrupto, do outro, quase a pique, o flanco da montanha no qual foi talhado o caminho. Começamos a ouvir o ruído de água a cair e depois de percorrermos um túnel de verdura, numa apertada curva deparamos com a linda cascata de S. Nicolau. Resolvo aproveitar o local e dou ordem para montar uma emboscada ao Jeep que nos deve trazer a alimentação; atendendo à natureza do terreno limito-me a montar um posto de vigilância e as equipas de detenção e de assalto. O pessoal entusiasma-se e em menos tempo do que leva a contar todos desaparecem nos densos tufos de bambu que ali crescem, e esperam imóveis e calados. Nada denuncia a presença de vários homens e quando o Jeep surge todos verificam que numa situação de combate, a tripulação nem chegaria a saber o que lhe tinha acontecido. Pouco depois atingimos S. Nicolau e aí fizemos um grande alto e almoçámos.

Terminado o almoço iniciámos o regresso.

Atravessámos uma zona de extraordinária beleza natural. O caminho vai bordejando a montanha e depois de cada curva deparamos com um novo aspecto e uma nova vista que nos deslumbra. Acima de nós, massas de nuvens encobrem o cume da montanha e parecem rolar pelos desfiladeiros abaixo; vegetação densíssima cobre toda a Ilha e lá ao fundo, a cidade e o mar banhados de sol.

Fizemos o primeiro alto da tarde na Roça Santa Elvira abandonada há muito tempo, depois do que continuamos a descida. Teríamos andado um quilómetro quando o soldado magoado deu por falta do cantil que deixara no local do último alto; hesito um momento mas logo o primeiro cabo dois trinta, bom andarilho, se oferece para voltar atrás a buscar o cantil. Aceite o oferecimento parte e daí a pouco aparece em passo de corrida numa exuberante demonstração da sua bela forma

Revista da Cavalaria

física. Continuando a descida deixámos para trás a zona de mato denso e voltámos à zona de cacau por um caminho cheio de pequenas pedras que nos magoavam os pés já doridos, mas, como para baixo todos os santos ajudam, lá seguimos animados por uns ligeiros desabafos sobre a origem e a família do autor do calcetamento do caminho.

Já próximo da Trindade, a segunda povoação da Ilha, que fica a 7 km da Capital, fomos desagradavelmente surpreendidos, pois, quando já estávamos mentalizados para continuar a descer deparámos com uma subida bastante extensa. Aí o «Paredes», o soldado que se magoara e que é um dos bons corredores de fundo do Esquadrão, gasta as últimas reservas de energia arrastando a perna e quando chegamos à Trindade, depois de percorridos quarenta e quatro quilómetros diz-me «Meu Alferes! Já não posso mais! Enquanto pude acompanhei-os, agora não posso mais!» Providenciei imediatamente para que fosse transportado ao Quartel. Esta praça percorrerá bastante magoado, uma distância de mais de trinta quilómetros, parte dos quais a subir, com um espírito de sacrifício surpreendente. Prosseguimos rapidamente agora por um caminho de bom piso, para a cidade que atingimos já de noite.

À entrada da Cidade mando formar a dois. Os corpos endireitam-se, as cabeças levantam-se, ajeitam-se as fardas e os equipamentos e apesar do cansaço atravessamos a cidade marchando.

Chegados ao Quartel dirigi a todos algumas palavras de apreço pela maneira como todos se tinham comportado, pois, percorrer 53 km num terreno difícil, em cerca de 11 horas era motivo mais que suficiente para me encher de satisfação e deu ao Comando a certeza de que, em operações, com as comunicações cortadas seremos capazes de chegar rapidamente a qualquer parte da zona da Ilha à guarda do Esquadrão. Pude pois, dizer ao meu Comandante de Esquadrão: Missão Cumprida!

Alferes LOPES GOMES



Comando Nocturno



eleccionado, treinado e devidamente instruído fez-se a concentração do reduzido grupo de combate. A voz do Furriel, no silêncio da noite sobressaía monocórdica contando os elementos que iam participar na operação. Era cerca de uma da manhã. Na pequena parada, os vultos mal se percebiam de dentro do forte cacimbo que quase sempre a noite traz, nestas paragens do Norte de Angola.

Os Jeeps, cujos motores já se ouviam trabalhando baixinho, estavam desde a véspera preparados para transportar o pessoal.

O Alferes faz uma última revista e comunica ao Tenente tudo estar pronto podendo-se assim iniciar a marcha. Ao longo da fita serpenteante da picada, de piso irregular, os condutores levam as suas viaturas com os faróis mínimos acesos evitando na medida do possível os buracos enormes que por vezes surgem na frente. Percorridos quase 30 quilómetros e a sinal do Comandante do Grupo a coluna pára. O guia negro indica ser ali que um estreito e invisível trilho deve começar. Os homens descem e, silenciosamente, colocam-se em fila, observando as posições já estabelecidas de antemão. Saltitando, a luz duma pilha procura na mata o caminho que se pretendia. Nada. Mais para a esquerda. Também nada. Os olhos pregados no homem da lanterna seguem cheios de interesse o seu evolucionar. Eis que surge o cami-

Revista da Cavalaria

nho. Entra-se na mata. O ruído dos jeeps ao longe afastando-se, dizem aos homens que só consigo próprios e com Deus podem agora contar. A progressão faz-se lentamente mas com segurança.

De vez em quando o guia pára para se orientar. Atravessa-se uma zona de alto capim e reentra-se na mata. O clarão da lanterna faz desenhar com as sombras dos arvoredos figuras fantasmagóricas. Isso porém já não impressiona dada a experiência de longos meses em acções idênticas. De súbito, mesmo aos pés do Alferes ouve-se um barulho e um resfolgar. Os nervos, mais que o cérebro agem e fazem puxar a culatra da F. N. atrás. Uma voz junto dele cicia voluntariosa: Corre! E depois: O que ias fazer? Era uma pacaça. Ainda pálido o jovem Alferes sorri. Um susto, que o ajudará a calejar nestas andanças. E continua a progressão. Três da manhã, quatro, cinco. O terreno vai-se acentuando cada vez mais em declive até ir quase a pique. Um escorregão, uma queda, uma praga bem portuguesa mas abafada. Passa-se um riacho e eis que surgem dois caminhos dispostos em forquilha. O guia negro opina por um dos lados. O Tenente e o Alferes estabelecem um breve concíabulo e resolvem seguir o caminho contrário ao do guia. Agora é a subir, e de repente um leve cheiro a queimado fere as narinas de todos. Alto à coluna, avança-se agora mas lentamente. O cheiro é intenso. Todos deitados no chão, pois não chegou ainda a hora de ver do que se trata. No céu negro começa uma pequena claridade a denunciar a vinda do novo dia. Consulta-se o relógio: cinco e um quarto. Lentamente, erguem-se e caminham agora olhos e ouvidos atentos. Depara-se uma clareira e num ponto mais afastado saltam-lhes à vista duas cubatas. Rastejando, os soldados aproximam-se e para evitar surpresas o Alferes dispõe, por gestos, uma segurança eficaz. O Tenente, acompanhado de três homens chega-se mais perto das construções gentílicas, e ao seu ouvido surge um roncar tranquilo de gente adormecida. Armas apontadas os soldados vêm-no avançar. Eis que se ouve um tiro, uma restolhada e gritos breves. O Tenente exclama: «Disparem, que eles estão armados e podem fugir!» Os três homens fazem fogo de rajada. Detrás corre o Alferes com dois soldados para ajudar no que for preciso. A acção porém já se desenrolou. No chão, quatro corpos jazem ensanguentados. Revistam-se as cubatas e verificam-se os canhangulos. Estes, perfeitos, estão carregados e só um conseguiu disparar. Obervam-se documentos. Tratam-se de mensageiros da U. P. A., que esqueceram, talvez por engano de doutrina, que os Portugueses são uma raça à parte e não temem nem o ar nem o mar quanto mais uma mata por mais inacessível e frondosa que ela seja.

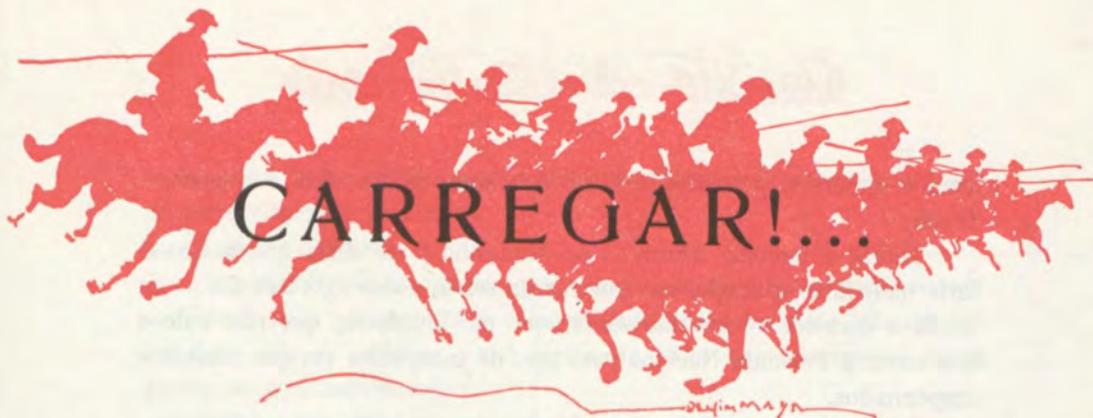
Revista da Cavalaria

Constata-se que um terrorista não morreu e está ferido. Uma ordem breve: «Maqueiro, dá-lhe uma injeção»; já vários se atarefam a cortar dois troncos compridos para fazer uma maca com cintos e cobertores achados nas cubatas. Põe-se o homem em cima. Os seus olhos contemplam com ódio aqueles que, sendo seus inimigos até à momentos fazem tudo agora o que lhes é possível para o salvar. Lento e penoso inicia-se o regresso, subindo os homens com dificuldade os altos morros que se lhes deparam. O suor do esforço e da excitação corre-lhes generoso pelas frentes. Os dois Oficiais ajudam também a carregar a maca e dão incitações em frases curtas e breves. Já se aproximam da picada. O rádio trabalha e pedem-se as viaturas. Ao longe podem-se ouvir já os ruídos reconfortantes dos seus motores.

Anda-se mais e eis que vêm ao encontro do grupo, os homens da coluna motorizada. Abraços, risos nervosos, conta-se como foi. E é a volta ao Quartel. Nos espíritos de todos, uma onda de contentamento alastra e espelha-se nos rostos. Com êxito a missão fora cumprida. Para além de tudo, era isso que importava.

Alferes mil. SÍLVIO BAIARRADA





As Unidades de Reconhecimento de Cavalaria na Guerra Moderna



entimos que há quem não quer — e, também, quem não sabe — empregar a Cavalaria na Guerra Moderna. É com grande apreensão e profundo desgosto que assistimos à repetição daquela luta épica que Mousinho travou para impor a Cavalaria na guerra dos matos, e não podemos deixar de lamentar que a prova que fez nas suas campanhas africanas, e que coroou com Macontene, assim se esteja a perder, a esquecer, ou a ignorar.

Quando falamos da Cavalaria, não nos referimos, apenas, à Cavalaria a Cavalos que, a despeito de por muitos ser considerada obsoleta, grandes serviços poderia prestar, aqui, em África, em operações de polícia nos grandes centros urbanos, pela rapidez e flexibilidade da sua manobra e efeito psicológico que produz em determinado sector das populações.

Mas, se considerarmos a aplicação da Cavalaria a Cavalos, muito operante contra determinadas acções de guerra subversiva, não é, propriamente dela que vamos tratar, se bem que, ao falarmos de Cavalaria, nunca possamos deixar de ter presente o espírito que se gerou, quando a Arma usava o Cavalos como meio de combate, e que, por tradição, é o mesmo que anima os cavaleiros de hoje, no emprego dos meios que lhes são facultados.

Considerando que a Cavalaria de Reconhecimento é, nesta hora, a que caracteristicamente continua a de antanho, será sobre esta que

Revista da Cavalaria

vamos discorrer, procurando fazer dela uma defesa séria e desassombrada.

Também naquela altura — de Mousinho — se dizia que a Cavalaria não tinha aplicação nas guerras da selva, como agora se diz — ou se dá a enender — que não serve, que não interessa, que não vale o que custa à Fazenda Nacional, no tipo de campanha em que andamos empenhados.

Salvo o devido respeito pelas opiniões que, manifestadas ou ocultas, ajudam a formar um tão errado conceito, vamos demonstrar que *vale a pena* disporem as nossas Forças Armadas de Unidades de Reconhecimento de Cavalaria bastantes, e gastar-se com elas o que for preciso, para as trazer bem equipadas e treinadas.

Perguntar-se-á como nos arrogamos ao direito de, contra uma opinião por demais generalizada, expor este ponto de vista, e, poderá, mesmo, sugerir-se que estas considerações são uma crítica a disposições ou critérios superiores.

Quanto ao direito, julgamos que assiste a todos aqueles que, em cada ano, por puro ideal ou espírito de aventura, ingressam nos Cursos de Cavalaria da Academia Militar, sem esperança séria numa rápida promoção, e, sem poderem, mesmo, esperar a satisfação dos seus legítimos anseios, de servir a Pátria e o Exército em Unidades características da Arma que, generosamente, escolheram.

Quanto à natureza das considerações, nunca poderá tomar-se por crítica o que é apenas uma honesta vontade de esclarecer — de dizer a Verdade sobre a Cavalaria. Manter uma atitude passiva a respeito daquela Verdade que se impõe, divulgar ou tomá-la com quaisquer intuitos críticos, estaria de resto, em contradição com as virtudes da lealdade, do respeito, e da subordinação que estão na base da formação cavaleira.

Por isso mesmo, decidimos não calar por mais tempo este grito de Carregar (!) que trazemos desde há muito fechado dentro do peito. Que ele sirva para despertar aqueles — da Arma — que já o não escutam há muito tempo, e, sobretudo, para chamar a atenção dos outros, dos que detêm a responsabilidade de decidir ou influem nas decisões superiores, e que, porventura, andam a concorrer para que se desprezem meios óptimos de fazer a guerra — esta guerra especial — e factores decisivos das vitórias que lhes compete preparar, nos estudos e planos a que, sobre a sua arte, tanto se devotam.

Vamos, portanto, sinceramente, apontar um erro que se avoluma, e, dizendo a Verdade sobre a Cavalaria, contribuir para a sua correcção

Revista da Cavalaria

e concorrer para a eficiência que desejamos para as nossas tropas, tanto no geral como no particular.

Assim começaremos:

As unidades de reconhecimento, como unidades caracteristicamente cavaleiras pela sua prontidão e capacidade operacional de intervenção imediata, são de especial e extraordinário valor nas campanhas duma guerra do tipo subversivo.

É isto o que nos propomos demonstrar.

As características da Tropa de Reconhecimento

Na guerra clássica, as Unidades de Reconhecimento de Cavalaria — Esquadrões e Pelotões — têm por missão a segurança pelo reconhecimento e pela cobertura das unidades a que pertencem ou a quem são atribuídas como reforço, para o que terão, muitas vezes, que combater. Para o cumprimento de tais missões, tanto os Esquadrões como os Pelotões, são organizados, equipados e instruídos para atacar, defender ou retardar. Estas Unidades poderão ter que se empenhar em qualquer tipo de acção que a sua missão e a situação lhes imponha.

Este conceito, já de si bastante lato, estabelecido para o caso da campanha formal, não deixa, por isso, de caber, também, na tática heterodoxa da guerra subversiva, que apresenta em todo o seu curso aspectos muito parecidos com aqueles em que, no princípio de cada acção clássica, a Cavalaria é empenhada na sua verdadeira e específica missão da busca da informação e do contacto.

De facto, depois de passar a fase superficial, a campanha subversiva cria situações de instabilidade e emergência permanentes que são a principal razão de ser da Cavalaria.

Essa guerra caracteriza-se precisamente porque as acções ocorrem sem ordem, sem método, inopinadamente, imprevisíveis na localização e na intensidade. É como um borbulhar de água fervente.

Dá a necessidade, bem patente neste aspecto indefinido da guerra moderna, dos comandos disporem, dentro das respectivas áreas, de Unidades dotadas de *grande mobilidade, potência de fogo apreciável e equilibrada, blindagem ligeira, grande profusão de meios de transmissão, organização flexível, e, arreigado espírito de corpo.*

Estas são afinal as características fundamentais das Unidades de Reconhecimento de Cavalaria, constantes dos nossos regulamentos clás-

Revista da Cavalaria

sicos, lógicamente estudadas e estabelecidas, para, através delas, sempre se facultarem aos comandos superiores, o Tempo, o Espaço e a Informação, precisos, para que tomem as suas decisões e ordenem a consequente manobra.

Na sua essência, as missões são as mesmas, como também não são muito diferentes as situações em que a Cavalaria pode ser empenhada neste novo tipo de campanha. Só que, enquanto no outro se aplica apenas numa fase inicial de cada operação, neste será aplicável durante todo o tempo da luta, no que se refere às missões mais típicas para que foi instituída. É a segurança pelo reconhecimento, lançada constantemente, sem qualquer cobertura nem apoio, executada na base de frágeis informações, e na dúvida permanente da fidelidade do meio físico e humano em que tem de actuar.

Desta maneira, somos levados a afirmar e a sustentar que, não só não há motivo para que se dê menos importância às Unidades de Reconhecimento, como, em face dos novos aspectos da guerra moderna, essa importância se justifica melhor, dado que as suas características se ajustam perfeitamente às suas particularidades. Mais; à medida que a campanha subversiva for evoluindo no sentido do emprego de meios cada vez mais clássicos, em maior grau surgirá a necessidade da sua presença nos campos de batalha, e mais validade terá, portanto, a argumentação que estamos a apresentar.

Dir-se-á — como já ouvimos afirmar — que o custo das unidades de reconhecimento, e o que se dispense — ou deve dispender — na sua manutenção e instrução, não compensa o rendimento que delas se pode tirar, uma vez que, muito mais economicamente se podem aplicar, em sua vez, unidades tipo caçadores, apeadas ou montadas em viaturas. Contudo, logo a seguir se reconhece que as deslocações destas unidades têm de ser acompanhadas muitas vezes por meios blindados, para protecção das respectivas colunas e seu apoio em acções inopinadas.

Fácilmente se infere que, sendo os blindados os meios que mais oneram o custo das unidades de reconhecimento, desde que se tornem imprescindíveis nas de caçadores ou outras quaisquer, nada ganhará a Fazenda Nacional, quando não se equipa devidamente a Cavalaria para dotar com idênticos meios a Infantaria ou outra Arma, forçosamente com maior profusão de A. M. C. ou C. C., atendendo ao número e dispersão das suas unidades.

De resto, caindo-se deste modo na unificação dos tipos de unidade e na consequente fusão de todas as Armas, perder-se-á — numa altura em que é tão necessário — boa parte do espírito que se gera nas tra-

Revista da Cavalaria

dições e na maneira que cada uma tem de se empenhar e de empregar os seus meios.

Além disso, dentre tais unidades «únicas», algumas teriam de receber a missão especial da intervenção imediata, e que se formar, afinal, segundo o espírito e características já criadas, sublimadas e regulamentadas, para Unidades de Reconhecimento de Cavalaria, e para outras, da nossa Arma, duma maneira geral.

Não nos parece, pois, que seja hora para se fazerem mudanças, ou, de qualquer modo, se promover, ainda que insensivelmente, o amortecimento do Espírito de Corpo, seja de que Arma for. Há — sim — que fortalecê-lo em toda a parte.

Por tudo isto, consideramos como muito importantes as Unidades de Reconhecimento, e nos batemos pelo aproveitamento integral da sua extraordinária capacidade operacional, seja qual for o género de campanha a que se destinem.

Elas serão, em princípio, as unidades de intervenção imediata, especialmente aptas para operações de socorro, de busca de reconhecimento e de informação, pela sua grande mobilidade; pela potência de fogo apreciável e equilibrada, que detêm; pela blindagem ligeira, especialmente aptas para operações de socorro, de busca, de reconhecimento que as protege; pela grande profusão de meios de transmissão de que dispõem; pela organização flexível que as caracteriza; e, pelo espírito de corpo com que se formam.

Serão as Unidades precisas para acorrer rapidamente onde o borbulhar das acções subversivas o reclame, a neutralizar prontamente o adversário; a fixá-lo ou a persegui-lo; a informar com precisão e oportunidade dos seus movimentos e poder; e, a impor o respeito ou inspirar confiança às populações, ao estabelecer entre elas, por simples presença activa e atenta, uma conveniente acção psicológica. Serão as Unidades que lançarão os reconhecimentos mais profundos; que irão estudar e esclarecer, cada vez mais longe, os meios físico e humano dos teatros de operações; que executarão missões especiais de informação e de busca, adentro de planos integrados nas manobras ocultas, da contra-informação e da pesquisa.

Finalmente, quando puderem dispensar-se das tarefas e missões para que são especificamente criadas e mantidas, farão a cobertura dos movimentos das outras tropas; assegurarão os itinerários; protegerão as colunas; garantirão os abastecimentos; farão a polícia das rectguardas, reforçarão a segurança dos agregados populacionais e das instalações de interesse vital.

Revista da Cavalaria

Não se vê que outro tipo de Unidades possa possuir melhores condições morais e orgânicas para uma tal profusão de tarefas e de missões, que não estas, da nossa Cavalaria, formadas para a versatilidade das situações, e na flexibilidade das decisões e emprego dos meios; habituadas a trabalhar independentes, desapoquiadas e livres; instruídas para a agressividade e rápida adaptação às concepções da manobra; e tão perfeitamente ajustadas no espírito e na preparação inopinada das acções duma campanha subversiva e à fulminância com que estas têm de ser neutralizadas ou isoladas.

Desta maneira, parece ficar provada a utilidade das Unidades de Reconhecimento na Guerra Moderna e, sobretudo, nesta guerra que travamos em África, onde a largueza das áreas nunca permite uma densidade bastante de ocupação e onde pode haver vidas a salvar; e haveres a guardar; e obras a defender; e instituições a manter livres, para progresso das gentes e das terras.

Essas Unidades, terão de ser prontas e eficazes no ponto de vista operacional, para o que terão de estar dotadas do conveniente material; equipadas com o devido equipamento; organizadas com pessoal evoluído e inteligentemente recrutado; e, garantidas, quanto à manutenção, instalação e instrução, a que constantemente têm de ser submetidas.

Terão de ser óptimas na qualidade, bastantes em número, e bem empregadas nos planos de operações. Sobretudo, terão de ser entendidas, acarinhadas e estimuladas, porque, o trabalho que lhes compete fazer não será qualquer, e terão sempre importância vital para os Comandos superiores, pelo *tempo* que lhes concedem, e *espaço* que lhes facultam, e as *informações primárias* que lhes fornecem, para poderem decidir e ordenar com acerto a manobra das suas Forças.

No ponto de vista logístico, mais ainda do que pròpriamente em meios de combate, deverão poder garantir a manutenção dos meios e os abastecimentos indispensáveis à continuidade das acções e rápida recuperação dos desgastes e baixas verificados no decorrer das operações.

A orgânica

Em guerra subversiva, a tropa de Reconhecimento actuará essencialmente na base dos Pelotões mais ou menos reforçados com atiradores. Os Comandos de Esquadrão serão, assim, órgãos centrais de

Revista da Cavalaria

coordenação das missões e movimentos das Subunidades e de seu apoio logístico, quando a envergadura das operações os não obrigue a intervenção mais directa e activa.

Além de todos os meios indispensáveis ao comando das operações, e que não vale a pena enumerar, importa que se tenha em atenção que o comando do Esquadrão se exerce sempre à distância, pelo que terá de ser provido de órgãos e de pessoal em condições de assegurar transmissões fáceis e profusas com as Subunidades e os Comandos servidos ou apoiados, já para que rápida e oportunamente se possam difundir as mudanças de situação e ordens superiores, já para que se possa fazer um aproveitamento eficaz das informações colhidas.

Os Comandos de Esquadrão terão lógicamente que funcionar, ou estar intimamente ligados, com os Comandos operacionais sob cujas ordens directas actuem, a fim de poderem manter-se integrados na concepção superior, e servir de conselheiros técnicos desses Comandos quanto ao emprego de Unidades e Subunidades, dada a natureza especial que as caracteriza do ponto de vista das missões e da técnica.

De acordo com a orgânica actual importa, portanto, que os Comandos dos Esquadrões sejam dotados de pessoal e meios facilmente agrupáveis em núcleos de apoio a fornecer aos respectivos Pelotões, ou que estes sejam dotados de meios logísticos que lhes confirmem a necessária autonomia e um maior raio de acção.

A orgânica dos Pelotões, no tocante ao cumprimento das suas missões específicas, só parece dever ser revista no sentido do reforço da Secção de Atiradores, na maior parte dos casos insuficiente em número e em armamento. Aparte a hipótese de uma mudança revolucionária dos meios orgânicos — a constituição duma Cavalaria do ar (E. U.) ou de «Comandos» (França) helitransportados — a orgânica heterogénea das nossas unidades de reconhecimento poderá satisfazer inteiramente, ressalvadas as sugestões acima apresentadas, e as que adiante se farão a respeito do material.

O pessoal

Havemos de tratar do recrutamento do pessoal e da sua instrução. As considerações que agora fazemos dizem, apenas, respeito à qualidade do pessoal que, nos vários escalões, terá de servir nas Unidades de Reconhecimento de Cavalaria. Aparte a confiança que deve mere-

Revista da Cavalaria

cer uma tropa destinada a actuar sem cobertura, com deficiente informação dos meios físico e humano das suas áreas de actuação, muitas vezes em ambiente hostil à sua presença e, não raro, indiferente, convém desde já estabelecer que o pessoal a ela destinado deverá ter qualidades inatas de decisão, desembaraço físico, coragem e espírito de sacrifício, e que, nesse sentido, deve ser rigorosamente seleccionado. Terá de possuir, do antecedente, bastante conhecimento da vida do mato e das vicissitudes a que este obriga frequentemente, e também da mentalidade das gentes com quem, por bem ou por mal, tiver que vir a contactar. É indispensável que lhe conheça os usos e costumes, a língua, as crenças e a maneira de manifestar o seu estado de espírito. Talvez porque isto tudo tem sido reconhecido do antecedente, esta tropa vem sendo recrutada nas populações do Ultramar e constituindo unidades de elite de naturais e radicados. Tal procedimento, mais selectivo do que discriminativo, não parece dever ser desatendido ou abandonado, pois que, se há unidades que devam dar garantias absolutas de confiança, no comportamento geral e particular da sua tropa, terão que ser, forçosamente, estas, de reconhecimento.

Tudo isto se poderá alcançar, se, de facto, for devidamente escolhido, recrutado e seleccionado o pessoal destinado à sua organização, sem deixar de se pôr o maior cuidado na idoneidade política que tem de se garantir.

O material

Não iremos entrar aqui em considerações de ordem técnica quanto ao material atribuído às nossas unidades de reconhecimento, a não ser de uma maneira superficial e concernente ao que dele haverá que exigir.

Quanto aos meios auto, haverá forçosamente que dotar essas unidades de viaturas que garantam a passagem e o movimento por todos os terrenos. Não falando das viaturas tipo jeep e jeepão que estão consagradas pelas provas que já prestaram, convém, no entanto, que se atente à escolha dos blindados, A. M. C., C. C. e Auto-blindados de transporte de pessoal, por forma a que garantam melhor as suas qualidades T. T., de acordo com as vias e terrenos em que terão de actuar.

A fragilidade das obras de arte — em muitos casos rudimentares — a areia, a lama viscosa da África, obrigam a que se reduza muitas vezes a tonelagem a favor da manobrabilidade técnica, bem como acon-

Revista da Cavalaria

selham, adentro do espalhe conveniente, dos pontos de apoio e de rolagem, uma maior superfície de contacto.

A par destas características essenciais, haverá que atender à facilidade do emprego, da condução e da manutenção, tendo em consideração as dificuldades a que frequentemente conduzem, a natureza dos terrenos, e a falta de apoio logístico local.

Esta escolha dos meios auto, terá de ser objecto de estudos e experiências aturadas, indispensáveis a uma consciente atribuição do adequado material.

Quanto ao armamento, não entramos em largos comentários. O armamento colectivo — metralhadoras, morteiros, lança granadas anti-carro e armas de bordo — poderá ser o que se encontra atribuído. O armamento individual — pistolas, pistolas-metralhadoras e espingardas — também satisfaz, excepto no tocante às últimas, que teriam de ser automáticas (FN 7,62), de preferência com comutadores de tiro amovíveis e automatismo regulável ou administrado, portanto, pelos comandantes de cada grupo de combate.

No tocante ao equipamento, precisa de reforma absoluta, já que tem de ser o mais aligeirado possível, satisfazer às exigências das deslocações através da selva, ser utilitário e silencioso. Isto quanto ao equipamento individual. As tendas, deverão ser substituídas por capas enceradas ou plásticas e sacos de dormir, pois que os acampamentos clássicos não se ajustam às necessidades de ocultação e ao segredo das operações de contra-guerrilha. A questão do equipamento é, assim, extraordinariamente importante, já que, o que a muitos pode parecer um luxo, não é mais do que a satisfação de necessidades indispensáveis, em matéria de segurança e de economia de esforços.

Resta abordar a necessidade das unidades dispor de material de sapadores e de pessoal habilitado a utilizá-lo, sobretudo destinado à transposição de cortaduras e de cursos de água, e a destruições e outras acções de contra-sabotagem (emboscadas, armadilhas, etc.).

O recrutamento

Já afluímos o assunto e não cremos poder alargar muito mais as nossas considerações. O recrutamento deste tipo de tropa convirá que seja regional em relação às Unidades destinadas apenas ao Ultramar, e a actuar em determinadas regiões de cada Província Ultramarina.

Revista da Cavalaria

Terá de ser feito entre pessoal suficientemente evoluído e que dispensar os respectivos comandos de qualquer preocupação ou simples apreensão, quanto à sua idoneidade política, já que, na Cavalaria, a disciplina do conjunto assenta mais na plena adopção duma disciplina individual, do que na fiscalização activa e constante por parte dos quadros. Estes não têm tempo — dada a rapidez de decisão e de manobra que se lhes exige — para fiscalizar permanentemente os seus soldados.

Este aspecto da nossa disciplina — característico da Arma e tradicionalmente mantido — resulta mais da maneira de actuar da tropa cavaleira, do que de conceitos mantidos por respeito ao espírito da Arma. Assim, não tem que ser estranhado nem alterado, mas antes preservado dos perigos que podem advir de um mau recrutamento ou deficiente selecção.

A instrução

É extraordinária a necessidade de instrução nas Unidades de Reconhecimento de Cavalaria, não apenas a instrução individual dos combatentes, que interessa a todas as tropas, mas a instrução especial relacionada com o emprego técnico e operacional dos meios, e com a maneira característica que temos, de os utilizar e empenhar.

Estamos convencidos de que, mesmo que os meios dados à Cavalaria de reconhecimento fossem iguais aos das outras Armas, sempre os empregáramos de maneira diferente e teríamos para com eles diverso tratamento e cuidados.

Não dizemos que este aspecto particular da nossa mentalidade constitua nosso mérito exclusivo. Ele é resultante, sim, da necessidade que temos de contar com os meios e de neles confiar em todas as circunstâncias.

O mesmo acontece no que toca à formação dos condutores. Os condutores-auto de Cavalaria, mesmo quando já consagrados volantes, não deixam de ser submetidos a aturada instrução integrada no treino tático. Temos, normalmente, menos preocupação e aborrecimentos com accidentes, e muito mais confiança nos nossos homens.

Fixamo-nos propositadamente neste aspecto da instrução dos condutores porque o consideramos basilar para a nossa eficiente actuação. O nosso condutor não é, apenas, um «chauffeur» mais ou menos hábil, mas um combatente importantíssimo dentro das nossas Unidades. Assim, têm eles que ser constantemente treinados nas várias situações

Revista da Cavalaria

táticas, por forma a que nunca esperem por ordens dos chefes das suas viaturas que nem sempre têm tempo para lhas transmitir. Claro que esta instrução e treinamento, bem como a de todo o restante pessoal e Subunidades, obriga a dispêndios com combustíveis, lubrificantes e manutenção, que, podendo parecer exagerados, não são, de modo algum, mal empregados ou dispensáveis.

Manter as Unidades de Reconhecimento com as viaturas «penduradas» nos parques e sujeitas apenas a instrução apeada, pode ser medida administrativa muito louvável, mas não é, de certo, inteligente, uma vez que condena tais unidades à inoperância. Também não cremos que isto seja economia, pois que nunca o será, gastarem-se milhares de contos em material, que, na devida altura, não presta para nada, ou porque não anda, ou porque o não sabem fazer andar.

É que, tal instrução, tem ainda o mérito de rolar as viaturas e de as dar a conhecer, cada vez melhor, aos seus condutores e outro pessoal que as utiliza ou tem de assistir.

É por isso que nos confrange ver atribuir a este tipo de unidades verbas irrizórias, absolutamente incompatíveis com as exigências que lhes são imputadas em operações, e com o treino que, para estas, é indiscutivelmente preciso.

Referimo-nos já à necessidade da instrução individual do combatente, feita naturalmente a pé e com todo o cuidado e rigor com o fim de eliminar todas aquelas «deficiências técnicas» que, sobretudo na guerra subversiva, são a morte do soldado. Mas, a par desta instrução, não se dispensa a outra, essencialmente característica da tropa de cavalaria de reconhecimento, concorrente à adaptação dos militares aos meios que lhes são facultados, às missões que lhe são atribuídas, e ao espírito com que, tradicionalmente, as executam.

Só assim se consegue que essa tropa tenha a prontidão precisa e a indispensável capacidade operacional, para bem executar as missões especiais a que se destina.

As instalações

Tendo em vista a prontidão e capacidade operacional de intervenção imediata de que falámos, as instalações das Unidades de Reconhecimento não podem ser descuidadas, quer quanto à sua localização, quer quanto à sua disposição e facilidades de que se revistam.

Revista da Cavalaria

A localização é importante, já que dela depende a rapidez com que as subunidades se têm de deslocar nas missões de socorro, busca, reconhecimento, perseguição, cobertura, ou simples presença, que lhes são concernentes. Essa localização tem de ser forçosamente central e servida por rede de vias de comunicações tão profusas quanto possível.

Quanto à disposição e facilidades das instalações, elas têm que ser preparadas por forma a que tudo se execute dentro delas com o mínimo de confusão e no mais curto prazo, já que, do pouco tempo que levar a preparar-se e a iniciar-se cada operação, dependerá não só o segredo como a eficiência com que ela se executa.

Cada homem terá de manter ao seu alcance o armamento e equipamento individual, e ser reduzido o espaço entre as dependências em que permeneça e as arrecadações e parques em que se encontre o restante material a transportar. Este tem de estar convenientemente arrumado e lotado por forma a que fàcilmente se carregue para que nada falte à tropa dentro da autonomia e raio de acção previstos.

Tudo tem de estar prèviamente preparado e disposto de maneira a que — ao primeiro toque de alarme — a Unidade ou Subunidade se constitua imediatamente, em pessoal, em material, em munições, em víveres, em combustíveis e lubrificantes, em água e em todos os meios necessários à acção empreendida.

Já vimos, em deficientes condições de instalação e arrumo, prepararem-se Pelotões de Reconhecimento para saídas de emergência, num escasso quarto de hora, de dia, e meia hora de noite. Estes tempos, com as Subunidades de prevenção, e a título de demonstração, eram reduzidos para oito e quinze minutos respectivamente.

Pode dizer-se que, tomada a questão das instalações na devida atenção, a prontidão das Unidades pode ser quase imediata, uma vez que se parta de situações de alerta ou alarme.

A par destas condições, terá cada homem que saber bem o que tem a fazer e estar intensamente treinado nas tarefas que, a cada um, competem, individualmente, e dentro da equipa constituída pela sua Secção ou Pelotão.

Só uma instrução e treinamento constantes — a que não faltem os precisos meios — poderá permitir tão apreciáveis resultados. Ao mesmo tempo, tais resultados nunca poderão ser atingidos, se às Unidades e Subunidades de Reconhecimento forem atribuídas missões permanentes ou duradoiras de ocupação, ou, de qualquer outro modo, distraídas da sua missão específica de intervenção imediata, para que são criadas e devem ser mantidas escrupulosamente.

O espírito de corpo

Tudo quanto dissemos sobre o carácter especial das Unidades de Reconhecimento de Cavalaria, tem de assentar, mais sobre o Espírito de Corpo gerado e sustentado nas tradições da Arma, do que na rigidez duma disciplina férrea que é impossível de manter em todo o decorrer das acções em que se empenham.

É o espírito que impulsiona cada homem para a precisa eficiência, e confere a cada Unidade o valor do conjunto que representa, por si, e adentro de toda a ordem de batalha.

Não está ele — o espírito — no corte dos calções, nem no cano das botas, nem no tilintar das esporas, materializações que talvez contribuam, agora, para o seu amolecimento. Ele está, sim, na maneira de ser dos cavaleiros, na força anímica que deles emana e os faz, perante o impossível, realizar verdadeiros «milagres».

Cavaleiros do Sonho e da Aventura, idealistas práticos, inconformistas operantes, homens senhores de si e capazes de dominar as situações com aquela rapidez de reflexos e precisão de acções, com que, do mesmo modo, dominam um corcel.

É muito importante que esse espírito se vivifique a todo o custo, sem saudosismos perniciosos, nem lamentações entristecidas, nem gritos de revolta mal contidos.

É preciso que ele renasça das cinzas calcinadas dos velhos meios, e penetre animosamente, naqueles que actualmente nos concedem, ou nos que uma visão clarividente, nos possa atribuir em futuro mais ou menos breve.

Nós acreditamos sinceramente que o estado de coisas que nos envolve e o errado conceito que existe sobre a Cavalaria, há-de vir a desfazer-se, e que — com base na renovação já produzida em alguns exércitos modernos — virá a palavra de ordem no sentido da nossa Arma reocupar o lugar que lhe pertence, e que a natureza da campanha em que estamos empenhados, tão bem justifica e determina.

Nesta campanha, precisamente porque se trata duma campanha do tipo subversivo, implantada ou que pode alastrar dum momento para o outro a áreas muito vastas, a Cavalaria de Reconhecimento só pode ter um lugar de destaque se não existir uma escassa representação, que, se não é, parece manter-se quase por favor.

Considerações finais

Julgamos não ter sido utópicos, ao fazer a apologia da Cavalaria típica nas campanhas da nova guerra, e sentimos ter cumprido, deste modo, um sagrado dever para com aqueles Exemplos que nos foram apontados na nossa formação, e para com a Arma que, um dia, tão generosamente escolhemos.

Todos os obstáculos que se oponham à nossa argumentação, nunca poderão invalidá-la, a menos que se neguem princípios básicos já consagrados pelo tempo, pela doutrina e pela experiência. Ao expormos o assunto, pretendemos demonstrar a necessidade de um esforço maior no sentido da valorização da Cavalaria, que cremos tão útil, tão importante e tão capaz como sempre foi, de fazer «milagres».

Ao terminarmos estas considerações, nós não queremos esquecer esses Cavaleiros que têm a honra e a satisfação de trabalhar, na Europa, em África ou no Oriente, nos Esquadrões da sua Arma, e também aqueles que, não menos honrosamente, mas, de certo, com menos alegria, constituem os Batalhões e Companhias de Cavalaria, tipo Caçadores.

Para os que, desses e doutros, já se bateram e se batem em Angola, e já deram provas e, quiçá, ganharam as esporas de ouro por que ansiavam, vão as nossas especiais e cordiais homenagens desejando que o seu valor e sacrifício venham lançar mais luz na Verdade sobre a Cavalaria que, neste modesto trabalho pretendemos divulgar.

Capitão ANTÔNIO OCTÁVIO DIAS MACHADO



AS UNIDADES BLINDADAS e a Capacidade de Carga de Pontes



ndependentemente dos conhecimentos gerais relativos à sujeição das unidades blindadas ao factor terreno e de um modo particular no que se refere a obstáculos naturais e artificiais, outros há que ter em consideração, para que o Comando, devidamente esclarecido, possa decidir com segurança em um ou outro sentido.

As cartas de traficabilidade dão-lhe a conhecer a natureza do terreno, a sua praticabilidade nas várias épocas do ano, os obstáculos existentes e toda a diversidade de pormenores que condicionam o emprego das Unidades de carros de combate.

São os relatórios da Engenharia e as unidades de Reconhecimento, além de outras, duas das fontes de informação sobre o estudo do terreno e sua traficabilidade; no entanto, dessas duas, apenas a primeira, em aspectos que envolvam uma técnica especial, se poderá pronunciar com o rigor necessário. Entre outros, podemos considerar o que se refere à informação sobre a capacidade de carga de pontes. A dúvida poderá surgir, por vezes, no conhecimento sobre se determinada ponte, ou viaduto, suporta a passagem dos carros de combate. Em quantas ocasiões não foi já posta semelhante dúvida?

Trabalhando as unidades de Reconhecimento em proveito de outras, inclusivamente de unidades blindadas, não seria despropositado, ou melhor ainda, seria vantajoso, que os seus elementos se achassem habilitados a pronunciar-se sobre assuntos desta natureza.

Revista da Cavalaria

É precisamente isso que nos propomos apresentar. Não enunciaremos mais do que métodos expeditos por meio dos quais se pode avaliar, com relativa exactidão, a capacidade de carga de pontes, permitindo assim habilitar os nossos elementos de reconhecimento a dar informações, que até então só a Engenharia poderia fornecer.

Em campanha, o problema reveste-se de certa dificuldade, pela necessidade de colher determinados elementos, acrescida ainda, quando em países estrangeiros, pelo facto de se trabalhar por vezes no desconhecimento do emprego de materiais de características diferentes e de métodos de construção com os quais podemos não estar familiarizados.

*

Os casos que podem surgir na prática resumem-se fundamentalmente a três:

- 1.º Determinação da capacidade de carga de pontes de equipagem.
- 2.º Determinação da capacidade de carga de pontes com tabuleiro de madeira assente sobre longarinas de aço ou madeira.
- 3.º Determinação da capacidade de carga de pontes de betão ou alvenaria. Para estas é mais difficil a estimativa da capacidade de carga. Incluem-se neste grupo alguns tipos de pontes metálicas.

1 — PONTES DE EQUIPAGEM

Não estudaremos este caso, reportando-nos apenas aos outros dois enunciados, nos quais se incluem as pontes permanentes e as improvisadas.

2 — PONTES DE TABULEIRO ASSENTE SOBRE LONGARINAS

A carga que a ponte pode suportar é a carga que as longarinas aguentam, admitindo que os restantes elementos de estrutura suportam a mesma carga. Se estes elementos, pranchões do tabuleiro e apoios são mais fracos, devem ser reforçados de forma a poderem suportar as cargas consentidas pelas longarinas.

Revista da Cavalaria

a) Capacidade de carga de pontes com longarinas metálicas

As cargas suportadas por pontes com estas características obtêm-se à custa da tabela I, onde entramos com o valor do vão e com a respectiva altura da longarina (ver anexo I).

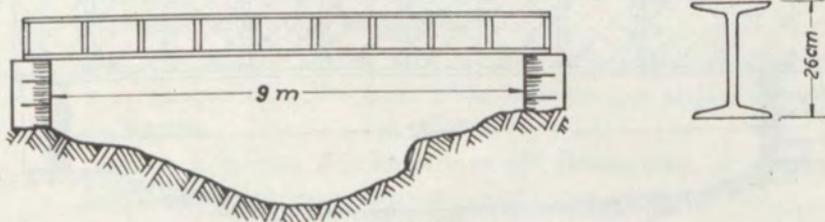
A forma de proceder é a seguinte:

- 1.º Mede-se o vão das longarinas (entre eixos de carlingas ou apoios).
- 2.º Mede-se a altura das longarinas.
- 3.º Verifica-se o estado das longarinas quanto à ferrugem e à flexão.
- 4.º Conta-se o número de longarinas por tramo. Desprezam-se as que estão extraordinariamente flectidas.
- 5.º A partir do vão e da altura das longarinas, procure-se na tabela I, a carga suportada por elas. Se as longarinas se encontram corroídas pela ferrugem, reduz-se o valor das tabelas de 5 a 10% ou mais, consoante o grau de deterioração.
- 6.º Multiplica-se este valor pelo número de longarinas de cada tramo. O resultado indica a carga máxima que pode passar sobre a ponte.

Seguidamente apresentamos um exemplo.

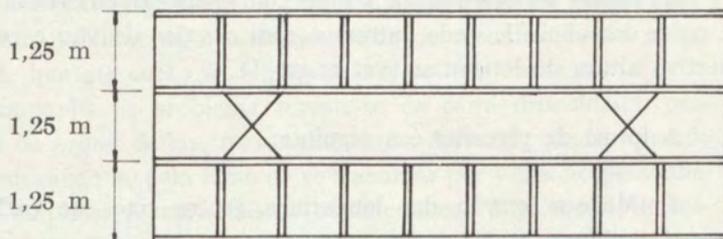
Capacidade de carga de uma ponte de tabuleiro, formada por vigas metálicas e pranchões

1 — Esquema de ponte



Revista da Cavalaria

2 — Planta do pavimento



3 — Capacidade de carga de cada viga

Vão	Altura 25,4 ~ 26
8,52	2400
9,74	1860

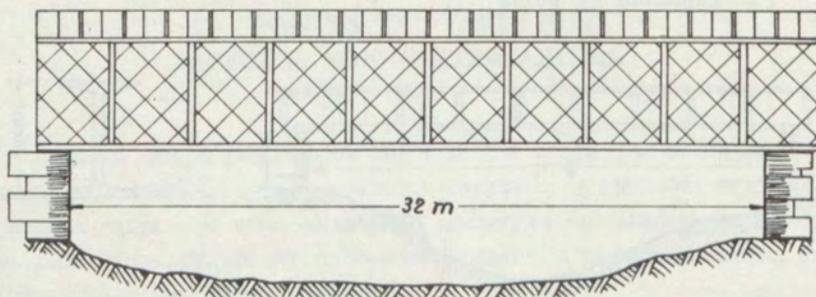
Para um vão de 9 será 2190

4 — Capacidade de carga

$$4 \times 2190 = 8760 \text{ kg} = 8,7 \text{ Ton.}$$

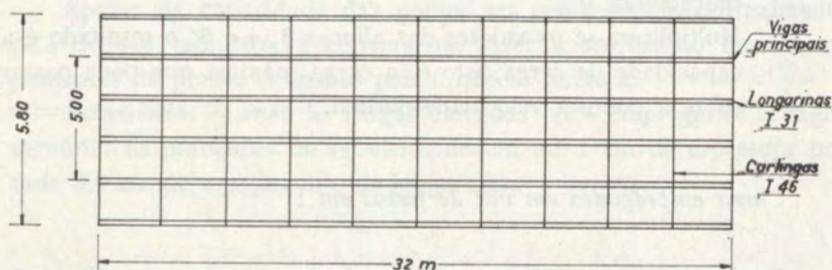
Capacidade de carga de uma ponte metálica

1 — Esquema da ponte



Revista da Cavalaria

2 — Planta do pavimento



3 — Capacidade de carga de uma longarina

Vão (entre eixos de carlingas)	Alt. Long.	Capacidade de carga
3.65	30.5	10 000 kg

4 — Capacidade de carga do Tabuleiro

$$4 \times 10\,000 = 40\,000 \text{ kg} = 40 \text{ Ton.}$$

b) Capacidade de carga de pontes com longarinas de madeira

Para pontes com estas características utilizaremos a tabela II em que de forma análoga entramos com o valor do vão e com a altura da longarina (ver anexo II).

As operações a executar são as seguintes:

- 1.º Mede-se o vão das longarinas (entre eixos dos apoios).
- 2.º Mede-se a altura das longarinas.
- 3.º Entra-se com os valores achados na tabela II e determina-se a carga que cada longarina pode suportar por cada 2,54 cm de largura.
- 4.º Mede-se a largura das longarinas em centímetros; se houver longarinas defeituosas, entra-se apenas com a largura útil.

Revista da Cavalaria

- 5.º Conta-se o número de longarinas de cada tramo. Desprezam-se as longarinas bastante empenadas excepto se estão seguras com braçadeiras.
- 6.º Multiplicam-se os valores das alíneas 3, 4 e 5; o resultado é a capacidade de carga, isto é, a carga máxima que pode passar sobre a ponte à velocidade normal.

Carris empregados em vez de ferros em I

Empregam-se os valores correspondentes às vigas metálicas de 15,3 cm de altura, procedendo-se como para estas:



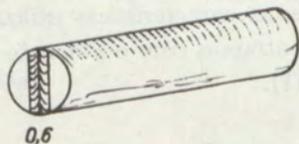
Carril



Ferro em I

Barrotes redondos em vez de vigas esquadriadas

A estimativa é feita de forma semelhante à descrita no caso referido anteriormente, de vigas de secção rectangular, tomando o diâmetro médio como altura e para largura 0,6 de diâmetro.



0,6

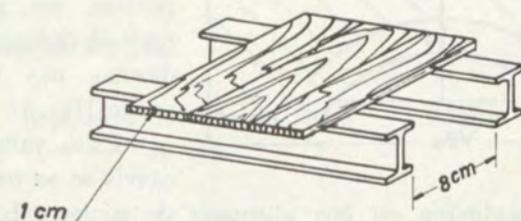
Pontes de 2 feixes de rolagem — A capacidade de carga destas pontes é a correspondente à metade da largura do tabuleiro. Em emergência, uma ponte deste tipo pode dar passagem a veículos mais pesados do que a capacidade correspondente a 1 feixe de rolagem, desde que a circulação se faça apenas numa direcção, a meio da ponte. Avalia-se esta carga máxima, empregando os processos das alíneas anteriores multiplicando o resultado obtido por $3/4$.

Revista da Cavalaria

Capacidade de carga de outros elementos da ponte

Apesar da capacidade das pontes ser condicionada normalmente pela do seu tabuleiro, é conveniente fazer a verificação dos outros elementos da ponte. Vejamos pois o que se refere a:

Pavimentos — Para as cargas elevadas pode empregar-se a regra seguinte: os pranchões do tabuleiro devem ter 1 cm de espessura por cada 8,0 cm de espaçamento de longarinas.



Se as longarinas estão afastadas de 61 cm os pranchões devem ter pelo menos 7,5 cm de espessura.

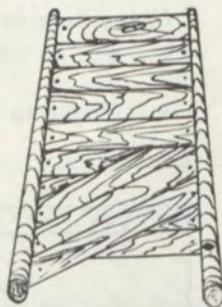
Se a espessura é inferior a 6,5 cm o pavimento deve ser reforçado por meio de pranchões dispostos longitudinalmente ou em diagonal.

Apoios — Em geral os apoios são construídos para suportarem as cargas máximas que podem passar sobre os tramos. Por esta razão não há necessidade de verificar a sua resistência, se estão bem construídas e não se excede a capacidade dos tramos.

Se se reforçarem os tramos é necessário aumentar proporcionalmente a resistência dos apoios.

Pode suceder porém que os apoios sejam mais fortes que as necessidades impostas pela carga dos tramos, e é o que sucede quando se constrói uma estrutura ligeira, suficiente para as necessidades de momento, sobre apoios preparados para garantirem mais tarde a passagem de cargas mais pesadas.

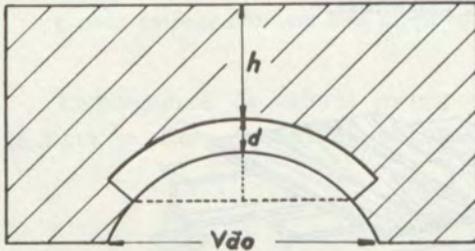
Os tipos vulgares de apoios são os de betão ou alvenaria assentes em fundação de rocha, cavaletes ou estacaria.



3 — PONTES DE ARCOS

a) Arcos de alvenaria

Para pontes desta natureza, isto é, de alvenaria ordinária ou de tijolos elaboram-se tabelas em que se tem que tomar em consideração a espessura do arco no fecho e a altura do enchimento.



Os arcos de betão suportam, em geral, cargas mais elevadas do que as indicadas nas tabelas (ver anexo III).

Estes valores são aplicáveis se se tratar de arcos de alvenaria ordinária ou boa alvenaria de tijolos. Tomou-se pela carga de segurança do arco no fecho o valor de $12,7 \text{ kg/cm}^2$.

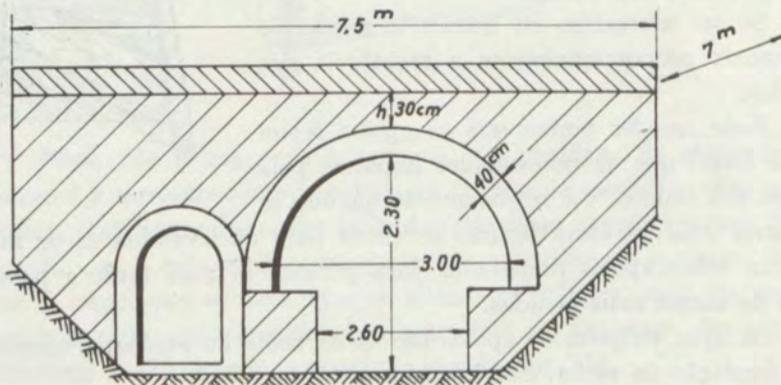
Os arcos de betão armado suportam cargas muito superiores.

Para veículos de lagarta tomou-se para comprimento do rasto o valor de 3,65 m.

Em emergência, podem passar sobre o arco, com as devidas precauções sobrecargas superiores em 25% aos valores das tabelas. Vejamos um exemplo de uma ponte deste género.

Capacidade de carga de uma ponte de alvenaria de arco com 3 metros de vão

1 — Esquema da ponte



Revista da Cavalaria

2 — Verificação da capacidade de carga

a) Veículos de rodas

Vão	Espessura do arco no fecho	Altura de enchimento
3 m	33.5	32 Ton.
	45	52 Ton.

Para 40 cm a capacidade de carga será 42 Ton.

b) Veículos de lagartas

Vão	Espessura do arco no fecho	Altura de enchimento
3 m	40 cm	30 cm

Capacidade de carga > 78 Toneladas

Pontes de betão

As pontes de betão podem ser dos seguintes tipos:

- 1 — Lage de betão.
- 2 — Lage vigada.
- 3 — Lage de betão sobre vigas em I.
- 4 — Arcos de betão ou de betão armado.
- 5 — Arcos de betão de tímpanos vasados

Estimativa de capacidade

É difícil determinar com rigor as cargas suportadas por pontes deste tipo. Normalmente, é processo relativamente seguro e mesmo para pontes doutros tipos, atribuir a estas pontes a capacidade de carga de outras existentes na mesma estrada.

Pode no entanto estimar-se a capacidade destas pontes empregando as fórmulas que adiante indicaremos. Elas dão-nos valores superiores aos resultados de cálculo de engenharia civil, em virtude de se utiliza-

Revista da Cavalaria

rem nas aplicações militares, coeficientes de segurança mais baixa. Os valores encontrados devem ser reduzidos quando se tratar de estruturas de pior qualidade ou deterioradas.

1 — Lages

A fórmula a aplicar é:

$$P = 0,1775 \frac{e^2}{L} - 0,0581 e L$$



2 — Lages vigadas

A carga máxima que pode passar sobre estas pontes é o menor dos valores dados pelas fórmulas:

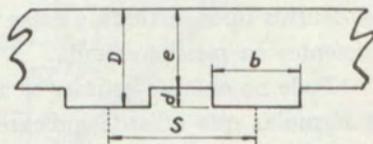
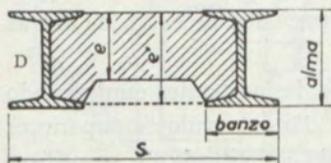
$$P_m = 0,472 \frac{e \times D}{L} - \frac{36,2 L (S e + b d)}{1000 S}$$



$$P_s = \frac{11,8 S b D}{1000} - \frac{14,75 L (S e + b d)}{100.000}$$

3 — Lages de betão sobre vigas metálicas

$$P = 227,5 \times \frac{AD}{LS} - \frac{41,4}{1000} L e$$



Revista da Cavalaria

Significado das letras

- P — Peso total em toneladas das viaturas que podem passar.
e — Espessura da laje (incluindo a espessura de camada superficial do pavimento) em cm.
L — Vão em cm.
D — Altura da viga em T em cm ou das vigas metálicas.
d — D — e
b — Largura das vigas em T em cm.
S — Distância entre eixos das vigas em T em cm ou das vigas metálicas.
A — Área dos banzos duma viga I em cm².

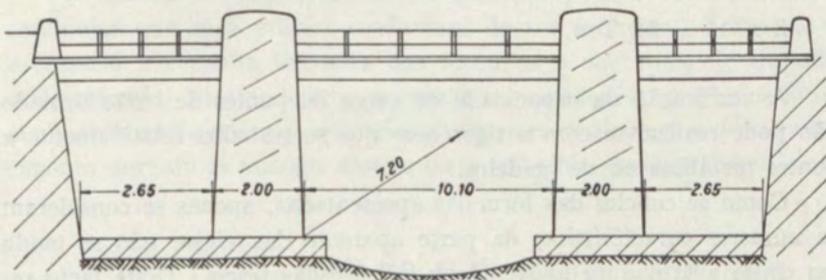
4 — Arcos de betão armado de tímpanos vasados

A capacidade de carga deve ser calculada pela do pavimento (laje ou laje vigada) empregando as fórmulas anteriores.



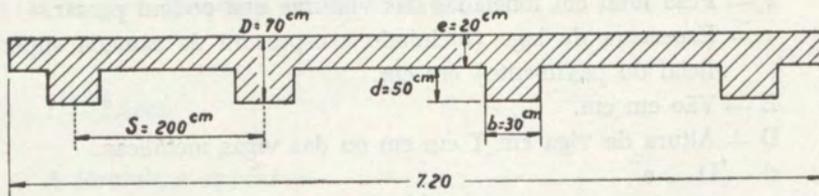
Capacidade de carga de uma ponte de betão com pavimento constituído por laje vigada

1 — Esquema da ponte



Revista da Cavalaria

2 — Corte do pavimento



3 — Verificação da capacidade de carga

Vão L = 10m.

$$\begin{aligned} P_m &= 0,472 \frac{e \times D}{L} - \frac{36,2 L (S e + b d)}{1000 S} \\ &= 0,472 \times \frac{20 \times 70}{10} - \frac{36,2 \times 10 (200 \times 20 + 30 \times 50)}{1000 \times 200} = \\ &= 66 - \frac{362 \times 5.500}{200.000} = 66 - 10 = 56 \text{ Ton.} \\ P_s &= \frac{11,8 b D}{1000} - \frac{14,75 L (S e + b d)}{100.000} = \\ &= \frac{11,8 \times 30 \times 70}{1000} - \frac{14,75 \times 10 \times 5500}{100.000} = 24,8 - 8,1 = 16,7 \\ &\approx 17 \text{ Ton.} \end{aligned}$$

4 — Capacidade de carga

$$2 \times 17 = 34 \text{ Ton.}$$

A verificação da capacidade de carga de pontes de betão armado não pode realizar-se com o rigor com que se trabalha relativamente a pontes metálicas ou de madeira.

Como se conclui das fórmulas apresentadas, apenas se consideram os números característicos da parte aparente das vigas, não se tendo em conta a armadura existente no interior das peças. Deste facto re-

Revista da Cavalaria

sulta que não se pode calcular com precisão a capacidade de carga, uma vez que uma peça com determinada secção apresentará resistências que dependem da quantidade de ferro da armadura no seu interior. Exemplo:



Além do que fica dito sobre o cálculo de capacidade de carga de pontes, não será despropositado chamar-se a atenção para determinados pormenores sobre os quais deve incidir o reconhecimento feito pelas tropas no que respeita à generalidade das pontes.

- 1.º — *Situação e constituição* — (situação; material de que é constituída, número e natureza dos apoios; natureza e altura das guardas).
- 2.º — *Dimensões e conservação* — (dimensões do tabuleiro; número de arcos; altura da água; estado de conservação; reparações que carece; material para as efectuar e que se poderá obter nas proximidades).
- 3.º — *Considerações militares* — (defesa, obstáculos utilizáveis para interceptar a sua passagem; natureza e direcção dos caminhos que a ela conduzem; posições que a dominam; meios de a destruir natureza e acessos das margens; possibilidades de utilização por viaturas ligeiras, pesadas e blindados).

*

O Estudo e a aplicação destes métodos poderão conduzir-nos a resultados que só a prática confirmará do seu interesse. Tornando-se necessário a consulta imediata das fórmulas e elementos de trabalho atrás referidas, eles poderiam encontrar-se reunidos em pequenos livros facilmente transportáveis, que acompanhariam os elementos de reconhecimento durante as missões destinadas a trabalhos desta natureza.

Capitão CARLOS ALEXANDRE DE MORAIS

TABELA I — CARGA EM TON. POR VIGA

(ANEXO I)

Vão em M	ALTURA DA LONGARINA EM CMS.										
	10,2	12,7	15,3 carris	17,8	20,3	25,4	30,5	38,1	45,6	50,8	61
3,00	1,000	1,59	2,400	3,450	4,540	8,160	11,800	19,5	20,5	39,0	58,5
3,65	0,840	1,315	2,00	2,860	3,91	6,81	10,0	16,35	24,5	32,25	48,2
4,25	0,680	1,090	1,680	2,40	3,265	5,45	8,17	13,65	20,4	27,25	40,8
4,55	0,635	1,000	1,545	2,225	3,04	5,26	7,72	12,7	19,05	25,40	38,20
4,85	0,590	0,954	1,450	2,090	2,86	5,0	7,26	11,8	18,15	23,6	35,4
5,48	0,500	0,817	1,270	1,815	2,5	4,31	6,36	10,45	15,9	20,9	31,35
6,00		0,726	1,135	1,635	2,225	3,82	5,45	9,55	14,10	18,6	27,7
7,30		0,545	0,817	1,225	1,68	2,90	4,31	7,28	10,9	14,10	21,35
8,52			0,680	1,000	1,36	2,40	3,59	5,90	9,08	11,8	17,7
9,74			0,545	0,700	1,09	1,86	2,77	4,54	7,28	8,55	14,10
10,95				0,635	0,908	1,635	2,41	4,040	5,90	8,18	12,25
12,15				0,545	0,770	1,41	2,09	3,540	5,45	7,26	10,90

TABELA II — CARGA EM TON. POR VIGA

(ANEXO II)

Vão em M	ALTURA DA VIGA EM CMS. LARGURA 2,54 CM.										
	10	15	20	25	30,5	35,5	40,5	45,5	50,5	56	61
3,00	0,077	0,173	0,313	0,500	0,725	0,950	1,27	1,59	1,95	2,41	2,86
3,65	0,0635	0,136	0,254	0,405	0,590	0,817	1,045	1,315	1,63	1,95	2,36
4,25	0,050	0,118	0,218	0,340	0,500	0,680	0,863	1,135	1,41	1,68	2,0
4,55	0,050	0,114	0,200	0,318	0,454	0,635	0,818	1,045	1,27	1,54	1,86
4,85	0,455	0,091	0,186	0,295	0,426	0,590	0,772	0,950	1,18	1,45	1,725
5,48		0,077	0,163	0,259	0,372	0,500	0,680	0,862	1,045	1,27	1,545
6,09		0,059	0,145	0,227	0,332	0,454	0,590	0,680	0,950	1,135	1,36
7,30		0,045	0,104	0,177	0,250	0,345	0,454	0,590	0,727	0,864	1,045
8,52			0,086	0,141	0,204	0,286	0,376	0,500	0,590	0,725	0,864
9,74			0,068	0,109	0,159	0,222	0,295	0,381	0,454	0,590	0,817
10,25			0,0545	0,091	0,136	0,191	0,254	0,327	0,418	0,500	0,590
12,15			0,045	0,077	0,118	0,163	0,218	0,283	0,354	0,432	0,500

Revista da Cavalaria

(ANEXO III)

Vão (m)	d cm.	PESO TOTAL DO VEÍCULO QUE PODE PASSAR C/ SEGURANÇA (TON.)											
		Veículos de Rodas						Veículos de Legartas					
		h = 0	h = 15	h = 30	h = 45	h = 60	h = 0	h = 15	h = 30	h = 45	h = 60		
3,0	22,5	6	10	15	21	25	39	78	—	—	—	—	—
	33,5	11	21	32	41	52	58	—	—	—	—	—	—
	45	18	34	52	69	87	—	—	—	—	—	—	—
4,5	22,50	4	7	11	15	18	22	45	67	89	—	—	—
	33,5	7	15	22	30	37	39	77	—	—	—	—	—
	45	12	26	39	52	65	55	—	—	—	—	—	—
6,0	56,5	19	37	56	74	93	77	—	—	—	—	—	—
	22,5	2	7	10	12	15	14	28	42	56	70	—	—
	33,5	6	12	18	25	30	23	46	69	93	—	—	—
9,0	45	10	21	30	40	50	34	68	103	—	—	—	—
	56,5	15	30	44	59	74	46	92	—	—	—	—	—
	67,5	21	41	63	84	105	59	—	—	—	—	—	—
12,0	33,5	4	10	14	15	23	11	23	34	46	57	—	—
	45	8	15	23	32	39	17	33	51	67	84	—	—
	56,5	11	22	33	44	55	24	45	68	91	—	—	—
15,0	67,5	15	30	45	60	74	30	61	90	—	—	—	—
	45	7	15	22	30	37	13	26	39	52	65	—	—
	56,6	10	19	29	40	50	17	34	51	67	84	—	—
15,0	69,5	12	25	39	51	63	21	41	62	83	102	—	—
	56,5	10	19	30	40	50	14	29	42	56	70	—	—
67,5	12	25	36	48	60	17	34	51	68	85	—	—	

Variações de personalidade e capacidade de ajustamento



odos nós conhecemos, e nos lembramos por certo, do que se passa na incorporação de novos recrutas. Todos os homens, nos primeiros tempos de contacto com eles, nos parecem iguais: começando a conhecê-los, logo verificamos que são totalmente diferentes uns dos outros.

Quando presta o serviço militar, o homem é afastado da sua terra, da sua família, dos seus amigos, em suma, do meio ambiente em que vive; logo, é natural uma primeira reacção à vida e disciplina militares, e aos novos costumes em que passará a viver. Desta primeira reacção do homem, resulta um retraimento inicial que, a pouco e pouco, à medida que o homem se vai convencendo que é uma peça desta gigantesca máquina chamada Exército, vai desaparecendo; então, começa a mostrar-nos as suas qualidades e os seus defeitos. Todos, seja quem for, temos as nossas fraquezas, uns mais, outros menos; logo, o soldado, evidentemente, que as terá também.

Analizando os homens um por um e reunidos notamos os vários tipos de personalidade que se apresentam. Uma pergunta se deparará neste momento no nosso espírito. O que se deve entender por personalidade?

Personalidade será um conjunto de características próprias que individualizam um homem dos demais. O homem atinge a perfeita personalidade quando se liberta das imposições do seu viver em sociedade e o seu procedimento se rege apenas pela inteligência e vontade próprias.

A personalidade depende de factores de ordem biológica, psicológica e social. Todos estes factores se deparam ao homem na vida militar.

A ginástica de aplicação militar e os exercícios exercerão influência no capítulo biológico do soldado. Muitas vezes ele, ao verificar uma inaptidão física, cria os vulgarmente chamados complexos.

A disciplina, os diferentes estados de alegria e de tristeza e as emoções exercem a sua influência psicológica no soldado que não estava habituado a eles e, conseqüentemente, reagirá também.

Revista da Cavalaria

O facto de encontrar novos amigos, diferentes dos que conhecia até então, influi no factor social e será talvez este o factor que mais influência exercerá na sua personalidade.

Nós temos funções de chefia; a educação dos homens está-nos confiada. Por isso, preocupamo-nos em melhorar os quadros e neste captulo podemos consegui-lo se nós formos amparando moralmente os nossos homens.

A reacção à vida militar é totalmente distinta de homem para homem, uns reagindo bem e adaptando-se mais ou menos bem, e outros reagindo mal. Os que reagem bem não teremos mais do que os ir vigiando a fim de impedir que se estraguem em contacto com os maus. Os maus elementos, aqueles que, ou por já o serem antes, ou por má reacção à vida militar criaram uma personalidade em contradição com a disciplina militar, com esses temos nós que nos preocupar e tentar por todas as formas ao nosso alcance, melhorá-los.

Não esqueçamos de que o homem é um ser racional e que a maneira de tratar com cada um tem de ser diferente, pois se fosse igual lutaria com a sua maneira de ser. Procuremos, pois, e tenhamos isto sempre bem presente, que ao lidar com o soldado será a sua personalidade que se adaptará à nossa maneira de proceder e não procuremos impor a nossa maneira de agir, ao homem, pois se for contrária à sua personalidade só será contraproducente e não atingiremos o fim que pretendemos.

Todo o chefe deve tentar conhecer psiquicamente os seus homens e a sua personalidade. Lembremo-nos de que já foi dito ser uma das qualidades de chefia «conhecer os seus homens e preocupar-se com o seu bem-estar», bem estar este que consideramos em todos os sentidos.

Vejamos, então, três tipos de personalidade que, se em tempo de paz nos trazem preocupações, em tempo de guerra mais graves estes casos se tornarão. Devemos lembrar-nos de que só pode alcançar a vitória o Exército que se prepara convenientemente em tempo de paz e o factor personalidade não pode ser esquecido. Os três tipos de que falaremos a seguir são o *tímido*, o *mal comportado* e o que é mal comportado por sistema, ao qual chamamos de *reincidente*. É óbvio que a maneira de proceder terá de ser diferente para cada tipo.

O tímido é um indivíduo com uma consciência média mas que nos momentos decisivos se revela um fraco. É o indivíduo que em face do perigo deixa que o medo se apodere dele e foge facilmente. Como soldado é fraco; as suas qualidades de agressividade estão pouco desen-

Revista da Cavalaria

volvidas sendo pouco eficiente ou mesmo prejudicial no combate. Como havemos de proceder com este? Temos de o nomear para exercícios em que a agressividade seja progressiva, ou que não exijam agressividade, e observar a sua evolução. Outro modo de proceder será desenvolver a sua agressividade por meio de instrução, em especial a aplicação militar, e amparando-o moralmente.

Vejam, agora, o indivíduo que não se consegue adaptar às normas da disciplina militar e incorre em frequentes faltas mais ou menos graves. A este indivíduo designamo-lo por mal comportado. O soldado deste tipo de personalidade não se importa com as punições que possa vir a sofrer e procede como muito bem lhe parece. Este tipo de personalidade vem-lhe já do antecedente, pois que, normalmente, na vida civil fazia já tudo o que lhe apetecia, quando não é, às vezes, um delinquente em embrião. Este indivíduo é um revoltado contra a disciplina e pode mesmo arrastar para o seu lado os que com ele convivem. Como proceder, então, com ele? Devemos fazer todos os esforços em campanha para que ele combata em vez de fugir. Procuremos antes educá-lo, se a sua capacidade mental o permitir, por meio da instrução e de conselhos, a aplicar-lhe uma disciplina dura. Com os nossos esforços junto deste homem podemos levá-lo a reflectir e a regenerar-se podendo mesmo vir a ser um óptimo soldado.

Casos deste género conhecemos nós em que um soldado comete muitas faltas e basta às vezes um apelo do seu chefe à sua consciência, no momento em que lhe aplica a sanção disciplinar, para que ele concorde que procedeu mal e se emende de uma vez para sempre.

Um outro tipo que aparece frequentemente é o que comete repetidas vezes a mesma falta. Este indivíduo apesar de ter uma consciência forte é no fundo um fraco. Ele vê sempre e sabe o que tem a fazer, mas em face de casos concretos vacila e não procede como pensa. Não se pode contar com ele pois nunca se sabe o que fará. Ao ser chamado aos superiores para ser castigado, concorda sempre com o castigo mas passado um tempo volta a cometer a mesma falta e torna a ter consciência dela. Apesar de tudo é, muitas vezes, um bom combatente e para serviços em que o comandante necessite de voluntários, por serem arriscados, ele é o primeiro a oferecer-se. É o caso do comandante se lhe dirigir e tocar no seu orgulho e no seu amor próprio para ele reagir e estar pronto para o combate. Este tipo de personalidade pode trazer-nos alguns problemas pois coloca um chefe na situação de ter de reconhecer que este é um bom soldado mas, apesar disso, não poder deixar de o castigar pelas suas repetidas infracções.

Revista da Cavalaria

Vimos, assim, quais os tipos de personalidade que são merecedores de maior atenção por parte do chefe e que mais geralmente aparecem nas fileiras.

Vamos agora considerar as diferentes capacidades de adaptação do soldado ao ambiente que encontra na sua unidade e os pontos em que essa adaptação é mais difícil, para o homem, de conseguir. A esta capacidade de adaptação chamamos nós *o ajustamento*. O homem estando em sua casa, no seu ambiente, vivendo satisfeito o seu dia-a-dia, logo que é chamado à vida militar o seu instinto de conservação vem imediatamente à superfície e principalmente em tempo de guerra o homem sente medo da vida militar, que ele combate ou alimenta, nuns casos lutando e noutros fugindo. Assim que entra na unidade o soldado traz consigo geralmente um complexo de inferioridade que nós devemos procurar anular à custa de corrigir essa falha a tempo. Não nos esqueçamos de que essa correcção não pode ser feita por meio de punição.

Todos sabemos que a disciplina mantida pela punição só tem como consequência uma hostilidade, da parte do homem, que o pode levar a faltas militares graves. A disciplina assim conseguida será sempre aparente e não conscientemente adquirida. Um problema que pode trazer casos bastante sérios é o do instinto sexual. Proveniente da sua pouca cultura este problema pode tomar no inconsciente do soldado grandes proporções, e não raras vezes dá como resultado condutas psicopáticas e psiconeuróticas. Outros aspectos que contribuem para a dificuldade de ajustamento são a alimentação; o novo vestuário, que lá na terra era um fato civil e aqui será um uniforme com o qual ele terá de se preocupar; a sua arma, que ele terá de cuidar com um carinho especial; o facto de ter que dormir em camaratas, quando na sua casa tinha o seu quarto, etc., isto é, vários factores que se resumem no factor ambiente e ao qual o soldado terá de se adaptar. O simples facto de o soldado lá em casa ser chamado por um nome e, chegando à unidade, passar a sê-lo por um número dá-lhe a sensação de que não está a ser tratado como pessoa, podendo mesmo vir-a ressentir-se.

Estes são dos factores em que o ajustamento é mais difícil de se obter sendo contudo fácil se os chefes ampararem os seus homens e os educarem logo a partir do momento em que eles chegam às fileiras.

O Exército é constituído por indivíduos com qualidades, defeitos, educação e cultura diferentes de indivíduo para indivíduo; logo, o ajustamento à vida militar variará também. Este ajustamento será tanto mais fácil de conseguir na medida em que o soldado veja no

Revista da Cavalaria

seu chefe um amigo em quem possa confiar e que lhe ajudará a resolver as dificuldades. O chefe terá de educar moralmente os seus homens, ser compreensivo com eles e lembrar-se sempre de que o soldado é um ser humano. Só assim os homens se conseguirão adaptar à vida militar, e não é raro ouvir dizer a homens já saídos da tropa que o tempo em que lá estiveram foi o melhor da sua vida.

Estamos neste momento a chegar à conclusão de que, para além dos deveres profissionais, quem comanda terá de ser também psiquiatra. Não se pretende isso. Pretende-se, apenas, que a nossa mentalidade, a nossa educação e experiência da vida militar sem dúvida superiores à do vulgar soldado, os possa ajudar a educar e a resolver as suas dificuldades. Sempre que apareçam problemas destes, não podemos ser precipitados e procuremos, antes de tudo, reflectir e a intuição pessoal levará à solução.

Os americanos chegaram à conclusão de que um em cada quinze homens se torna, normalmente, um mal adaptado e que a razão que leva ao Tribunal Militar é a mesma que leva ao manicómio; logo, nenhum soldado deve ser julgado sem ser examinado pelo psiquiatra. No nosso Exército estou convencido de que a percentagem de mal adaptados é muito inferior; a nossa maneira de proceder deve ser diferente da deles neste capítulo da educação da personalidade.

Se os chefes educarem moralmente os seus homens, se os homens reconhecerem no chefe a sua cabeça em todas as dificuldades, o homem ajusta-se com certeza à vida militar e achá-la-á atraente. Não nos esqueçamos que sob o ponto de vista moral os homens serão o espelho dos seus chefes. O nosso povo é essencialmente bom, com bons sentimentos e o índice de criminalidade existente no nosso país é ínfimo; logo, os soldados que nos aparecem, provenientes desse mesmo povo, serão também bons.

Se o chefe se souber portar à altura da sua missão e se se lembrar de que também é um educador dos seus homens, em face dos resultados que virão a ser obtidos, chegamos à conclusão de que o soldado português é extraordinário na sua simplicidade e na facilidade com que se adapta a novos meios, neste caso o meio militar.

Asp. a of. JORGE M. MÁRIO DA S. DUARTE



Uma opinião sobre o método «Frecc M-47» (ou M-24, ou E. B. R.)



do conhecimento geral que têm vindo a ser aplicados na instrução de especialistas, a quem se pede um certo tecnicismo, métodos racionais em que se obtêm resultados bastante satisfatórios. Ora... é precisamente isso que pretendo dizer: — que com estes métodos se obtêm resultados, que doutro modo seriam *quase* impossíveis de obter. Aquele *quase* refere-se à improvisação que, como tal, pode ou não surgir e portanto não é algo com que se possa contar. A improvisação é um «método» (contradição de termos) que entre nós tem uma certa tendência para ser usado, porque, a dada altura, se verifica que não há outro remédio! Isto é fruto de uma maneira de ser (julgo que, até certo ponto, existem maneiras de ser colectivas), na qual se encontram qualidades mas também defeitos. Entre estes parece-me encontrar precisamente a fraca propensão natural que temos, para a criação do método (meio) que permite que se obtenha um conjunto eficiente (fim).

A adopção de métodos racionais na formação de especialistas vem directamente ao encontro de necessidades prementes que se verificam num Exército moderno. Particularmente, quero referir-me ao método francês de «Formação Racional de Especialistas de C. C. M-47» (F. R. E. C. C. M-47). Como outros métodos semelhantes (a «standardização» da instrução militar é a ideia básica seguida) fundamenta-se num certo número de fichas de instrução, agrupadas por assuntos e a ministrar dentro de uma sequência lógica. Em relação ao método adoptado no Exército Francês houve que fazer algumas modificações na estruturação geral, porquanto, lá, formam os seguintes especialistas de C. C. M-47: — condutores, apontadores e rádio-municia-dores. Como no nosso Exército se formam simplesmente condutores e apontadores, têm que se verificar umas certas diferenças, integrando-se no mesmo programa as matérias correspondentes a apontadores e rádio-municia-dores, a fim de se obter o *nosso apontador*.

Revista da Cavalaria

Fundamentalmente, o método é aplicado em três fases:

- 1.^a fase — Formação básica como especialista.
- 2.^a fase — Formação complementar do especialista.
- 3.^a fase — Escola de guarnição.

Por lanços, atinge-se o objectivo. Na 1.^a e 2.^a fases obtemos homens que conhecem e manuseiam o material. Na 3.^a fase formam-se as guarnições, junta-se o que estava separado, obtendo-se equipas trabalhando como tal e sendo fecho desta última fase e da instrução em geral, como é lógico, o «Serviço de Campanha». Da 1.^a para a 2.^a fase a diferença consiste, em traços gerais, num maior aprofundamento dos vários assuntos, fechando com a execução de fogos reais. Julgo que seria fastidioso desdobrar aqui toda uma programação, além de que não pretendo expor o método mas sim dar uma opinião sobre o mesmo.

A organização da instrução é também diferente em relação ao sistema convencional. Chamarei convencional ao tempo de «antes dos métodos de instrução», dentro dos quais está absolutamente integrado o método F. R. E. C. C. Poder-se-á ter como tipo o pelotão organizado em seis equipas de seis instruendos cada, para dias de trabalho de seis horas, atribuindo a cada equipa um monitor. Ficamos assim com a célula do sistema constituída por um monitor para seis instruendos. A primeira reacção será naturalmente dizer que isto é muito bonito mas somente no papel, porque mesmo que se arranje quantidade suficiente de monitores, nunca se poderá obter qualidade, isto porque em média e já em boas condições, em seis monitores, um ou dois serão bons e, dos restantes, se um ou dois forem razoáveis já não é mau! Do que foi dito poderá depreender-se que se ficaria com o pessoal com desigual grau de instrução recebida, ainda por cima predominando os «mais mal instruídos» (mais de 50%); tem grandes desvantagens! Simplesmente, pensa-se que o sistema foi concebido de modo a que as fichas sejam seguidas rigidamente pelos monitores, que não terão mais do que expor e executar precisamente o que a ficha diz. Deste modo, a todos os instruendos é ensinado o mesmo, da mesma maneira e até com os mesmos exemplos. Que mesmo assim há diferença de monitor para monitor, não contesto, mas parece-me que o problema agora é diferente em grandeza e natureza. É menor e nestes moldes quase só consistirá em impulsionar os monitores mais fracos.

Experimentámos no G. D. C. C. na última recruta um processo de que gostei dos resultados. Tendo-se verificado a certa altura que

Revista da Cavalaria

havia escolas que estavam nitidamente mais fracas que outras e que essa diferença poderia corresponder aos monitores, começou-se a fazer uma rotação periódica dos monitores pelas escolas, dentro de cada pelotão. Ao fim de uma volta completa podem tirar-se conclusões relativamente precisas, entre as quais a de que o nível geral é assim mais equilibrado, além de que o monitor sente assim a sua acção mais julgada, por ter morrido o argumento de que os seus instruendos eram os mais fracos, passando a haver igualdade de circunstâncias.

Aos oficiais instrutores, comandantes de pelotão, cabe agora um papel um pouco diferente. Um pouco diferente e mais proveitoso. A sua função é fundamentalmente montar, orientar e fiscalizar a instrução. Encontramos agora portanto, um conjunto em que se verifica uma muito maior actividade individual e também total, do que no sistema convencional. Nesse sistema o quadro que se via era, por exemplo, o comandante de pelotão dando instrução ao seu pelotão e os monitores... assistindo! Isto representava um ponto morto, e energia não empregada; um instrutor com mais instruendos (menos rendimento) e vários monitores sem instruendos (rendimento zero). É evidente que também na F. R. E. C. C. há várias instruções a serem dadas ao nível pelotão, e deverá assim ser em casos em que a sua natureza específica o exija ou em que essa instrução constitua o ponto de partida para desenvolvimento de determinada matéria; mas o fundamento é que o oficial não é o instrutor directo dos recrutas, mas sim quem aconselha, orienta e controla os seus monitores, *impulsionando a instrução*.

Dá resultado e, concretizando, vejo os instruendos formados por este método como verdadeiros especialistas, os mais aptos a desempenhar a função para que foram preparados: — posso garantir que aquele (!) apontador de C. C. M-47 está em condições de tirar melhor rendimento das armas de bordo (actuando como apontador, claro!) do que o nosso alferes Fulano, não querendo isto dizer que não seja precisamente o nosso alferes a ensinar-lhe como o fazer!

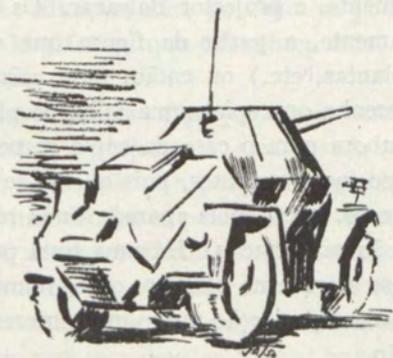
Há casos em que assim não será, certamente, mas há uma boa probabilidade de isso se verificar, e se essa não é quase «I», é devido a dificuldades grandes que há, nomeadamente no que se refere a falta de instrutores.

Tudo isto me parece muito em concordância com a ideia da organização militar e fins que pretende atingir: — Pois não é possível que cada um se limite ao seu papel, o que é fundamental numa organização como é a militar? Julgo que a noção de que todo e cada um deve

Revista da Cavalaria

dispor no quadro geral do sistema de um lugar bem determinado e limites próprios, ganhando assim o conjunto uma harmónica ressonância, é ideia base, devendo haver o cuidado de impedir que as várias funções se acotovelem umas às outras como num curso carnavalesco. Este é o segredo da eficiência do conjunto e portanto o fim a atingir.

Alferes MÁRIO A. DE JESUS DA SILVA



Sistema de projecção M A R T I N E T E

Descrição geral



Este sistema consiste no aproveitamento dum projector do tipo Vu-Graph e de diapositivos, de preferência coloridos, que em vez de se projectarem num ecran vertical, são projectados num ecran horizontal (normalmente a própria caixa de areia).

Há em várias Unidades, Escolas e Estabelecimentos, projectores Master Vu-Graph, ou um distribuído mais recentemente, o projector Balsazar. Os diapositivos podem obter-se fotograficamente, a partir da figura que se queira projectar (cartas, esboços, plantas, etc.) ou então, para coisas mais simples, o próprio instrutor desenha ou copia numa folha de plástico a figura que quer projectar. Embora para o caso da cópia se possa usar lápis dermatográfico, há nisso inconvenientes, pois que só se consegue desenhá-lo com traço muito grosso, que depois aparece ainda mais ampliado, e as cores do lápis não são projectadas. Há uma tinta própria (Plastic Ink n.º 1524) com que se escreve no plástico, ou se iluminam as fotografias das cartas, o que torna a projecção muito mais interessante, sob o ponto de vista de instrução.

Finalidade

1 — Normalmente, não se tira dos aparelhos deste tipo todo o rendimento e são usados quase que exclusivamente, nas instruções técnicas.

Na E. P. C. começou a usar-se para as instruções de topografia e táctica e daqui resultou um aumento de rendimento na instrução, com uma coisa que afinal não passa do equivalente ao próprio ovo de

Revista da Cavalaria

Colombo. Mesmo no sistema de projecção num ecran vertical, de diapositivos de cartas iluminadas, apontam-se algumas vantagens para as instruções de topografia e de tática.

- a) A instrução é simultânea, pois que cada problema ou explicação, não é resolvido perante um reduzido número de instruendos que estão em volta de um estirador, ou numa carta que só é vista por alguns instruendos da primeira fila, mas sim duma maneira que é vista por todos os instruendos, ao mesmo tempo.
- b) O instrutor está sempre virado para a classe, não deixando de a dominar, nem precisando de ponteiro para indicar qualquer coisa, pois que basta fazê-lo no diapositivo que tem à sua frente.
- c) A escala da carta projectada, é a que o instrutor quizer, bastando para isso, afastar mais ou menos o projector do ecran.
- d) A sala encontra-se às claras, devido à grande potência deste aparelho (1000 watts). Evitam-se assim todos os inconvenientes de pôr os instruendos às escuras e, permite-se-lhes que tomem notas ou sigam as próprias contas.
- e) O instrutor não precisa de desenhar o dispositivo, os limites, a evolução da situação, etc., pois que os pode já ter desenhados em folhas de plástico, que vai sobrepondo.

2 — Se em vez de se usar a projecção em ecran vertical, se arranjar maneira de colocar o projector a 4 metros de altura (por exemplo, preso a uma asna) conseguimos a projecção no solo, o que tem a vantagem de dar aos instruendos a possibilidade de mais facilmente imaginarem o terreno e as posições relativas dos vários acidentes. Tendo-se colecções de bonecos ou de viaturas dos vários tipos, podem-se fazer evolucionar, organizar colunas, estudar emboscadas, golpes de mão, etc. Quando se usar este processo deve-se colocar papel de cenário no chão.

3 — Se, usando o processo indicado em 2, se fizer a projecção sobre uma caixa de areia, as vantagens são as maiores, pois que:

- a) O próprio impedido da sala, consegue preparar com a máxima verdade a caixa de areia. Basta ensinar-lhe que, com a pá, tira donde está azul e põe sobre as curvas de nível.
- b) Como a projecção se mantém, teremos a caixa de areia iluminada com quadrícula, com os nomes, etc., todas as indicações da própria carta.

Revista da Cavalaria

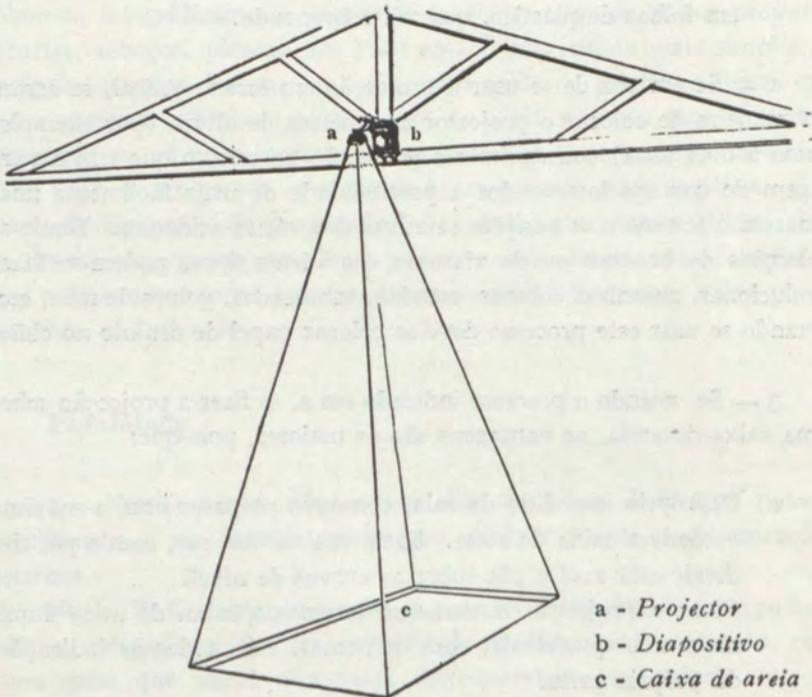
c) A escala depende da altura a que se coloca o projector, e é fácil de determinar pelo tamanho da quadrícula.

4 — Além das vantagens indicadas em 1, podem-se apontar outras, como:

- a) Substituição das actuais mesas de trânsito que, além de muito caras, têm o inconveniente de representarem um troço do terreno que os instruendos conhecem de cor, ao fim de pouco tempo.
- b) Possibilidade para o estudo do trânsito (Centros de Instrução de Condução) ou para o patrulhamento duma povoação (Policia Miiltar) de projectar a planta que depois se fará percorrer por viaturas em miniatura.

Montagem

O esquema da montagem é o indicado na figura. Para se fixar o projector, pode-se aproveitar uma asna do tecto, ou outro qualquer sis-



Revista da Cavalaria

tema, sendo ideal aquele que permita que, com o projector a funcionar, se possa ter acesso à janela de protecção. Normalmente, quando se projecta em ecran horizontal, não é necessário estar constantemente a mudar de diapositivo, pelo que basta, com o auxílio duma escada, colocá-lo antes da instrução em que se vai utilizar, e depois, ligar ou desligar o aparelho do solo.

A vertical baixada do centro da janela reflectora, deve cair no meio da caixa de areia, e esta deve ser do tamanho da projecção, o que depende da altura a que está o projector.

Diapositivos

Para se conseguirem diapositivos diretamente da figura que se quer projectar, deve-se proceder da seguinte forma:

- 1.º Fazendo a revelação no revelador rápido, preparar o líquido, segundo as instruções inscritas nas embalagens.
- 2.º Fazer o negativo na prensa para fotocópia, em papel GN Gevacopy (negativo). Normalmente, a exposição é de cinco segundos, no entanto é sempre uma coisa a estudar.
- 3.º Introduzir na reveladora rápida, o negativo com uma folha de transparente positivo Gevacopy (positivo).
- 4.º Deixar secar alguns segundos.

Utilizando as folhas Gevacopy que têm $29,7 \times 42$ (dimensões máximas), cada diapositivo fica a cerca de 10\$00.

Para se iluminarem os diapositivos, não é preciso habilidade especial; qualquer o pode fazer com as tintas Plastik Ink n.º 1524.

Também se podem conseguir diapositivos, ampliando fotografias.

O projector Master Vu-Graph, tem um conjunto de acessórios, os n.ºs 3278, 3281, 3282, que permitem a projecção de películas de 35 mm.

Embora haja vários tipos de projectores que se podem usar para a projecção em ecran horizontal, os projectores deste tipo com diapositivos de regulares dimensões, têm as vantagens de serem muito luminosos e darem uma grande ampliação.

Capitão DUARTE SILVA

Atividade

Atividade para o ensino de História, com o objetivo de trabalhar o conhecimento sobre a Revolução de 1934 e o papel de Getúlio Vargas.

Esta atividade é destinada aos alunos do ensino médio e visa a desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análise histórica.

O objetivo principal é que os alunos compreendam o contexto político e social da época e a importância das ações de Vargas.

A atividade será realizada em sala de aula, com a participação ativa dos alunos e a orientação do professor.

Os alunos deverão pesquisar sobre o movimento de 1934 e a atuação de Vargas, bem como sobre o processo de modernização do Brasil.

Esta atividade é uma oportunidade para os alunos refletirem sobre o papel do Estado e a construção da identidade nacional.

Ao longo da atividade, os alunos serão estimulados a discutir e debater as questões levantadas, desenvolvendo suas habilidades de argumentação.

Esta atividade é uma ferramenta valiosa para o ensino de História, permitindo que os alunos adquiram uma visão mais abrangente e crítica do passado.

O professor deverá acompanhar os alunos durante a realização da atividade, fornecendo orientações e esclarecimentos necessários.

Esta atividade é uma excelente oportunidade para os alunos desenvolverem seu interesse pela História e sua capacidade de análise crítica.

Ao final da atividade, os alunos deverão apresentar um trabalho ou uma apresentação que demonstre sua compreensão do tema estudado.

Getúlio DUARTE SILVA





SUMÁRIO

O Ano Hípico de 1962

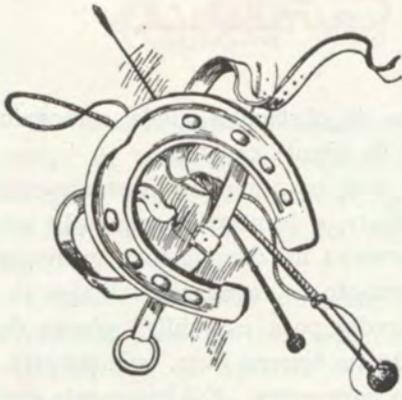
M. F.

Galeria dos Vencedores

Aspectos Hípicos de Lourenço Marques

J. M.





O ANO HÍPICO DE 1962



temporada hípica deste ano, apesar da deslocação de parte dos nossos cavaleiros militares para terras do Ultramar, não deixou de marcar a sua existência, pois se bem que a presença deles nas competições equestres do nosso País tenha valor assinalado, facto é que as provas realizadas no Ano de 1962 não perderam o seu brilho com a diminuição, em quantidade, dos cavaleiros militares.

Não pode ser assim atribuído menos interesse da parte do Público, por falta de concorrentes; as condições do programa, nos diversos concursos, é que dão, a maior parte das vezes, lugar às oscilações no número de inscrições. Evidentemente que, em determinadas competições, pode fazer-se sentir a falta de alguns dos nossos valores, cavaleiros consagrados, sobretudo nas internacionais; mas a representação nacional militar conseguiu-se sem quebra das boas tradições.

Marcou-se mesmo uma boa presença nos Concursos Hípicos Internacionais Oficiais de Barcelona e de Lisboa, e nos Concursos Hípicos Internacionais da Corunha e de Madrid, durante o qual foi disputada, mais uma vez, a «Taça de Ouro da Península».

O Ano Hípico, para os Cavaleiros militares, iniciou-se com as provas da *Sexta Semana Equestre Militar*, de 7 a 13 de Maio.

Apesar das dificuldades existentes na deslocação dos Oficiais, dos seus serviços permanentes, no período actual, mercê da boa-vontade

Revista da Cavalaria

de todos, a participação nas provas de obstáculos ainda conseguiu reunir cavaleiros montando um total de oitenta cavalos.

A falta de concorrentes notou-se, sim, na primeira das provas reazadas, o «Campeonato Equestre Militar», e tornou a competição um pouco fria, pois o número de concorrentes foi demasiado pequeno, o que se justifica até certo ponto, porquanto os cavaleiros militares encontram-se actualmente pouco preparados para este difícil género de provas, que exigem trabalho de fundo em terreno livre, cuja preparação se não consegue de um momento para outro. Evidentemente que o que com a Cavalaria a cavalo era corrente e normal — ter as montadas sempre treinadas para o serviço militar — hoje apenas é encarado com finalidade desportiva; contudo, de uma forma ou doutra, toda a boa utilização de um cavalo, que nos está entregue, reside no trabalho regular que se lhe dê, por vezes à custa do nosso sacrifício: na realidade, se o Ministério do Exército faz amplas despesas com a aquisição e manutenção de cavalos, hoje praticamente todos destinados a desporto, é indispensável que os Officiais seus cavaleiros correspondam, quanto possível, com um trabalho regular e persistente.

As provas do «Concurso Hípico Militar» decorreram em bom ambiente; é sempre interessante verificar o aparecimento de novas montadas preparadas pelos seus cavaleiros — mas, mais do que isso, foi-nos extremamente agradável ter a presença e a participação de Aspirantes-a-Oficial de Cavalaria em tirocínio na Escola Prática da Arma, o que lhes dá ensejo, a eles, a um primeiro contacto hípico com os seus futuros camaradas Officiais; e, a estes, o início do conhecimento das possibilidades dos seus competidores de amanhã. Disputaram, entre si, uma prova em duas mãos, com o nome do «Tenente Cabeleira Filipe», que foi muito bem ganha pelo Aspirante Carvalho do Andrade, montando o cavalo *Tejo*.

Realizaram-se três «Provas de Equitação de Escola» tendo, em cada uma delas, sido adoptados os trabalhos prescritos pelo Regulamento da Federação Equestre Internacional, com vista a possíveis competições internacionais. Nota-se sempre, com pesar, que o número de concorrentes a estas provas é diminuto.

Nas provas de obstáculos, dos cavalos mais novatos que nelas tomaram parte, destacamos *Labrador*, *Monty*, *Duá*, *Damão*, *Katty* e *Lutina*; foi também notada diferença, para melhor, em *Granadeiro* e *Liffey-Bank*, já conhecidos.

A prova «Conde de Avranches» foi ganha pelo Major Henrique Callado, montando a égua *Lutina*.

Revista da Cavalaria

O *Concurso Hípico Internacional Oficial de Lisboa*, o 51.º, teve a presença de uma equipa espanhola com cinco cavaleiros (Alvarez Bohorques, Rodriguez Mondello, Queipo de Llano, Guilhen Montenegro e Lorenzo Sureda) e de dois cavaleiros franceses (Charles Duppy e Bertran de Ballanda).

Decorreu num bom ambiente, tendo-se verificado certo equilíbrio nas vitórias, divididas entre espanhóis e portugueses.

Os cavalos que mais se destacaram foram *Janita*, pertencente a Alvarez Bohorques, e *Konak*, do Major Henrique Callado; também apreciámos a actuação de *Liffey-Bank*, que nos deu a sensação de maior confiança e poder, e que, posteriormente, no C. H. I. O. de Barcelona, marcou bem, com o Capitão Jorge Mathias; *Soba e Lebby*, esta última muito generosa e com bastantes possibilidades, apresentados pelo Alferes Vasco Ramires, merecem também citação especial; finalmente, um cavalo que nos chamou a atenção foi *Lord Robert*, cuidadoso e rápido, montado pelo Major Henrique Callado.

Concurso Hípico de Matozinhos — Organizado com muito boa vontade, que por vezes não é o suficiente, promete melhorar e até vir a fixar-se no calendário hípico no futuro; a zona do Porto tem incontestável direito a ter o seu concurso hípico anual. Por tradição, os Concursos Hípicos do Porto, que chegaram a ser internacionais, foram sempre muito apreciados pelos concorrentes — e, além de tudo o mais, no Porto ainda existe o gosto pelo cavalo.

Em pleno destaque esteve o Tenente Pimenta da Gama, com *Jouquille C* — não se devendo deixar de lembrar o Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, o Capitão Leopoldo Severo e o Capitão Lobo da Costa, que também marcaram uma boa posição.

Concurso Hípico das Pedras Salgadas — Concurso agradável e sossegado, com recursos para uma boa organização, com a qual os concorrentes contam desde há bastantes anos. Assim, por justa tradição, consegue trazer anualmente uma equipa de cavaleiros espanhóis, que se mantêm em convívio amigável com os nossos durante aqueles dias.

Dispõe a Organização de campo próprio e de cavaliarias destinadas aos solípedes que se deslocam para o Concurso; o campo, de todos conhecido, é muito bom e muito bem cuidado.

Revista da Cavalaria

Como consta do Programa usual, disputou-se uma Prova — «Taça Dom Fernando Artalejo» — entre equipas representativas dos dois Países; este ano foi ganha pela equipa portuguesa constituída pelo Capitão Duarte Silva, Capitão Neto de Almeida e Tenente Pimenta da Gama, sendo a espanhola composta pelo Capitão Centenera, Capitão Morugan e D. Eduardo Amorós.

Destacaram-se neste Concurso o Capitão Neto de Almeida, com *Joc de l'Ille* e D. Eduardo Amorós, com *Gingembre*, cavalo extremamente rápido.

Há que acentuar que nesta competição são sempre distribuídas inúmeras e boas taças.

Concurso Hípico de Sintra — Como nos anos anteriores, realizou-se no mesmo esplêndido campo, cuja situação apresenta um pano de fundo de relevo, por si só admirável; mas apesar deste Concurso ser organizado num ponto de turismo, próximo das praias que na época se enchem de veraneantes, facto é que o público não corresponde ao trabalho e encargos da Organização.

Os concorrentes, esses, apresentam-se em bom número e por isso se torna difícil satisfazer as exigências de todos; se alguns dos concorrentes tomassem por momentos a posição dos organizadores, poderiam verificar que certas facilidades, no seu entender, se tornariam difíceis, e mesmo impossíveis, de execução.

Tiveram boa actuação o Major Henrique Callado, o Capitão Alvaro Sabbo, Capitão Neto de Almeida, Capitão Jorge Mathias, Capitão Lobo da Costa e Capitão Mendes Paulo.

Concurso Hípico de Cascais — Realizado nos primeiros dias de Setembro, teve lugar no seu campo próprio, lugar privilegiado tanto pela sua situação como pelo terreno de que dispõe, delimitado propositalmente para o efeito, mas que ainda falta completar em certos detalhes.

É, dos nossos Concursos Hípicos, um dos de maior afluência de público e, por vezes, tem havido a intenção de o tornar internacional a fim de poderem ser convidados cavaleiros estrangeiros, para o que tem boas condições — embora desse maior interesse desportivo resultasse um aumento de encargos para a Organização.

Revista da Cavalaria

Esteve em evidência o cavalo *Konak*, montado pelo Major Henrique Callado; também devemos apontar em destaque o Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, o Capitão Leopoldo Severo, o Capitão Brito da Cruz e o Capitão Alvaro Sabbo.

Concurso Hípico da Figueira da Foz — Este ano não se realizou o «Campeonato do Cavaleiro de Obstáculos», mas não deixou por isso de haver boa animação durante a realização das provas.

O local é aprazível e o terreno regular, quando tratado; está porém previsto outro, que a Câmara Municipal já adquiriu e onde pretende também instalar cavaliças, o que será vantajoso, pois cada vez se torna mais difícil encontrar alojamentos adequados para as montadas que tomam parte nos concursos hípicos, pelo que as Organizações se têm de orientar no sentido de garantir aqueles alojamentos junto dos próprios campos.

O Concurso Hípico da Figueira da Foz e o Concurso Hípico das Pedras Salgadas são os que ainda mantêm aquelas tradicionais características próprias de uma boa camaradagem entre os concorrentes, durante a sua estada.

Este concurso, nos seus resultados, mostrou a possibilidade de vários cavaleiros se terem classificado; apesar disso, destacaremos com três vitórias cada, o Major Henrique Callado e o Capitão Alvaro Sabbo, o qual montou o cavalo francês *Mazarino*, que apresenta esplêndidas faculdades.

A época de 1962 terminou com o *Concurso Hípico Nacional de Lisboa*, de 4 a 7 de Outubro, organizado pela Sociedade Hípica Portuguesa, não tendo o público, infelizmente, comparecido — encontrando-se as tribunas, por vezes, desertas... e até os concorrentes pouco interessados.

O Capitão Lobo da Costa, com *Labrador*, teve uma boa actuação.

A Equipa Militar Portuguesa deslocou-se ao estrangeiro para tomar parte nos Concursos Hípicos Internacional Oficial de Barcelona, e Internacional de Madrid.

No primeiro, os cinco cavaleiros Major Henrique Callado, Capitão Duarte Silva, Capitão Neto de Almeida, Capitão Jorge Mathias e Te-

Revista da Cavalaria

nente Pimenta da Gama, conseguiram alcançar trinta e duas classificações.

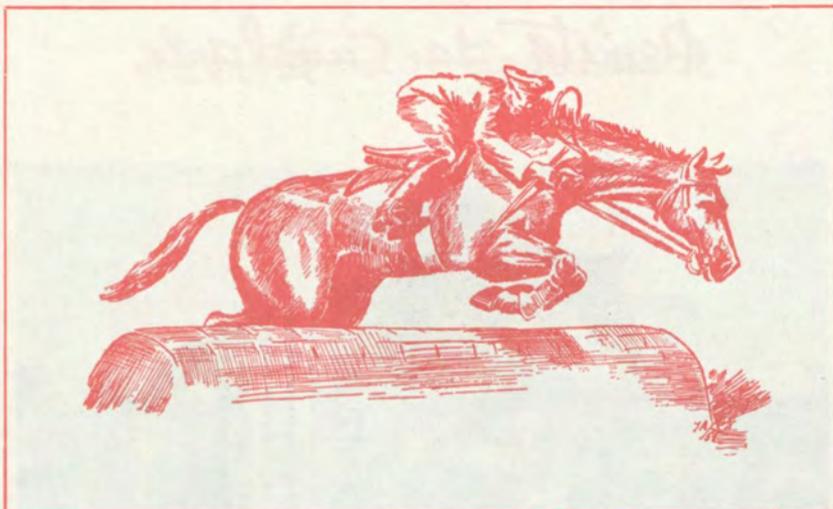
Em Madrid, em cinco provas, os quatro cavaleiros Major Henrique Callado, Capitão Leopoldo Severo, Capitão Neto de Almeida e Capitão Duarte Silva, obtiveram treze prémios, sendo um primeiro, três segundos, três terceiros e seis outros — e, para culminar, ganharam ainda a «Taça de Ouro da Península». Neste Concurso também esteve presente o Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, que marcou uma boa actuação com o cavalo *Transmontano*.

Ao Concurso da Corunha deslocou-se um grupo de três cavaleiros militares, Major Henrique Callado, Capitão Jorge Mathias e Capitão Ruy Pereira Coutinho que, com seis cavalos, obtiveram vinte e quatro classificações, das quais um primeiro prémio, cinco segundos e quatro terceiros, tendo sobressaído os cavalos *Konak*, *Lord Robert* e *Liffey-Bank*.

Segundo o hábito antigo, Oficiais de Cavalaria de Elvas tomaram parte no Concurso Hípico de Badajoz e, também pelo mesmo hábito, conseguiram boas classificações o Major Abrantes da Silva, com *Hulla-Hoop* e *Anómalo* e o Capitão António Romeiras com *Duá* e *Vénus*.

Em nota final, registamos com pesar a perda, por motivo de desastres, de duas razoáveis montadas de desporto, *Clinty* e *Royal-Tartan*; e, à guisa de vaticínio para a época de 1963, lembramos e apontamos os nomes de alguns cavalos em franco progresso, que julgamos em condições de alinharem entre os vencedores de amanhã, desde que lhes seja dada continuidade no trabalho: *Liffey-Bank*, *Klaxon*, *Lord Robert*, *Mon Tyrol*, *Transmontano*, *Labrador*, *Mazarino*, *Monty*, *Dili* e *Duá*.

Coronel MARQUÊS DO FUNCHAL



Galeria dos Vencedores

Certames	Cavaleiros	Cavalos
Campeonato Equestre Militar ...	Cap. Jorge Mathias	<i>Núcleo</i>
Concurso Hípico Militar (Prémio Conde de Avranches)	Maj. Henrique Callado	<i>Lutina</i>
C. H. Internacional de Lisboa ...	Cap. Lobo da Costa	<i>Labrador</i>
C. H. de Matozinhos	Ten. Pimenta da Gama	<i>Jouquille C</i>
C. Internacional das Pedras Salgadas	Cap. Neto d'Almeida	<i>Joc de Ville</i>
C. H. de Sintra	Maj. Henrique Callado	<i>Konak</i>
C. H. de Cascais	Maj. Henrique Callado	<i>Konak</i>
C. H. da Figueira da Foz	Maj. Henrique Callado	<i>Konak</i>
C. H. Internacional de Madrid: «Taça de Ouro da Península»	Maj. Henrique Callado	<i>Konak</i>
	Cap. Leopoldo Severo	<i>Conhaque</i>
	Cap. Duarte Silva	<i>Jeune France</i>
	Cap. Neto d'Almeida	<i>Joc de Ville</i>

Revista da Cavalaria



Major Henrique Callado, com Lutina, vencedor da Prova «Conde de Avranches»



Capitão Lobo da Costa, com Labrador, vencedor do Grande Prémio de Lisboa

Revista da Cavalaria

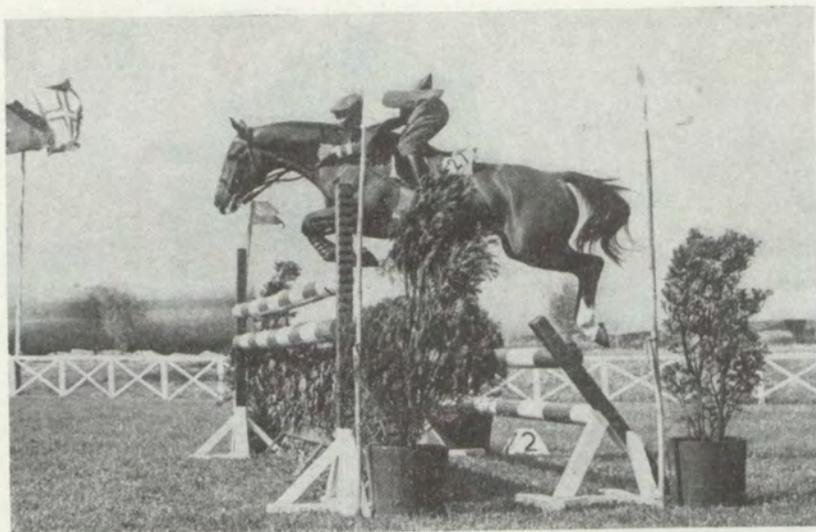


*Tenente Pimenta da Gama, com Jouquille C, vencedor
do Grande Prémio de Matozinhos*



*Capitão Neto de Almeida, com Joc de l'Ille, vencedor
do Grande Prémio das Pédras Salgadas*

Revista da Cavalaria



Major Henrique Callado, com Konack, vencedor dos Grandes Prêmios do C. H. de Sintra, C. H. de Cascais e do C. H. da Figueira da Foz



Aspirante Carvalho de Andrade, com Tejo, vencedor da Prova «Tenente Cabeleira Filipe»

Revista da Cavalaria



Núcleo, montada do Capitão Jorge Mathias, com a qual ganhou o Campeonato Equestre Militar



ASPECTOS HÍPICOS DE LOURENÇO MARQUES



uem desembarque em Lourenço Marques, vindo de Mafra, como foi o meu caso, não pode deixar de sentir uma muito agradável impressão ao tomar um primeiro contacto com as instalações hípicas desta grande capital.

O Esquadrão de Reconhecimento dispõe de uma ampla cavalaria, com mais de duas dúzias de magníficas «boxes», de arejamento perfeito; anexo a essa cavalaria, um pequeno picadeiro descoberto (20 x 40), onde se pode mexer à vontade um cavalo quando as exigências do serviço não permitem ir até aos Campos de Obstáculos, nem fazer um trabalho de exterior.

A cerca de cinco minutos e junto ao caminho de ferro, tem o Esquadrão o seu Campo de Obstáculos privativo, de magnífico piso e salpicado de placas relvadas, que lhe dão um aspecto de bonito jardim — piso que é um trabalho de notável persistência do Capitão Vasconcellos Porto que há largos anos vem, com o seu gosto e abalizada competência, fazendo uma valiosa obra em prol do hipismo. Existe ainda uma cuidada e muito variada colecção de «mobília», comportando obstáculos para todos os gostos e feitios.

Também a Polícia possui o seu Campo próprio, a cerca de vinte minutos do quartel do Esquadrão, com um picadeiro anexo, tudo junto a uma muito boa cavalaria onde a sua Brigada Móvel Montada aloja as suas três dúzias de cavalos.

E, seguindo a mesma rota, pela estrada de Marracuene adiante, desembocamos, após meia hora de passo, no «Centro Hípico», excep-

Revista da Cavalaria

cional conjunto de instalações que muito honram a Cidade e mais ainda quem lhes soube dar corpo e vida.

Toda a actividade hípica de Lourenço Marques gravita à volta destes três elementos que citei.

Foi este o meu primeiro contacto com o mundo do cavalo nesta linda Cidade. Mas logo, passados três dias, assisti a uma das últimas «poules» da temporada.

As «poules» aqui são um caso sério, pela calorosa disputa que há e pelo entusiasmo que por elas se toma — e isto num ambiente já de si algo quente. Este aspecto das coisas, segundo a minha primeira impressão, não tem sido muito benéfico relativamente à preparação e treino de cavalos para os grandes certames da África do Sul, Rodésias, e até mesmo para o Concurso Hípico Internacional Oficial de Lourenço Marques.

Nessa «poule» a que assisti, neste maravilhoso campo que ombréia largamente com o que de mais bonito conheci em toda a Europa, foi-me dado ver um grande grupo de cavalos sul-africanos.

Através do *Malborough*, do *The Flag*, do *Wendover*, da *Celta* e do *Transmontano*, eu tinha a impressão de que o animal sul-africano era um bom cavalo; e digo apenas impressão porque, dos animais citados, tinha o conhecimento limitado a uma simples entrada «de caras» no *The Flag*, numa prova de potência, na Corunha. Mas depois daquela «poule», fiquei convencido que a minha impressão se confirmava completamente.

E agora, três meses passados já em Lourenço Marques, em que tive a oportunidade de montar, por gentileza dos seus Cavaleiros, um grande número de cavalos, posso afirmar que a África do Sul cria efectivamente animais de grande categoria. E que, a par dessa categoria, reúnem, numa percentagem elevadíssima, um carácter e docilidade absolutamente invulgares. Adquiridos a preços que, para o mercado europeu, são irrisórios, afigura-se-me que seria bem vantajoso pensar-se a sério em fazer uma remonta para desporto, na África do Sul.

O Esquadrão possui, entre as duas dúzias de animais ali instalados, seis poldros de quatro anos (feitos em Setembro), dos quais duas éguas e um cavalo parecem ser belas promessas.

No lote dos «cracks», três cavalos com categoria em qualquer parte — *Harpagão*, *Jau* e *Ideal*; um outro com classe, mas com muita aresta a limar — *Limpofo*; e dois cavalos que, sem terem as possibili-

Revista da Cavalaria

dades daqueles (até por estarem a começar a sua curva descendente), são ainda animais com interesse — *Intruso* e *Harpa*: tal é o grupo com que as nossas equipas têm feito o seu bom «fogo» na África do Sul e nas Rodésias.

Sobre a actividade hípica (daquelas equipas e naquelas paragens) no Ano de 1962 eis aqui as opiniões que consegui reunir entre os Cavaleiros que nos representaram nos citados certames.

A Equipa Militar, que pôde contar com os Capitães Osório, Vasconcellos Porto, Ivens Ferraz, Ferreira da Cunha, Gabriel Dores e Alferes Barrento, participou nos Concursos de Bullawayo (Rodésia do Sul), de Nelspruit (África do Sul), de Bremerschorp (Suazilândia) e, já em final da época, no Rand Spring Show, em Joahanesburg e em Pretória, mas não sempre com todos os elementos mencionados.

Foi, de longe, o Concurso de Nelspruit aquele em que a nossa equipa marcou maior e melhor posição. Das dez classificações alcançadas, temos de destacar dois primeiros prémios (Capitão Ferreira da Cunha, no *Ideal*; Capitão Vasconcellos Porto, no *Harpagão*) e três terceiros (aqueles mesmos dois cavaleiros e o Alferes Barrento).

Também em Bremersdhorp, os nossos Oficiais estiveram em grande evidência, com a conquista de quatro primeiros prémios por intermédio do Capitão J. Osório, no *Jau*, e do Capitão Ferreira da Cunha no magnífico *Ideal*, que se cotou como o animal melhor classificado de todo o Concurso.

Em Bullawayo, a vitória de *Harpa*, com o Alferes Barrento, encimou um grupo de classificações muito boas e em que são de destacar um segundo prémio e dois terceiros, conseguidos por *Intruso*.

Tais foram os resultados mais brilhantes da nossa representação militar além-fronteiras, no Ano de 1962.

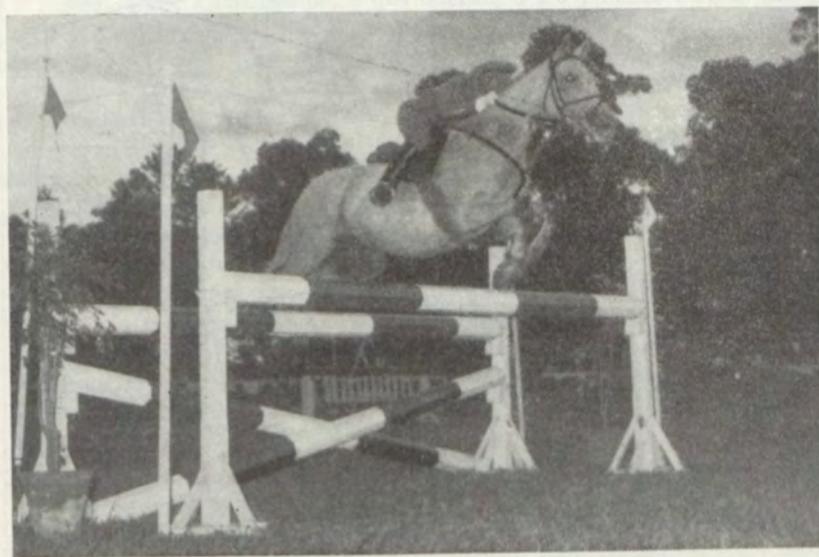
E, com o decidido e firme apoio do Comandante da Região Militar, Senhor General Caeiro Carrasco, bem cientes de suas responsabilidades e sempre animados do melhor desejo de continuar a prestigiar o Exército e o Desporto Português, os Oficiais de Cavalaria que se encontram em Lourenço Marques trabalham activamente as suas montadas e preparam-se intensivamente para a nova «Season 63».

Capitão JORGE MATHIAS

Revista da Cavalaria



Capitão Vasconcelos Porto, com Intruso, um dos conjuntos que melhor posição marcou na última época



Capitão Ferreira da Cunha, com Isabel, que teve actuação destacada em 1962

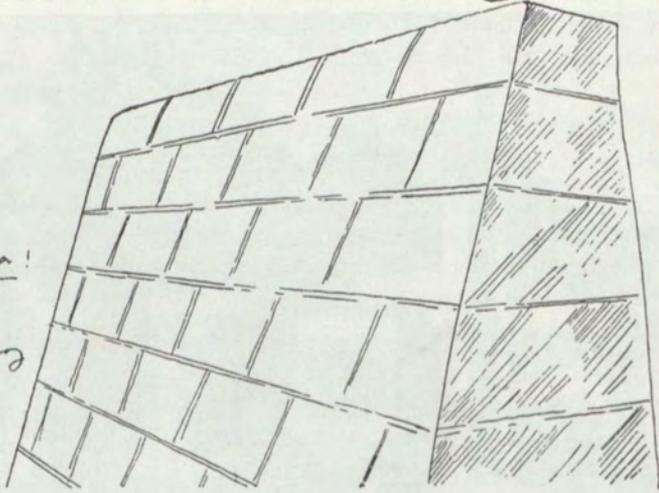
Portrait of a Cavalier



Class!

Confiance!

A. Rep au Sincing
1948



Portrait of a Cavalier
A. Rep au Sincing 1948

Jornais revistas livros

O «345»

○ Batalhão de Cavalaria 345, durante a sua campanha no Norte de Angola, publicou um jornal impresso, jornal de soldados para soldados destinado a manter o seu já elevado moral e que mereceu à imprensa de Angola as mais lisonjeiras referências.

Reproduzimos a primeira página do seu primeiro número, nossa modesta mas comovida homenagem ao espírito cavaleiro que todo ele reflecte.

Certamente que o «345» terá despertado o maior interesse entre aqueles a quem é, principalmente, destinado — o pessoal do Batalhão — uma vez que é feito «do soldado para o soldado».

Mas, o que é interessante, é que também o seu primeiro número mereceu os maiores aplausos por parte da Imprensa profissional da nossa Província de Angola.

Assim, os jornais «O Comércio», «Diário de Angola», «Província de Angola», «Diário de Luanda» e «Notícias», semanário ilustrado, a ele se referiram em termos elogiosos e de louvor pela iniciativa e pela forma como esta foi realizada.

Daquele semanário reproduzimos a seguinte passagem dedicada ao «345» — Não passaria pela cabeça de ninguém que uma unidade militar, envolvida em operações, imaginasse e concretizasse... um jornal! — E, mais adiante — Esfusante de vida e bom humor, este conjunto de 8 páginas — ilustradas e tudo — traz uma legenda que faz pensar — «O 345 é muito mais que um jornal — é um Grupo de Cavalaria» — E, a fechar, — ... poucas, ou nenhuma vez, a tropa que se encontra em Angola terá fornecido uma prova tão irrefutável de ânimo, como a que se patenteia através do «345». — E chamam-lhe *o benjamim da imprensa de Angola*.

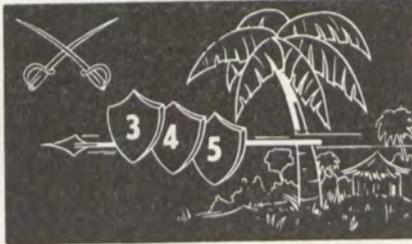
Ao principal impulsionador do jornal, na sua «redacção» algures no Norte de Angola, não podemos deixar de agradecer mais esta lição a juntar a tantas outras que com ele aprendemos quando lhe prestamos a nossa modesta colaboração na realização da nossa Revista, à qual deu tanto do seu esforço e dedicação para a manter.

E, cá o esperamos de novo!

J. A.

Revista da Cavalaria

JORNAL PRIVATIVO DO GRUPO DE CAVALARIA 345



1

NORTE DE ANGOLA — OUTUBRO DE 1965 — ANO PRIMEIRO
EDIÇÃO E PROPRIEDADE — DO GRUPO DE CAVALARIA 345
COMPOSTO E IMP. NA NOVA EDITORIAL ANGOLANA, S.A.R.L.

A ABRIR...

LINHA DE ACÇÃO

É com toda a satisfação que, num fugitivo intervalo da minha actividade de comando, alinho estas palavras de abertura, para o primeiro número do nosso «345».

O meu primeiro pensamento vai para aqueles que, para além do cumprimento do seu dever militar para com a Pátria, encontraram, ainda, força de ânimo para arcar com a responsabilidade de assegurar a continuidade do Jornal que generosamente se propuseram instituir. Bem hajam, pela sua iniciativa.

Lançada a ideia, há que marchar em frente, mas, antes, impõe-se fixar a linha de acção, em ordem a canalizar todos os nossos esforços no sentido do objectivo a atingir: o bem-estar do nosso soldado; bem-estar que só se conseguirá obter num perfeito equilíbrio do corpo e do espírito.

É no âmbito do espírito que este Jornal se propõe cumprir a sua missão. O «345», que hoje, ainda hesitante, sai à luz do dia, pertence ao Grupo, consequentemente, a todas nós, mas, devemos ter sempre bem presente que se destina única e exclusivamente aos nossos soldados. Por conseguinte, é no plano do seu desenvolvimento intelectual, com o pensamento fixo neles e na linguagem bela e simples do nosso povo, que devemos inspirar as nossas congeminações e expressar as nossas ideias.

E se, a par de tudo isto, se conseguir obter ampla colaboração por parte dos nossos soldados, teremos, então, atingido em pleno o objectivo em vista.

O Comandante

COMO NASCEU

O «345»

Surgiu a ideia da criação do «345».

Pensámos fazer um jornal e rabiçámos a proposta que fizemos chegar às mãos do nosso Exmo. Comandante.

Aguardámos o despacho que veio em termos afirmativos.

Após isto, o nosso Comandante mandou-nos chamar e na conversa que teve conosco não se cansou de insistir: «Eu quero que o jornal seja para o soldado! E de todos para o soldado e o ideal seria que fosse do soldado para o soldado!».

Ora nós sabemos como o nosso «Maior» adora as suas homens e, assim, tivemos de prometer, desde logo, que o maior quinhão destas páginas seria dirigido às praças do nosso Grupo de Cavalaria.

Isto posto, podemos desde já anunciar que perpassarão pelo jornal as secções mais variadas: contos, novelas, versos, anedotas, artigos a sério e a brincar, bonecos com e sem legenda... enfim, um mar de coisas fresquinhas que irão certamente entreter-vos naquelas horas (que bem poucas têm sido!) entre as operações.

Uma sugestão! Procurai guardar todos os números que saírem do «345». Ao cabo da comissão, tereis uma interessante colecção através da qual recordareis aspectos da vossa gloriosa passagem por terras de África.

Tratari bem o vosso jornal!

Os senhores comandantes de Esquadrão, receberão directivas para procederem a averiguações rigorosíssimas se for encontrada alguma folha solta no fundo das latrinas...

(Continua na página 7)

EM ENTREVISTA PARA O «345»

HOLDEN ROBERTO fala-nos da sua organização

LEOPOLDVILLE — Foi à escala cá da redacção do jornal e calhava-me ter de ir fazer uma entrevista algo melindrosa: — Tratava-se de Roberto Holden ou Holden Roberto—para o caso tanto fazia — invertido ou não!

Assim, para cumprirmos a

nossa missão, dirigimo-nos a Leopoldville e perguntámos, no primeiro «café», onde era a casa dele. Deram-nos o endereço e para lá tomámos o rumo.

Todavia, quando chegámos à casa indicada, encontramos os «tarecos» de Mister Holden no meio da rua! — Tinha recebi-

do ordem de despejo por não pagar a renda há mais de um ano!!! — disseram-nos.

Foi, portanto, na rua e a tiritar de frio (o homem estava quase nu!) que Holden nos recebeu.

Principiámos por lhe dizer que pertencíamos a uma equipa do «345».

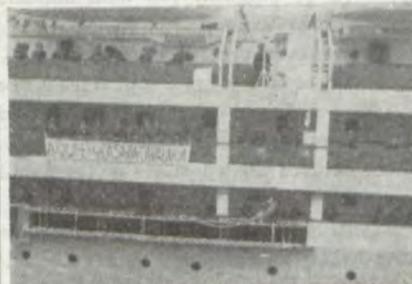
Os cabelos do chefe terrorista puseram-se de pé e voltou-se para todos os lados suspirando de uma embocada.

— O quê?! — perguntou admirado e dando dois passos à reclusa — Então o 345 está cá em Leopoldville?

Sosseguemo-lo e explicámos que o «345» era o jornal do 345

(Continua na página 8)

UMA FOTO PARA RECORDAR



QUADRA DO MÊS

Ao jogar o futebol
Eu parti o metatarso
Ai, que dores eu senti
Janeiro, Fevereiro e Março.

O «345» É MUITO MAIS QUE UM JORNAL — É UM GRUPO DE CAVALARIA

Revista da Cavalaria

Três folhetos do Ten. Barão da Cunha

O Tenente de Cavalaria, Barão da Cunha, elaborou três folhetos, «Os Nossos Feitos Responderão por Nós», «Segurança nos Movimentos Auto» e «Segurança nos Estacionamentos».

São três magníficos elementos de educação moral e de instrução técnica, dada a elevação com que os assuntos são tratados pelo autor, que alia à sua competência a autoridade de combatente no Norte de Angola.

Recomendamos aos nossos Camaradas a leitura atenta daqueles três trabalhos.

Actividades na E. P. C.



Educação Físico-Militar na E. P. C.

REALIZAR O IMPOSSÍVEL

Napoleão disse um dia a um dos seus generais que a palavra «impossível» não constava da língua francesa. A divisa das forças aéreas dos Estados Unidos da América é a seguinte: «Fazemos imediatamente o que é difícil; o impossível leva mais tempo». Ocorreram-nos estas afirmações — a de Bonaparte e a que a aviação americana subscreve — quando lemos, recentemente, um apontamento incluído num dos livros em que Pedro Bloch — o dramaturgo brasileiro de «As mão de Eurídice», «Dona Xepa» e «Esta Noite Choveu Prata» — reuniu ditos curiosos e «histórias de gente». No referido apontamento — que se intitula precisamente «Gente de Portugal» — Pedro Bloch conta que, conversando um dia com um jurista, um aviador e um engenheiro (todos, como ele, amigos e admiradores dos portugueses), vieram à baila os fortes construídos por antepassados nossos «em lugares inacessíveis da Amazônia». Observou o aviador: «É uma selva tão densa, a do Amazonas, que, quem cair ali o melhor que faz é suicidar-se. Já houve quem escapasse vivo... mas louco. Só quem sobrevivia a cento e cinquenta metros de altura aquela região é que pode sentir o que é o Inferno Verde. Não se pode caminhar, tal o entrançado de plantas e cipós, galhos e parasitas, feras e serpentes»... Pedro Bloch atalhou nesta altura: «Mas, espere aí! Então como foi que os portugueses construíram os fortes?» Quem respondeu foi o engenheiro: «Aí é que está. «seu» Pedro Bloch. É que, quando os portugueses descobriram que era impossível... os fortes já estavam prontos».

É realmente muito difícil decidir com antecipação que é impossível fazer isto ou aquilo, porque a capacidade realizadora dos homens e as suas virtualidades de superação das dificuldades são positivamente surpreendentes e imprevisíveis, não falando no factor sorte nem em alterações inesperadas das condições de facto, que, por vezes, fornecem auxílios estupendos com que não se contava, tanto o primeiro, como as segundas. Mas, quando perante uma tarefa árdua, se pensa e se diz que é impossível realizá-la — pode ter-se a certeza de que não será realizada. Assim como a primeira condição do triunfo é desejá-lo com todas as forças da vontade, a primeira condição da derrota está em não acreditar na vitória. Perante uma tarefa difícil só há que pensar em executá-la. Depois de concluída há muito tempo para reflectir na sua impossibilidade, como sucedeu com os fortes da Amazônia. Se, depois do golpe feliz do 1 de Dezembro de 1640, os portugueses — de D. João IV ao mais obscuro dos soldados do Alentejo — tivessem pensado ser impossível consolidar a independência de novo conquistada, decerto Portugal depressa teria voltado a cair sob a férrea mão do conde-duque de Olivares, o primeiro ministro de Filipe IV. O exame das condições do momento levaria necessariamente a concluir pela impossibilidade de se fazer frente à Espanha, com êxito. Não tínhamos soldados nem armamento, não tínhamos dinheiro nem diplomatas, não dispúnhamos de aliados efectivamente dispostos a ajudar-nos com prontidão e eficácia; ninguém acreditava nas nossas possibilidades. Mas — salvo uns quantos pusilânimes, salvo uns quantos

Revista da Cavalaria

traidores que conspiraram contra a Pátria — os portugueses acreditaram em si próprios. Acreditaram que poderiam resistir no território europeu às arremetidas das poderosas forças filipinas; acreditaram que poderiam reaver os territórios ultramarinos, batendo-se não só contra os espanhóis, mas também contra os holandeses. Parecia impossível realizar tamanha empresa. Mas ela foi executada, passo a passo. Levou tempo, isso levou. Muitos ficaram pelo caminho, muitos desceram à sepultura na dúvida sobre o êxito final — que demorou quase trinta anos a ser obtido, pois somente o Tratado de 1668 pôs termo à Guerra da Restauração. Mas lá dizem os aviadores americanos: «O que é difícil faz-se imediatamente, mas o impossível leva mais tempo»...

Quando alguém — uma pessoa ou uma nação — está empenhado numa tarefa difícil, uma coisa lhe está vedado fazer: cometer erros. Nessas alturas é erro, e grave, a distração dos trabalhos essenciais em discussões e controvérsias à margem do empreendimento fundamental. É erro, e sério, pensar nesses momentos, noutras realizações que, embora importantes, são secundárias em confronto com o empreendimento fundamental. É erro, e erro funesto, suscitar dúvidas aos que estão devotados à difícil empresa em curso. Quando alguém trabalha ou batalha afincadamente para conseguir um êxito penoso e árduo é imperdoável afirmar-lhe que tal objectivo é impossível de atingir. Somente se compreende que o faça quem tiver interesse em que esse objectivo não seja alcançado. Se, aos ingleses, que se lançaram na problemática operação da retirada dos seus soldados do anel de ferro e de fogo que envolvia Dunquerque, alguém tivesse ido dizer que estavam a tentar o impossível, decerto muitos teriam desistido e não poucos compatriotas teriam caído nas mãos dos alemães... Uma das maneiras de sapatar a moral de quem combate ou de quem labuta está em dizer que «não vale a pena». De que serve vencer essa escaramuça, se a guerra está perdida? Para quê construir essa parede, se o edifício nunca será acabado? Não vale a pena... Para quê derrotar o inimigo no terreno militar, se se vai perder a partida no campo diplomático? Não vale a pena... É tolice suportar tanto sofrimento para construir o forte, visto que ele não servirá para nada. Não vale a pena... — Com tal música nos ouvidos ninguém fará nada que preste ou valha.

Não se podem cometer erros. Por exemplo: duvidar de quem comanda e desobedecer aos chefes, nunca deu resultados positivos. É, sim, o melhor caminho para o desastre — exactamente como o é dispersar ou dividir esforços nas horas críticas. Quem o faz desafia o destino, que não costuma condescender com desatinos... Também as horas críticas não são as mais adequadas para filosofia — conforme ficou ilustrado, para todo o sempre, quando, em Constantinopla, houve quem discutisse apaixonadamente o sexo dos anjos enquanto hordas turcas assaltavam as muralhas da cidade. Constantinopla ficou otomana e nem ao menos os que discutiam chegaram a uma conclusão sobre o assunto em causa, antes de serem passados pelas armas dos janizaros... Primeiro, vencem-se as contendas; depois, não faz grande mal que se filosofe um tanto ou quanto. Já lá diziam os antigos sábios do Lácio: «Primum vivere, deinde philosophare — viver primeiro, filosofar depois.

Vieram estas reflexões a propósito da observação feita por certo engenheiro brasileiro ao dramaturgo Pedro Bloch, sobre a edificação das fortalezas da Ama-

Revista da Cavalaria

zónia, pelos nossos antepassados. Era impossível construí-las — mas só se deu por isso depois de estarem construídas. A muitos coevos do Infante D. Henrique e até muitos contemporâneos do Príncipe Perfeito, certamente, pareceu impossível ir por mares desconhecidos até ao Oriente. Também então houve quem discutisse e discordasse. Mas a Nação não lhes deu ouvidos, antes se colocou ao lado dos que sômente discutiram a melhor maneira de levar por diante a empresa dos Descobrimentos. Por isso, antes, e depois da construção dos fortes na região do Amazonas, os portugueses realizaram vários impossíveis...

Extraído do jornal «O Comércio de Luanda»



Quando, em 1898, rebentou a guerra entre a Espanha e os Estados Unidos, o Presidente Mac-Kinley desejou enviar uma carta ao general cubano Garcia.

Ninguém sabia onde se encontrava este general.

Disseram então ao Presidente: «Há um homem que se chama Rowan, que talvez possa encontrar Garcia, se porventura há alguém que o possa fazer». (O major Andrew Rowan faleceu no dia 10-1-943, na Califórnia, com 86 anos).

Mandou-se chamar Rowan e deu-se-lhe uma carta para entregar a Garcia.

Rowan pegou na carta, guardou-a numa bolsa impermeável, colocou-a sobre o coração e não perguntou onde é que se encontrava Garcia.

Quatro dias depois desembarcou, de noite, na costa de Cuba e internou-se no mato.

Ao cabo de 3 semanas saiu pelo outro lado da ilha, depois de ter atravessado a pé um país hostil e de ter entregado a carta a Garcia.

Uma carta a Garcia serve para dizer a quantos se deixam às vezes vencer pela incerteza de si mesmos:

— Para diante! através de todos os obstáculos, desprezando todas as contrariedades, vencendo todos os sacrifícios, cumpre cada um o seu dever!

— Como se leva uma carta a Garcia?

Cumprindo, custe o que custar, a missão que o destino ou as circunstâncias nos impuseram

DESTACAMENTO DE INTERVENÇÃO DE HELICÓPTEROS

pelo Coronel DE VISMES

A gama de possibilidades de utilização dos helicópteros é muito extensa. Este estudo é consagrado ao seu emprego no quadro dum D. I. H. para as missões chamadas por vezes «Helitransporte de assalto». Este artigo, esclarece numerosos exemplos, sublinha alguns princípios de emprego e tenta fazer sobressair mais processos de utilização do que uma doutrina.

À procura do rendimento

— Teremos um D. I. H.?

— Ah! Se tivéssemos um D. I. H.!

— Evidentemente, eles tinham um D. I. H.!

Quantas vezes na Algéria se ouviam estas exclamações, exprimindo esperanças, decepções, a amargura de um comandante de um sector ou de um comandante de uma Unidade? Elas consagram a importância alcançada pelo helicóptero de carga que, qualquer que seja a zona de operações, foi rapidamente considerado como um elemento essencial da manobra e do sucesso. As iniciais D. I. H. apareceram, suponho, no princípio de 1957 e designam «Destacamentos de Intervenção de Helicópteros» compreendendo geralmente uma meia dúzia de «Bananes» H.21 ou de «Mammouths» H.34, um helicóptero de comando «Alouette», depois um pouco mais tarde um helicóptero armado. As directivas e instruções, aprovadas pelo General Comandante na Algéria, deram ao D. I. H. uma consagração oficial e precisaram-lhe as condições de emprego.

Toda a gente sabe que a gama de possibilidades de utilização dos helicópteros é muito extensa e neste estudo só se tratará do seu emprego no quadro de um D. I. H. para as missões chamadas por vezes: «Helitransporte de assalto». Apenas dispondo duma documentação muito restrita, não me é possível citar descrições e estatísticas relativas ao conjunto da actividade dos D. I. H. mas desejaria simplesmente sublinhar alguns princípios de emprego verificados nas operações levadas a efeito na Algéria e procurar mostrar que os ensinamentos preciosos recolhidos podem ser explorados de maneira a criar uma doutrina de emprego ou, se quiserem, alguns processos de utilização que poderão ter valor em outros teatros de operações. Eu desejaria, enfim, insistir na necessidade de

Revista da Cavalaria

obter uma cooperação perfeita entre os D. I. H. e as *Unidades que parecem mais qualificadas para os utilizar.*

Um princípio de emprego que nunca deve ser perdido de vista na utilização de um D. I. H. é o da procura do «Rendimento». A capacidade de transporte de um helicóptero de carga depende de vários factores técnicos: possibilidade dos aparelhos, quantidade de combustível transportado, natureza e altitude das zonas de embarque e de aterragem, condições meteorológicas.

Pode-se admitir que *um D. I. H. compreendendo seis helicópteros de carga H.21 ou H.34 pode transportar numa única rotação o valor de uma meia companhia de combate*; salvo no caso duma acção de comandos sobre um objectivo limitado, estes efectivos são geralmente insuficientes e é preciso recorrer à execução de várias rotações cuja duração é importante limitar.

Em qualquer operação, surpreender o adversário é sempre a preocupação permanente do comando; os helicópteros que permitem um deslocamento rápido oferecem neste domínio grandes possibilidades; a *surpresa* é por outro lado um elemento importante para a segurança dos aparelhos. Para a realizar sem comprometer o rendimento, é necessário prever uma montagem de operação adaptada a cada situação e observar a mais completa discreção na colocação dos meios. *Um D. I. H. permite explorar rapidamente qualquer informação nova e adaptar a manobra à evolução da situação.* Para poder utilizar esta enorme elasticidade de emprego é necessário evitar as soluções complicadas e procurar ao máximo a simplicidade na montagem da operação.

Enfim, qualquer que seja a força para que o D. I. H. trabalhe nunca se deve esquecer que uma operação «Helitransporte de assalto» é uma operação «combinada» necessitando duma cooperação estreita entre as forças terrestres e as forças aéreas. O seu sucesso depende duma colaboração inter-armas particularmente íntima em todos os escalões e do grau de instrução das tripulações e das Unidades transportadas.

Para explicar o mecanismo de uma operação helitransportada e fazer sobressair a importância do rendimento, da surpresa, da elasticidade do emprego e da cooperação ar-terra, tomarei o exemplo concreto duma operação cujo desenrolar esquemático foi análogo ao doutras acções conduzidas em muitas outras circunstâncias. Os nomes geográficos têm uma importância secundária, eu indico-os simplesmente para aqueles que conhecem a região onde a operação a que me vou referir teve lugar em Dezembro de 1957, no Sud-Constantinois em que a acção principal foi conduzida por um regimento de pára-quedistas em reserva do sector e um D. I. H. do exército.

As informações são bastante vagas, a zona a tratar é percorrida em permanência por elementos ligeiros rebeldes agindo muito dispersos, mas é conhecida por ser utilizada como testa de ataque para as formações solidamente armadas. É evidentemente a eventual presença de uma Unidade de passagem que justifica o emprego do Regimento de pára-quedistas e do D. I. H.

O terreno é constituído por um planalto a cerca de mil metros de altitude que as últimas chuvas tornaram menos praticável às viaturas e por uma série de «djebels» culminando por volta dos mil e quinhentos metros e comportando numerosas ravinas. Estas fornecem excelentes observatórios e o seu acesso é difícil mesmo para uma infantaria treinada. As condições meteorológicas são o que se costuma chamar variáveis com alternativas de aguaceiros e abertas.

Revista da Cavalaria

Uma ferramenta bem rodada

A operação é decidida à tarde e o que não é sempre o caso, dispõe-se de algumas horas para a preparar. O Comandante do Regimento de pára-quedistas que assume o comando da operação reuniu para um «briefing» os que estão interessados directamente nela:

— O comando do D. I. H. que dispõe de seis helicópteros de carga e de dois «Alouettes»;

— O comandante do P. C. Ar que dispõe de um avião «Broussard» no qual tomará lugar um representante do comandante da operação;

— As tripulações do A. L. A. T. encarregadas de assegurar a permanência da observação;

— O comandante da Unidade do Trem encarregado de fornecer os meios de transporte terrestres.

Cada um levou consigo os seus principais colaboradores. De resto esta não é a primeira operação realizada em comum e todos os participantes se conhecem bem, tendo a vida corrente no mesmo lugar de estacionamento favorecido numerosas amizades que se podem qualificar de inter-armas. A ferramenta está bem rodada e é supérfluo dar ordens escritas comportando uma ideia de manobra sábiamente redigida; basta que cada um marque com exactidão nas cartas de que dispõe os pontos importantes e alguns traços de lápis desenharão a manobra projectada. Um quadro guia impresso inspirado no «Quadro de fraccionamento e rendição» regulamentar para as operações aerotransportadas permite registar todas as indicações úteis e o horário previsto para as diferentes acções projectadas sendo a hora oficial marcada à abertura da rede rádio.

O segundo comandante do regimento de pára-quedistas designa as Unidades que devem ser helitransportadas em primeira urgência; ele dispõe de *quatro companhias de combate dum efectivo médio de 125 homens, dum companhia de apoio que pode pôr em acção morteiros de 120. e de 81 assim como canhões sem recuo de 106 e 75 e dum companhia transportada em Jeeps*. Prevê o helitransporte de três companhias de combate num primeiro tempo, ficando a quarta em reserva. A G. Ap. preparará elementos (M.81 e 75 S/R) susceptíveis de ser helitransportados para reforçar os meios de fogo das companhias de combate. A companhia transportada actuará numa parte da zona favorável a uma acção sobre jeeps. Quando o terreno não é arborizado oferece numerosas possibilidades para a escolha das zonas de aterragem. Depois de estudar a carta e as fotografias aéreas, o comandante da operação, depois de ouvir o comandante do D. I. H., designa um certo número daquelas zonas em função da sua ideia de manobra, e cada um assinála-as com precisão na sua carta. O método mais simples consiste em agrupar as zonas de aterragem segundo as suas posições geográficas: Zonas A.1, A.2, A.3... B.1, B.2, B.3... C.1, C.2, C.3... etc. As letras X, Y, Z. são reservadas para a designação doutras zonas de aterragem no decorrer da operação. Decide-se por exemplo que a primeira companhia aterrará em A.1, a segunda em B.1, B.2, a terceira em G.1, G.2. Um P. C. ligeiro compreendendo o segundo comandante do Regimento e dois rádios munidos de P. R. C. 10 acompanhará a primeira companhia para tomar a seu cargo desde

Revista da Cavalaria

o início da operação a ligação com os aviões e o P. C. permanente que poderá ser helitransportado com meios de comando mais importantes num segundo tempo.

O comandante da operação em «alouette», em ligação constante com o comandante do P. C. A., em Broussard, e o avião de observação, confirmará as zonas de aterragem ou poderá, no último momento, escolher A.2, ou A.3, em lugar de A.1, ou mesmo indicar uma outra zona situada por exemplo a 500 metros ao Norte de A.1. O observador aéreo terá a seu cargo assegurar a sinalização por fumos; o comandante do P. C. Ar dirigirá os aviões de apoio que intervirão três minutos antes da chegada dos helicópteros, passando uma patrulha de T.6 directamente às ordens do D. I. H., na última fase da aproximação, para intervir alguns segundos antes da aterragem.

Uma vez as zonas de aterragem determinadas, é necessário escolher a ou as «Zonas de embarque». Nós estamos a mais de 100 km e não se podem fazer rotações de helicópteros com esta amplitude e, por outro lado, é necessário não comprometer o factor surpresa.

Dispõe-se para a aproximação dum itinerário por estrada conveniente e quase em todos os terrenos junto à estrada podem ser utilizados como zona de embarque. O Regimento partirá de noite, o D. I. H., descolará ao raiar da aurora, o Alouette do comandante da operação precederá os helicópteros de carga de três minutos e dará ao Regimento ordem para preparar meia companhia para o embarque. O horário foi estabelecido com o oficial comandante da Unidade de transporte do Trem para que este «rendez-vous» tenha lugar entre 25 e 30 km da zona dos objectivos.

Compreendendo as demoras de embarque e desembarque uma rotação sobre 30 km deve fazer-se em 30 minutos mas continuando a progredir em camions os elementos da segunda vaga farão alguns quilómetros e reduzirão este espaço de tempo; a partir da terceira rotação pode-se estimar que os helicópteros poderão fazer o trajecto numa dezena de minutos. Partidos com os planos completos chegarão à primeira zona de embarque com um potencial de voo de uma hora e trinta; se tudo se passar conforme as previsões, *três companhias de combate poderão ser transportadas sem que os motores tenham cessado de trabalhar*. Os comandantes de companhia que devem estar ginasticados neste género de trabalho, preparam o fraccionamento da sua Unidade tendo em conta as indicações técnicas dadas pelo oficial de operações do D. I. H.

Informação e observação

O início da operação desenrola-se nas condições e segundo o horário previsto, a aterragem das duas primeiras companhias efectua-se sem incidentes; no momento em que a terceira embarca a companhia transportada em jeeps anuncia um contacto com um elemento rebelde refugiado numa ravina. Para permitir uma intervenção eventual e controlar o itinerário de fuga, as zonas de aterragem da terceira companhia são ligeiramente modificadas. A informação é rapidamente precisada com a ajuda da observação aérea: trata-se de quatro rebeldes cuja sorte será regulada pela companhia transportada. A base atrasada

Revista da Cavalaria

aproximou-se o mais possível e depois do helitransporte da terceira companhia, o D. I. H., cujos aparelhos devem fazer o seu plano, com excepção duma das duas «allouettes» P. C. mantida disponível, encontra-se com o P. C. completo, a companhia de reserva e a companhia de apoio ao pé do grupo de djebels reconhecidos pelos elementos que foram helitransportados e desembarcados nos cumes. Durante a manhã, vários indícios recolhidos levam a crer que um bando de rebeldes passou recentemente na região mas nós não dispomos de nenhuma informação precisa. No início da tarde, as duas primeiras companhias helitransportadas estando em condições de se reagruparem, foi decidido alargar a zona de investigação helitransportando a companhia em reserva para um «djebel» situado a uma dezena de quilómetros a Este. Pouco depois, a terceira companhia, que a Oeste do dispositivo tem uma zona de reconhecimento mais vasta que as duas primeiras, assinala que os seus elementos são atingidos por uma arma automática. É o indício certo da presença de um bando; é imediatamente dada ordem à primeira companhia recuperada para se preparar para um helitransporte e às outras duas para se reagruparem.

O comandante da operação parte em «alouette»; em voo, o observador do «Piper» dá-lhe as indicações que recolheu; a arma ou as armas automáticas rebeldes estão situadas sobre uma crista rochosa de fraca altitude dominando uma zona de terreno plana mas cruzada de ravinas que constituem obstáculos não permitindo uma aproximação de vituras. Os elementos blindados das Unidades do sector que foram utilizadas para realizar uma colmatagem afastada podem intervir pelo fogo das suas armas pesadas mas não podem aproximar-se a menos de 800 metros. O D. I. H. recebe ordem de descolar para um ponto de «rendez-vous» com a «alouette» que prossegue o seu reconhecimento para que o comandante da operação escolha as zonas de aterragem e o itinerário a seguir para lá chegar em segurança. Enquanto que a companhia que tomou contacto fixa o adversário pelos fogos das suas metralhadoras ligeiras, as três outras companhias de combate recuperadas sucessivamente asseguram o cerco da posição à distância limite de segurança. Durante este tempo a companhia de apoio e a companhia transportada aproximam as suas viaturas o mais possível para ficarem em condições de intervir com os morteiros e os canhões sem recuo. O comandante do P. C. Ar quando quis observar o objectivo de mais perto viu o seu aparelho atingido e teve de aterrar de emergência; teve tempo, contudo, de pedir ao C. A. T. A. C. a intervenção dos B.26 que serão orientados do solo pelo observador avançado.

Pouco depois das dezasseis horas, as três companhias novamente postas em posição informaram que eram atingidas por tiros de armas automáticas, o que confirma a importância do bando rebelde que, conforme se virá a saber mais tarde, dispõe de seis metralhadoras.

Enquanto era esperada a chegada dos aviões B.26, o objectivo foi tratado alternadamente pelos morteiros de 120 e os aviões T.6. Os B.26 chegaram, tomaram contacto com o P. G. A. e, reconhecendo o objectivo, que é de resto facilmente identificável, atacam-no à bomba no decorrer duma primeira passagem, dando às Unidades de combate, o sinal para o assalto. O apoio com as armas de bordo, os canhões S/R da companhia de apoio e da companhia transportada, as armas pesadas dos blindados, continuará até ao limite de segurança. Os pára-quedistas, um pouco prejudicados na sua progressão, pelas dificuldades

Revista da Cavalaria

do terreno, chegam e abordam a espinha rochosa; é a fase final, a palavra é dada então às pistolas-metralhadoras e às granadas. O inimigo reage ainda e causamos algumas perdas mas a totalidade do bando rebelde é rapidamente posto fora de combate.

A operação terminou; ao cair da noite os helicópteros ganham a sua base. No total, o D. I. H., teve de fazer cinco a seis horas de voo, a operação teve a duração de um dia de inverno; sem a manobra helitransportada, é fora de dúvida que o bando rebelde, cuja presença foi revelada no início da tarde, teria podido escapar quase intacto durante a noite. O rendimento máximo do D. I. H. foi obtido por rotações de curta duração, menos de dez minutos para a fase final. A surpresa se não permitiu esconder, desde o início da operação, o objectivo constituído pelo bando rebelde, foi contudo um elemento essencial por que a ocupação imediata dos pontos altos e de observatórios, obrigou o adversário a abrigar-se sem poder manobrar. Enfim, a cooperação Ar-Terra no domínio do apoio de fogo, da observação e do comando permitiu obter a maior eficácia no mais curto espaço de tempo. O grau de instrução dos pára-quedistas e o seu hábito de operar com tripulações conhecidas permitiu reduzir ao mínimo o tempo de embarque e de desembarque.

Um exemplo útil

Esta operação serviu-nos para fazer sobressair certos princípios de emprego dum D. I. H. em condições muito particulares devidas à natureza do terreno e do adversário na Argélia. Muitas outras foram realizadas em condições análogas, certas foram executadas utilizando simultaneamente vários D. I. H. e vários Regimentos. Pode-se tirar delas ensinamentos para outros géneros de conflitos? Ou deve-se pensar que os D. I. H. nascidos na Argélia têm de fechar os seus livros de ouro e que os seus feitos não servirão senão para alimentar as conversas daqueles que terão guardado a nostalgia dos combates ali travados? Um primeiro elemento de resposta é-nos dado pelo «Plano a longo termo», que nos foi exposto, pelo Ministro dos Exércitos num artigo recente. Nele se prevê que o *exército de terra de amanhã deverá dispor, de 900 helicópteros dos quais um certo número serão helicópteros ligeiros de carga* e sobretudo que a força de cooperação do exército do Ar compreenderá 150 helicópteros pesados.

Encontramos os nossos D. I. H. nas notícias aparecidas quer sob a responsabilidade do Estado-Maior do Exército de Terra quer sob a do Estado-Maior do Exército do Ar.

No regulamento provisório sobre o emprego do grupo de A. L. A. T. divisionário (G. A. L. D. I. V.) D. I. H. corresponde a: «destacamento de intervenção helitransportado»; faz parte dos destacamentos «à la demande» e compreende: — *Uma formação de helicópteros de transporte* cuja capacidade permite transportar numa só rotação um número de combatentes pelo menos igual ao efectivo mínimo da Unidade de manobra fixado para uma missão dada; — *Um elemento de reconhecimento* compreendendo uma ou várias patrulhas de helicópteros armados.

Revista da Cavalaria

— Eventualmente um ou vários aparelhos de ligação, de comando e de observação.

— O D. I. H. constitui nas mãos do comando o instrumento da mobilidade ofensiva pelo helitransporte.

— No manual de emprego tático do H.34 do Exército do Ar o D. I. H. estudado compreende: doze aparelhos de utilização geral (mais um aparelho de reserva), e um aparelho armado «P. C. H.» em voo. Corresponde a uma capacidade de transporte simultânea duma companhia de combate.

— Entre as diferentes missões que podem ser realizadas figura o «helitransporte de assalto» que é considerado como a mais importante; a sua finalidade é facilitar a manobra, permitindo: reforçar uma Unidade empenhada, manobrar o adversário, e muitas vezes cercá-lo, levar os meios de apoio necessários à redução rápida das resistências encontradas.

.....

Como os Dragões de Antanho

Certos podem dizer que essas companhias transportadas deviam actuar como «Dragões de Antanho» que se deslocavam a cavalo e combatiam a pé. Mas estes dragões eram armados de carabina e um guarda-cavalos por cinco cavalos era suficiente para fazer progredir menos mal as montadas nos terrenos variados. A companhia transportada é dum efectivo de 110 homens e dispõe de 35 viaturas, um terço do pessoal é constituído por condutores que podem tornar-se difficilmente disponíveis para o combate; além disto a dotação em armamento pesado e em postos rádio é muito importante, e não se pode pensar em transportar a sua totalidade porque ela representaria um carregamento médio de mais de 100 kg por homem. Na Algéria estas companhias foram algumas vezes empregadas em operações helitransportadas mas na maior parte dos casos foi necessário deixar as viaturas à retaguarda e transportar a Unidade.

— Na segunda categoria de Unidades, encontramos as destinadas à defesa interior. Não serão nem mecanizadas, nem motorizadas e é provável que os meios de transporte lhes sejam emprestados mas regateados. Não é certamente aos regimentos sub-divisionários justo censurar por estarempletóricos de material rolante e volumosa impedimenta. Eis pois as Unidades rústicas e ligeiras (e eu suponho baratas), que parecem adaptadas à utilização dos helicópteros de carga. Para esta defesa interior é necessário esperar destruições de itinerários e o helicóptero deverá poder evolucionar com muito menos riscos que na zona de batalha. O D. I. H., seria um engenho precioso para o transporte operacional de pessoal e carga; permitiria também conduzir operações de helitransporte de assalto para cercar elementos inimigos ou subversivos agindo no interior do território. Creio que neste domínio seria necessário limitar as nossas ambições porque os meios serão sempre inferiores às necessidades. Certamente uma instrução sobre helitransporte poderia ser prevista mas para ser eficaz não basta a uma Unidade ser rústica e ligeira, é necessário que ela esteja apta ao combate próximo o que exige não somente moral elevado mas uma instrução militar apropriada.

Revista da Cavalaria

— Sublinhemos ainda que as Unidades de Infantaria pára-quedista, sem serem Unidades de luxo não são baratas e que são ricamente dotadas em meios de transmissões e em meios de fogo adaptados ao combate próximo. A selecção do pessoal que exige automaticamente o brevet de pára-quedista deve permitir formar combatentes particularmente aptos a conduzir um combate isolado até à sua fase última que constitui o assalto. Finalmente e isto é particularmente importante, os quadros pára-quedistas têm o hábito de trabalhar em ligação íntima com o exército do Ar.

Pode-se pois concluir que as Unidades de Infantaria pára-quedista são as mais aptas a executar as missões de helitransporte de assalto com os D. I. H., da Força Aérea de cooperação. Só estas Unidades são susceptíveis de estar disponíveis com a totalidade dos seus efectivos, para utilizar em pleno as grandes possibilidades oferecidas pelo D. I. H.

— Poder-se-ia objectar que não é necessário saber saltar para utilizar um helicóptero. É por esta razão que se não deve excluir a possibilidade de utilizar os D. I. H. por outras Unidades mas se uma Unidade aerotransportada deve estar apta a executar operações pára-quedistas, a experiência demonstrou que não deve ser esta a sua única utilização possível, por que este género de operação não pode ser considerado se não em certas situações. O helicóptero de carga não substitui o avião de transporte que tem a vantagem da velocidade, da tonelagem transportada, do raio de acção e pode ser utilizado correntemente de noite.

— Como a operação pára-quedista, a operação helitransportada de assalto é uma operação combinada, eu creio, que a cooperação estreita transportador-transportado aparece ainda neste caso mais importante. As operações levadas a efeito na Algéria não permitem tirar ensinamentos sobre a vulnerabilidade dos helicópteros ao perigo aéreo. Pode-se contudo pensar que com as possibilidades de utilizar ao máximo as vantagens do voo rasante, os D. I. H. serão menos sensíveis a este perigo que as formações de aviões de transporte. Em contra partida, poder-se-iam citar numerosos exemplos de helicópteros atingidos pelo fogo de armas ligeiras.

Uma doutrina de emprego

— As instruções inter-armas sobre o emprego dos D. I. H. na Algéria definiram uma organização de comando decalcada sobre a das operações aerotransportadas. A existência de um comando em chefe, o perfeito entendimento realizado entre os executantes, o hábito do trabalho em comum foram os factores essenciais dos sucessos obtidos. Os ensinamentos das operações da Algéria não devem ser esquecidos para estabelecer com a força aérea de cooperação e a A. L. A. T. uma doutrina de emprego dos D. I. H., aplicável tanto aos helicópteros do Exército de terra como aos do Exército do Ar ou mesmo da Marinha. Esta doutrina de emprego deverá ser adaptada às características dos diferentes teatros de operações. Perante um adversário dispondo de meios semelhantes aos nossos, certas concepções aplicáveis na Algéria, deverão ser modificadas mas as noções de rendimento, de elasticidade de emprego e sobretudo a cooperação

Revista da Cavalaria

Ar-Terra manter-se-ão essenciais. Para o Exército de Terra, são as tropas Aero-transportadas as melhor colocadas para apresentar o ponto de vista dos utilizadores e manter a estreita cooperação inter-armas de que dependerá o futuro das operações helitransportadas de assalto e os D. I. H.

Traduzido da «Revue Militaire D'Informations», n.º 341

Actividades na E. P. C.



Forma moderna de fazer as «velhas» descidas...

OS BLINDADOS NA ERA ATÓMICA

pelo Coronel F. SCHNEIDER

Na «Wehrwissenschaftliche Rundschau» o General Geyr Von Schweppenburg, antigo inspector das Tropas Blindadas da Wehrmacht, interroga-se acerca dos princípios de emprego tático e estratégico das Tropas Blindadas e mecanizadas na «idade atómica».

*

O General Von Schweppenburg põe a si próprio a questão de saber em que medida os ensinamentos do último conflito mundial, sob este aspecto, se mantêm actuais no novo contexto. Na realidade, este não reduziu de maneira alguma a importância das Tropas «rápidas» de todas as categorias. Não é sem razão que os Russos desenvolveram as suas massas blindadas, desde agora dotadas de artilharia atómica; que organizaram formações aerotransportadas importantes; que mantêm forças aéreas numerosas para apoio das operações terrestres.

É principalmente sob o signo da audácia da concepção operacional que se desenvolverão, no futuro, as intervenções das forças blindadas, chamadas a actuar bruscamente, por ataque, em massas concentradas, mesmo contra um inimigo superior em número. A este respeito, o General Von Schweppenburg *insiste em empregar os carros na acção principal e não em apoio do ataque da infantaria*. Mas no combate ofensivo conduzido com ousadia pelos blindados de amanhã, impõe-se uma qualidade aos chefes de todos os escalões: o gosto do perigo. Daqui a *absoluta necessidade dum enquadramento de primeiríssima ordem, mesmo nos escalões subalternos*, cuja importância se vê acrescida dentro do ambiente atómico. Este, com efeito, exige grande espírito de iniciativa da parte dos chefes das células elementares de combate.

Em que contexto devemos encarar, nos escalões superiores de comando e duma maneira geral, o emprego provável das Grandes Unidades Blindadas, na hipótese dum conflito geral Este-Oeste?

O General Von Schweppenburg rejeita categoricamente a opinião segundo a qual haverá que prever de início um imenso empurrão, até ao Atlântico, das forças russas atacando em massa. Com efeito, este ataque encontraria pela frente o «escudo» da O. T. A. N. no seu sector melhor defendido. Certamente, desenrolar-se-iam sem dúvida combates na Europa Ocidental; mas os Sovietes teriam interesse em lançar as suas hostilidades iniciais noutros teatros de operações.

De qualquer maneira, contudo, uma acção levada a efeito pelos Russos na frente europeia, sê-lo-ia certamente com uma superioridade de 3 para 1. Daí a imperiosa necessidade, para os exércitos ocidentais, de *manterem as forças*

Revista da Cavalaria

blindadas sempre sob comando muito centralizado, a fim de serem realizadas localmente acções do forte ao fraco, a despeito da superioridade numérica global do inimigo. Deverão ser lançados bruscamente ataques concentrados, apesar da habitual e obrigatória dispersão das tropas que, todavia, deverão permanecer em constante estado de disponibilidade para uma resposta de alcance estratégico. Para este efeito elas terão necessidade duma cobertura aérea suficiente.

A mobilidade, nestas condições, será, portanto, um imperativo. Pelo contrário, a fortificação — permanente ou de campanha — acha-se desvalorizada no ambiente imaginado, tanto mais quanto pode ser ameaçada de envolvimento vertical. A conduta móvel das operações efectuar-se-á longe de qualquer frente contínua devendo as Grandes Unidades actuar, muitas vezes, sem qualquer contacto nos seus flancos.

Os Russos, por seu lado, concebem as forças blindadas como o fulcro essencial das suas operações terrestres. Preconizam uma estreita cooperação entre estas formações e uma poderosa aviação. Desenvolveram, além disto, as suas unidades aerotransportadas, outra arma rápida, precisamente para aliarem ao máximo a velocidade e a mobilidade.

O emprego em massa de formações blindadas deve, portanto, constituir um dogma e o General Von Schweppenburg insurge-se contra uma certa tendência — notada nos meios britânicos — que admite o fraccionamento das unidades de carros pelas brigadas de infantaria.

Para falar verdade, esta tese não é aceite unanimemente na Grã-Bretanha mesmo onde, por exemplo, o general Mac Creery acha espantoso que pareça «cometer-se o erro dos Franceses de 1940 quando todos os seus blindados se viam amordaçados nas D. I.».

O problema do apoio das forças aéreas às forças blindadas e motorizadas reteve muito particularmente a atenção do General Von Schweppenburg. É preciso, diz ele, acabar com a opinião de que o melhor apoio dado pela arma aérea às forças terrestres consistirá na destruição dos aviões inimigos no solo ou mesmo em curso de fabrico, nas fábricas.

Esta é a missão da aviação estratégica, isto é, essencialmente do S. A. C. americano. Mas na Batalha Terrestre, o exército necessita dum apoio aéreo imediato. Este apoio será garantido da melhor maneira pelo pequeno caçador, bastante lento, barato que os especialistas americanos reclamam.

A Força Aérea dos Estados Unidos formulou de resto, um certo número de *princípios para a boa realização da cooperação Terra-Ar*:

— o piloto e o avião devem ser considerados como parte integrante da unidade táctica terrestre;

— a missão das forças aéreas tácticas deve ser considerada primordial pelas forças terrestres;

— o exército de terra deve ter um conhecimento exacto das possibilidades das forças aéreas. É importante que ele seja mentalizado para este efeito;

— para além da cooperação realizada entre as várias armas das forças terrestres, as forças aéreas devem ser também consideradas como fazendo parte das «armas que actuam em ligação»;

— o chefe terrestre não poderá ter confiança numa força aérea que sente afastada e não pode ser contactada senão através duma dezena de P. C. e respectiva cascata de prioridades;

Revista da Cavalaria

— no espaço aéreo, as mais belas perspectivas para a obtenção da vitória terrestre situam-se imediatamente acima das copas das árvores.

A cooperação entre forças aéreas e unidades terrestres rápidas deve ser muito estreita. Pelo contrário não nos deve surpreender o afastamento do infante do blindado, quando se preconiza o binário blindado-avião. É bem necessário acoplar tendo em vista uma frutuosa obra comum, as duas armas que beneficiam, de resto complementarmente, da vantagem da velocidade e da mobilidade.

Tendo definido o quadro geral em que as Unidades blindadas e mecanizadas terão de combater em estreita cooperação com as forças aéreas à sua disposição directa, o General Von Schweppenburg formula, alguns princípios base para a actuação das formações consideradas, tendo em atenção tanto os ensinamentos do passado como os imperativos do ambiente atómico.

— Em primeiro lugar, diz ele, é necessário admitir que o método de comando das formações blindadas evoluiu depois da última guerra. Sem menosprezar as lições desta, os chefes de blindados devem proceder a um reajustamento da sua escala de valores, averiguando aquilo que ainda lhes serve da sua experiência do passado. Importa, portanto, que façam uma ideia exacta da guerra de amanhã... desta «kriegsbild» que todos os generais da Bundeswehr convidam, nas suas conferências e nos seus escritos, os seus oficiais a imaginar durante os exercícios e nos períodos de meditação.

— As forças militares devem ser empregadas em massa sob pena de perderem as suas vantagens fundamentais. O seu emprego «em pequenas doses» desvaloriza-as inteiramente.

— *O binário blindados-avição deve ser considerado um dogma.* Contra um inimigo ricamente dotado de forças aéreas, é indispensável uma cobertura aérea apropriada.

— A surpresa mantém-se possível, mesmo contra um inimigo dotado de meios de reconhecimento modernos, como por exemplo a «cavalaria aérea».

Ela resultará essencialmente duma rapidez superior na decisão, na difusão das ordens e, bem entendido, na sua execução.

— A utilização da noite e do crepúsculo impõe-se particularmente nas operações das unidades blindadas. Sob este aspecto, temos muito a aprender com os russos.

— Contra tropas dotadas de armas atómicas, toda a defesa estática, mesmo dotada de retornos ofensivos de pequena envergadura, está votada à derrota, mais cedo ou mais tarde.

— Tem de ser desenvolvido o reabastecimento pelo ar. Muitas vezes será o único possível.

Tendo em conta os princípios enunciados, o General Von Schweppenburg expõe o que pensa ser o desenrolar provável do combate táctico das formações blindadas.

Este efectuar-se-á essencialmente sob o signo da velocidade, tal como já foi dito.

A conduta das operações pelos chefes de blindados, será portanto uma constante luta contra-relógio, devendo as decisões ser tomadas instantaneamente mesmo sem serem esclarecidas por notícias úteis. O chefe estará eminentemente só. As suas ordens serão transmitidas pela rádio, sob a forma de breves mensagens. O seu P. C. estará a dezenas de quilómetros do local da frente

Revista da Cavalaria

onde ele geralmente se encontrará, na sua viatura de combate. Este P. C. será essencialmente uma central, agência de execução das suas ordens. O estado-maior estará, permanentemente, em escuta rádio do seu comandante de Divisão cujo C. E. M., esclarecido pelos técnicos, o deverá aliviar de tudo o que não é essencial para a conduta superior das operações. Será quando das breves passagens do chefe pelo P. C. que aproveitará a ocasião para o pôr rapidamente ao corrente do funcionamento dos órgãos da grande Unidade. Ele tem, em permanência, a responsabilidade das ligações laterais da Divisão.

Em resumo, é necessário uma organização que permita ao comandante da Divisão conduzir o combate essencialmente na frente, de qualquer forma «a cavalo» («Sattelbefehlsgebung»).

Para o exercício, nestas condições, do seu comando, este general será sobretudo tributário do bom funcionamento da informação e da qualidade técnica das suas transmissões.

Com efeito, diz o general Von Schweppenburg, para que a informação seja útil deve chegar sem demora ao chefe, sobre a sua viatura de combate, na testa do dispositivo. A este respeito, a 2.^a Repartição deve merecer toda a consideração, como, aliás, tem sucedido em França e na Rússia, porque a guerra, no seu contexto atómico, aumentou ainda a importância primordial da informação, pois que, mais do que nunca, se trata de decidir rapidamente e com conhecimento de causa.

Impõe-se uma escuta geral permanente das redes amigas com o fim de manter os comandos subordinados constantemente ao corrente da situação, embora comportando o risco de ver o inimigo participar neste conhecimento sempre que consiga apoderar-se dum posto.

Tendo assim estudado o combate futuro das forças blindadas, o general Von Schweppenburg indica a organização desejável destas formações, preconizando principalmente:

— a atribuição de forças aéreas orgânicas ao escalão «Exército». Por outro lado, a dotação em meios de reconhecimento aéreo próprio, deveria ser prevista para todos os agrupamentos importantes de força;

— a constituição de divisões blindadas de algibeira (grande mobilidade);

— a atribuição de fortes elementos de reconhecimento às unidades a partir de batalhão e aos estados-maiores;

— uma grande riqueza de meios de transmissão e de ligação; em particular, uma dotação de helicópteros, a prever;

— a atribuição duma D. C. A. orgânica ao regimento de carros;

— a adopção duma artilharia automotriz mais veloz do que os carros. Se possível, atribuição duma artilharia atómica ao escalão «Divisão»;

— melhoria dos processos de reabastecimento pelo ar, de preferência em «volumes» com recipientes anti-atómicos;

— um enquadramento, mesmo subalterno, duma muito alta qualidade, indispensável por causa do fraccionamento frequente das unidades no combate moderno, em que a passagem da máxima dispersão à concentração rápida para o ataque — ou inversamente, da concentração à dispersão —, exigirá aos comandos em todos os escalões excepcionais condições de valor e competência.

Tais são, brevemente resumidas e apresentadas, as reflexões do general Von Schweppenburg sobre a organização e o emprego das Grandes Unidades

Revista da Cavalaria

blindadas e mecanizadas do futuro, que terão de defrontar como inimigos principais o caçador munido de foguetes — o mais perigoso —, os bombardeamentos maciços, a D. C. B., os carros inimigos e em último lugar somente as minas.

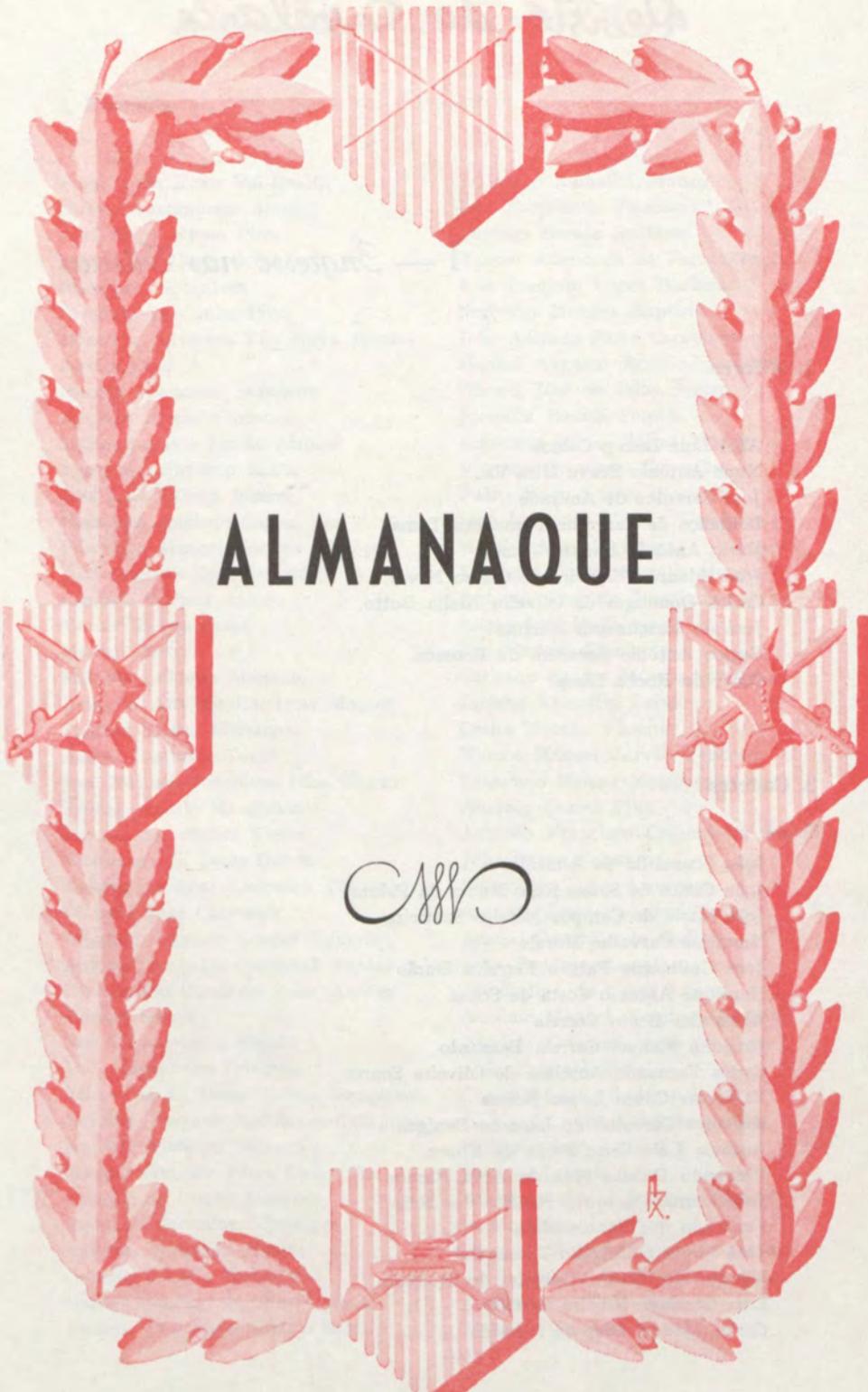
Em resumo, a arma blindada será a dos ataques fulgurantes concentrados sobre certas direcções sob a forma de rápidas marteladas cuja potência será acrescida pela velocidade, pelo efeito de surpresa, pela exploração da noite, da obscuridade e, também, da dissimulação.

Sob estes pontos de vista, julga, de resto, o general Von Schweppenburg, que as forças da O. T. A. N. devem imitar os Russos, muito treinados na matéria. As formações blindadas, a fim de corresponderem a todas as exigências da guerra, que será a sua guerra, deverão portanto desenvolver nos seus quadros o espírito de iniciativa e aquele gosto do perigo que se assinalaram e apontaram como indispensáveis no campo de batalha futuro, onde *a temível trindade do carro, avião e foguete imporão a sua lei implacável ao combatente de amanhã.*

Tais são as conclusões que nos apresenta um grande especialista, forte, da sua experiência, certamente, mas penetrado, igualmente, das exigências dos campos de batalha potenciais da era atômica em que, presente ou ausente, a arma do terror dominará sempre o debate.

Traduzido da «Revue Militaire D'Information», n.º 344





ALMANAQUE

CS&O

R.

Revista da Cavalaria

I — *Ingresso nas Fileiras*

1. Alferes

Abel Luiz Lemos Caldas
Nuno António Bravo Mira Vaz
José Carvalho de Andrade
Lourenço de Carvalho Fernandes Tomaz
Mário António Batista Tomé
José Eduardo Figueira de Castro Neves
Carlos Domingos de Oliveira Aialla Botto
José do Nascimento Martins
Eurico António Sacavém da Fonseca
Óscar da Rocha Lima

2. Cadetes

João Soares de Sá Almeida
João Carlos de Sousa Rego Nunes da Palma
José Maria de Campos Mendes Sentieiro
Henrique Carvalho Morais
José Guilherme Paixão Ferreira Durão
Henrique António Costa de Sousa
Alexandre Beato Correia
Joaquim Manuel Correia Bernardo
Carlos Fernando Anselmo de Oliveira Soares
Valdemar Couto Lopes Nóvoa
Norberto Carvalho de Lacerda Benigno
António Luiz Serra Picão de Abreu
Fernando Duarte Pina da Silva Ramos
José Manuel Marques Pacífico dos Reis
Fernando dos Santos Maia
José Augusto Delgado Tamagnini
Alberto Rui Guedes Teixeira de Sampaio
Luiz Gonzaga Ribeiro Goulão
Carlos Manuel Dias de Almeida

Revista da Cavalaria

3. Furriéis

Filipe João Roxo Val-Da-Rã
Manuel Castanheira Alves
Abel Maria Russo Pires
Miguel das Dores Godinho
Francisco Gonçalves
Armindo da Cunha Pires
Henrique Silvestre Vila Nova Bocas
Almiro Dias
Manuel Francisco Sapateiro
António Pernas Carretas
Mário Augusto Leitão Manuel
Agostinho Espírito Santo
José Luis Cabeça Piteira
Francisco António Carlos Vaz
Francisco Manuel Cortina Farropo
José Augusto Dias Ferreira
António Martins Afonso
Manuel Lopes Bossa
Manuel Amaro
António Caldeira Magano
Joaquim António Candeias Maços
Paulino Viegas Mariano
Aníbal Castanho Tomé
José Manuel Gonçalves Dias Picoto
Aníbal Amálio Raminhas
Manuel dos Santos Vieira
Victoriano de Jesus Garcia
Alberto da Cruz Lourenço Torquato
Olimpio José Carvoeira
Joaquim Augusto Gomes Ramalho
António Joaquim Galhanas Pardal
Diamantino Candeias Zuna Arrifes
Manuel Soares
Américo da Silva Picado
Júlio Alexandre Teixeira
Santos da C. Casas Novas Gonçalves
António Joaquim Rodrigues Catapirra
António Pinheiro Seborro
Manuel Forçado Parra Carapinha
Orlando da Cunha Marques
Eleutério Salvador Oliveira
António Veríssimo Bonito
Octávio Alegria Gonçalves
Manuel Ferreira da Silva Correia
António Domingos Canoco Sala
Francisco Ramalho Franco
José Fortalezas Vitorino
António Barata Santana
Manuel Albino de Sá Fernandes
José Joaquim Lopes Barbosa
Norberto Mendes Baptista
João António Parra Carapinha
Manuel Augusto Rosado Barreiros
Manuel José de Deus Severo
Joaquim Barata Pereira
Francisco Mário Botica Moacho
Joaquim Travanca Carvalho
Pedro Manuel Silva Rapoula
José Lourenço Videira Candeias
Manuel António Diogo
João dos Santos Morujo Alonso
António Gregório Mourinho
Alípio José Madaleno
Rui Ferreira Clemente
Casimiro Santos Piçarra Serrano
Jacinto Valentim Feixa
Carlos Romão Vicente
Marcos Manuel Carvão Tendeiro
Francisco Ramos Menichas
António Gomes Pina
António Francisco Caixeirinho Revez
João Diogo Felismino
Francisco Gomes Lourenço
António Jorge Ladeiras Piçarra
Afonso Cesaltino do Carmo
João Teodoro Ramalho
Bernardino da Costa Lança
António Manuel Azenhas Carolino
Rogério Emanuel Sousa Marques
João Leitão Robalo
Carlos Alberto Rodrigues
Inácio Joaquim Cordeiro Coelho
António José Amaral
Marcos António Dias
Alfredo António Cachapa Almeida
António Martins Pires
Joaquim António Churra Sapateiro
José António de Oliveira Mostra
José dos Santos Gonçalves
Manuel Francisco Lopes Gomes

Revista da Cavalaria

Adelino de Jesus Pires Rodrigues
Manuel Henriques da Costa
João Magueijo Duarte
Joaquim Laço Ramalho
António Gomes Fonseca
João da Conceição Gonçalves
Manuel Barros
José Vieira Castro
António Luís Bonito Favita
António Helder Almeida Teixeira
António Fernando Gomes

Eliseu Salvado Lisboa
Victor Manuel Beltran Lopes Sabino
Francisco Diogo Moreira
Joaquim dos Santos Rodrigues
António Amador Miranda Rodrigues
António Pereira
Manuel Joaquim Bandeira
Amilcar Augusto Perna
Manuel Dias Berbens
Ricardo Ema
Domingos Nunes Pascoal

II — Promoções

1. A Coronéis

Tenente-Coronel Amilcar Hermínio Rosas
Tenente-Coronel José Maria Guedes Cabral de Campos
Tenente-Coronel António José Ramalho Xavier
Tenente-Coronel Carlos Alberto da Costa Botelho
Tenente-Coronel (CEM) Eduardo Joaquim Magalhães Almeida Martins
Soares
Tenente-Coronel (CEM) Raul Ribeiro Ramos

2. A Tenentes-Coronéis

Major António Herculano de Miranda Dias
Major Alcínio Pereira da Fonseca Ribeiro (B. Caç. Pq.)
Major Vasco da Costa de Ataíde Cordeiro
Major Fernando José Pereira Marques Cavaleiro
Major António dos Prazeres Júlio
Major Joaquim dos Santos Alves Pereira

3. A Majores

Capitão Abílio de Oliveira Ferro
Capitão António Manuel Pinto do Amaral
Capitão Rafael Ferreira Durão (B. Caç. Pq.)
Capitão Miguel Carlos Tenório Caldeira de Carvalho
Capitão José Maria de Carvalho Teixeira
Capitão Alexandre Mendes Leite de Almeida
Capitão Luiz Clemente Pereira Pimenta de Castro
Capitão António Augusto de Sampaio e Mello Pereira de Almeida
Capitão João Herculano Rodrigues de Moura
Capitão Mário de Lima
Capitão João Abel da Costa Barros Magalhães da Cruz Azevedo

Revista da Cavalaria

Capitão João Carlos Craveiro Lopes
Capitão Luiz da Silva Rodrigues Pena
Capitão Joaquim Maria Facco Viana Barreto
Capitão Manuel da Fonseca Pinto Bessa
Capitão Bernardo Raposo Botelho de Sá Nogueira

4. A Capitães

Tenente João Goulão de Melo
Tenente Luiz Alberto do Paço Moura dos Santos
Tenente José Eduardo Carvalho de Paiva Morão
Tenente António Augusto Chiado Caçote
Tenente Rui dos Santos Ferreira Fernandes
Tenente João Manuel Duarte Moniz Barreto
Tenente João de Almeida Bruno
Tenente José Manuel Vaz Barroco
Tenente Joaquim Simões Pereira
Tenente Augusto das Neves Oliveira
Tenente António Gabriel Teixeira
Tenente Manuel José Magalhães da Cruz Azevedo
Tenente Carlos Afonso Alves Botelho

5. A Tenentes

Alferes Manuel Júlio Matias Barão da Cunha
Alferes António Eduardo Queiroz Martins Barrento
Alferes José Rafael Lopes Saraiva
Alferes José Manuel Lameira Machado Faria
Alferes José Pedro Simões Caçorino Dias
Alferes Armando Carlos Barbosa da Silva

6. A Aspirantes-a-Oficial

Cadete Francisco Xavier da Silva Montenegro Carvalhais
Cadete José Rocha de Oliveira Pinto
Cadete Francisco Manuel Lima Félix
Cadete Jorge Manuel Morais da Silva Duarte
Cadete Germano Miquelina Cardoso Simões
Cadete António Manuel Garcia Correia
Cadete Duarte Manuel de Amarante Rocha Pamplona
Cadete Leopoldo Alberto Faro Pereira Pinto
Cadete Fernando da Costa Monteiro Vouga
Cadete António Manuel Conde Falcão
Cadete João José Segurado de Rolão Candeias
Cadete Manuel Maria de Barros Cardoso de Menezes
Cadete José Carlos Ataíde de Mascarenhas
Cadete António Manuel Pinto Ferreira Gomes
Cadete António Luiz de Magalhães e Menezes de Abreu Coutinho

Revista da Cavalaria

7. A Sargentos-Ajudantes

- 1.º Sargento José Augusto Inácio
- 1.º Sargento João Loureiro Gouveia Lunet
- 1.º Sargento Rui Correia Mendes de Albuquerque Rocha
- 1.º Sargento Victor Manuel Lourenço
- 1.º Sargento Américo Alves Martins
- 1.º Sargento Diógenes do Sacramento Lopes Gomes
- 1.º Sargento José Marques
- 1.º Sargento Amadeu Coelho
- 1.º Sargento Oliveiros Lopes Martins

8. A Primeiros Sargentos

- 2.º Sargento José Pereira Pinto Cabaços
- 2.º Sargento Manuel Cardoso Seixas
- 2.º Sargento Joaquim de Oliveira
- 2.º Sargento António Perico Martins
- 2.º Sargento Manuel Cerqueira da Silva
- 2.º Sargento José Cândido Barbosa
- 2.º Sargento João Francisco Ramalho
- 2.º Sargento António Rêgo Nogueira
- 2.º Sargento António Ferreira Alves
- 2.º Sargento Manuel Fernandes Gomes Meira
- 2.º Sargento Luiz Artur de Oliveira Gonçalves
- 2.º Sargento Joaquim Maria Correia

9. A Segundos Sargentos

- Furriel José António Bjanca Valério
- Furriel Francisco Travanca de Carvalho
- Furriel Jaime Esteves
- Furriel António de Brito Guerreiro
- Furriel Joaquim António Cabaço
- Furriel Manuel Assis Bastos Vieira
- Furriel José dos Santos Rosado Laço
- Furriel António Vicente
- Furriel Inácio Anselmo de Jesus
- Furriel Alonso do Rosário Machado
- Furriel David Aurélio Fitas Cancho
- Furriel Frederico Marques Penedo
- Furriel António Pereira Gomes
- Furriel Vicente André
- Furriel Francisco da Cruz
- Furriel Jorge Luiz Magalhães Mendes
- Furriel Avelino Alberto Pinto
- Furriel José Claudino Fernandes Luzia
- Furriel Domingos Dias

Revista da Cavalaria

Furriel Arménio dos Santos Ferreira
Furriel Jerónimo Pires Alves
Furriel João José Amaral Rabiais
Furriel Francisco Ramos Esteves
Furriel Bernardino de Jesus Moreira
Furriel João Nuno Conchinho
Furriel Manuel Joaquim Carvalho
Furriel Domingos Alves Filipe
Furriel António Muriano Gil Bernardino

III — Condecorações

1. POR FEITOS EM CAMPANHA

a. Cruzes de Guerra

(1) *De 2.^a Classe*

Capitão Rui Coelho Abrantes

(2) *De 4.^a Classe*

Cabo Manuel Bonifácio Charneca Travessa
Cabo Martinho António Pavia Albano
Cabo Florentino Ferreira Cardoso
Cabo José Augusto Sabino
Cabo Francisco Silvério da Cunha Carvalho

b. Medalha Militar de Serviços Distintos (Com Palma)

(1) *De Prata*

† Major (CEM) Jesofeth de Figueiredo

c. Medalha de Mérito Militar

(2) *De 4.^a Classe*

2.^o Sargento Avelino José Leitão
† 2.^o Sargento Manuel de Sousa
Furriel Eduardo José Valença Baptista
Soldado José da Conceição Matias

Revista da Cavalaria

2. POR OUTROS SERVIÇOS

a. Ordem Militar da Torre-e-Espada, do Valor, Lealdade e Mérito

(1) *Grande-Oficial*

† Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca

b. Medalha Militar de Serviços Distintos

(1) *De Prata*

Coronel Américo Chamiço Dias Heitor

Coronel Carlos Alberto da Costa Botelho

Tenente-Coronel António Maria Malheiro Reymão Nogueira

(2) *De Cobre*

1.º Sargento Luís da Piedade

c. Medalha de Mérito Militar

(1) *De 2.ª Classe*

Coronel Carlos Alberto da Costa Botelho

Tenente-Coronel José Lopes Ferreira da Silva

Tenente-Coronel Alcino Pereira da Fonseca Ribeiro (B. Caç. Pq.)

Major Décio Tito da Silveira Freitas

Major João Pedro de Almada Saldanha e Quadros Gouveia

Major Francisco José de Moraes

Major António Pais Andorinho Romão

Major (CEM) Henrique Adriano Mire Dores

(2) *De 3.ª Classe*

Major Joaquim Rodrigues Alho

Major Joaquim Maria Facco Viana Barreto

Capitão Rui Manuel de Brito Limpo Serra

Capitão Leopoldo Severo Ferreira Pinto

Capitão Luiz Augusto Rodrigues de Carvalho

Capitão Alberto de Nápoles Ferraz de Almeida e Sousa

Capitão Rafael Ferreira Durão (B. Caç. Pq.)

Capitão Fernando Manuel Lopes Ferreira

Capitão José Mestre Rodrigues

Capitão Adão Antunes Baptista

Capitão António Xavier Abreu y Campos Pereira Coutinho

Capitão Artur Manuel Pereira da Silva Baptista

Capitão Miliciano João Maria Barroso Coelho da Silva

Tenente Miliciano Victor Manuel Loureiro Camoesas

Revista da Cavalaria

(3) De 4.^a Classe

- 1.º Sargento António Marques Fontes
- 1.º Sargento José António Boi
- 1.º Sargento Manuel António Bravo Vintém
- 1.º Sargento Carlos da Conceição Silva
- 2.º Sargento Joaquim Fernandes Pereira
- 2.º Sargento Manuel Pais do Amaral
- 2.º Sargento Rogério da Fonseca Santos
- 2.º Sargento João Manuel Figueira Pinheiro

d. Ordem Militar de Aviz

(1) Grande-Oficial

- Brigadeiro Fernando Dias Pires Monteiro
- Brigadeiro João Eduardo Gamarro Correia Barrento
- Coronel Carlos Alexandre Rodrigues de Soure
- Coronel Américo Júlio da Silva Roboredo de Sampaio e Mello
- Coronel Mário Jaime Machado Faria

(2) Comendador

- Tenente-Coronel Vasco de Brito Mello e Castro de Lemos da Costa Salema
- Tenente-Coronel José Félix Alves de Carvalhosa
- Tenente-Coronel António Feliciano Pereira Rabaça

(3) Oficial

- Major Joaquim Rodrigues Alho
- Major (CEM) Fernando Guilherme Rebocho da Costa Freire
- Capitão Jorge Luís Ferreira Osório
- Capitão Alfredo Alexandre Fernandes Ordaz Mangas
- Capitão Álvaro Francisco Torres de Andrade e Silva
- Capitão António Lobato de Oliveira Guimarães
- Capitão Júlio Augusto Pessoa Carvalho Simões
- Capitão Carlos Correia de Sampaio de Vasconcellos Porto
- Capitão Francisco Rodolfo Pereira dos Santos Oliveira
- Capitão Leopoldo Severo Ferreira Pinto
- Capitão Luís Augusto Rodrigues de Carvalho
- Capitão Luís Cipriano Jorge de Lorena Oliveira Birne
- Capitão José Joaquim Marques Peralta
- Capitão Álvaro Augusto da Fonseca Sabbo
- Capitão Jorge Alberto Guerreiro Vicente
- Capitão César Augusto Rodrigues Mano
- Capitão Ricardo Fernando Ferreira Durão
- Capitão Miliciano Carlos Alberto Miravent Tavares de Almeida

Revista da Cavalaria

e. Medalha Militar de Comportamento Exemplar

(1) *De Ouro*

Brigadeiro Luiz Valentim Deslandes
Coronel Antonino Fernandes Pereira da Cruz
Coronel Amílcar Hermínio Rosas
Coronel António José Ramalho Xavier
Tenente-Coronel José Lopes Ferreira da Silva
Tenente-Coronel António Rebelo Neves Diniz de Ayalla

f. Medalha Naval Comemorativa do 5.º Centenário da Morte do Infante Dom Henrique

(1) *De Prata*

Major (CEM) Jesofeth Monteiro de Figueiredo
Major Bernardo Raposo Botelho de Sá Nogueira
Capitão José Carlos Sirgado Maia
Capitão Eduardo Jorge Gomes Coelho Picciocchi

3. CONDECORAÇÕES ESTRANGEIRAS

a. BRASIL

(1) **Ordem de Mérito Militar**

— *Cavaleiro*

Capitão Ricardo Ferreira Ivens Ferraz

b. ESPANHA

(1) **Ordem de Mérito Militar**

— *De 1.ª Classe, com Distintivo Branco*

Capitão Ruy D'Orey Pereira Coutinho

Revista da Cavalaria

IV — Louvores em Campanha

1. Pelo Ministro do Exército

02 Nov	Capitão Artur Manuel Pereira da Silva Baptista
02 Nov	Tenente-Médico João Alves Pimenta
29 Nov	† 2.º Sargento Manuel de Sousa
29 Nov	2.º Sargento Avelino José Leitão
29 Nov	Furriel Eduardo José Valença Baptista
29 Nov	Soldado José da Conceição Matias
29 Nov	† Soldado Joaquim Ferraz de Aguiar

2. Pelo General Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola

09 Mar	Capitão Rui Coelho Abrantes
26 Nov	Capitão Fernando Alberto Cardoso Pinto Xavier de Brito
08 Dez	† 2.º Sargento Américo Luís dos Santos Marta

3. Pelo General Comandante da Região Militar de Angola

05 Jun 61	Companhia de Polícia Militar n.º 233
03 Out 61	1.º Esquadrão/Grupo de Reconhecimento de Angola (Dragões)
05 Jan 62	Esquadrão de Cavalaria n.º 149
05 Mai 61	Capitão José Maria Mendonça Junior
05 Jun 61	Capitão Manuel José Martins Rodrigues
12 Jan 62	Capitão Rui Coelho Abrantes
07 Mar 62	Alferes José Pedro Simões Caçorino Dias
07 Mar 62	2.º Sargento Manuel António Gonçalves
07 Mar 62	Soldado Eurico Chaves Ferreira
08 Mar 62	† Tenente Jorge Manuel Cabeleira Filipe
21 Mar 62	Furriel Vicente Esteves Ribeiro Dias
21 Mar 62	† Soldado Joaquim Repolho Carvide
21 Abr 62	Soldado José Maria dos Santos Graça
06 Ago 62	Capitão José Alberto dos Santos Teixeira
08 Ago 62	Capitão Rui dos Santos Ferreira Fernandes
08 Ago 62	Alferes António Nunes Calado
07 Out 62	Furriel Arnaldo Freira da Cruz Sobral
12 Out 62	1.º Cabo Francisco Silvério da Cunha Carvalho
12 Out 62	† Soldado José António Teixeira Pinto
17 Out 62	Alferes Manuel Eugénio de Faria
17 Out 62	Furriel Manuel Moreira da Cruz Tenreiro

Revista da Cavalaria

23	Out 62	† Alferes (SAM) José Manuel de Figueiredo Barbosa Pombeiro
17	Nov 62	Furriel Rui Fialho Borralho
17	Nov 62	1.º Cabo Victor Manuel Carrusca Pontes
17	Nov 62	1.º Cabo José Neto Domingues Rodrigues
17	Nov 62	Soldado Bernardino Mateus Sacramento Salvado
19	Nov 62	Soldado Garcia Alves
20	Nov 62	Furriel António Fernandes Leite
20	Nov 62	† Soldado Manuel João Martins dos Santos
20	Nov 62	† Soldado António João Alves Manuel
20	Nov 62	Soldado Elídio Fernandes Prata

4. Pelos Comandantes dos Sectores Operacionais

06	Jun 62	E. Cav. 107
15	Set 62	E. Cav. 148
23	Set 62	E. Cav. 122
19	Mai 62	Alferes Ruben de Almeida Mendes Domingues
19	Mai 62	Alferes José Manuel Júdice Pontes
29	Mai 62	Tenente-médico João Alves Pimenta
29	Mai 62	2.º Sargento Avelino José Leitão
29	Mai 62	Furriel Eduardo José Valença Baptista
29	Mai 62	Soldado Manuel Bonifácio Charneca Travessa
29	Mai 62	1.º Cabo Florentino Ferreira Cardoso
29	Mai 62	1.º Cabo Martinho António Pavia Albano
29	Mai 62	1.º Cabo José Augusto Sabino
29	Mai 62	Soldado José da Conceição Martins
01	Jun 62	Alferes Jorge Bicudo e Castro Valério
01	Jun 62	Alferes-médico Salvador Ramos Neves de Noronha
01	Jun 62	1.º Cabo Manuel João da Costa Martins
01	Jun 62	Soldado Manuel Dias Nunes
01	Jun 62	Soldado Libório Mendes da Silva
05	Set 62	Alferes Vasco Luiz Pereira Esteves Ramires
11	Out 62	Tenente-médico José Maria Leite de Carvalho Azevedo Mendes
11	Out 62	Furriel Henrique Dias de Sousa
11	Out 62	Soldado-Infantaria Miguel Francisco
12	Out 62	2.º Sargento Américo Luís dos Santos Maria
12	Out 62	Furriel Pedro Marques de Abreu
12	Out 62	1.º Cabo Armando Joaquim Paradela
12	Out 62	Soldado Manuel Vieira Diogo
23	Out 62	1.º Cabo José Joaquim Águas de Sousa
23	Out 62	1.º Cabo Carlos Martins Lopes
23	Out 62	Soldado José Francisco
17	Nov 62	Tenente Álvaro Manuel Alves Cardoso

Revista da Cavalaria

17 Nov 62	Alferes José Alberto Xavier de Araújo
17 Nov 62	Furriel Augusto José Paulino Gordo
17 Nov 62	Furriel José Goulão Gonçalves
17 Nov 62	1.º Cabo Joaquim Rodrigues de Figueiredo
17 Nov 62	1.º Cabo Armindo José Lopes dos Santos
17 Nov 62	Soldado Manuel Esteves Marques
17 Nov 62	Soldado João Francisco Lopes
13 Dez 62	1.º Cabo António Francisco Gonçalves
13 Dez 62	Soldado Guilhermino Hermano
14 Dez 62	Alferes José Joaquim Jorge de Oliveira
14 Dez 62	Furriel Manuel Moreira da Cruz Tenreiro
14 Dez 62	1.º Cabo António José Rodrigues
14 Dez 62	1.º Cabo Júlio de Oliveira Tarrafa

5. Pelos Comandantes dos Batalhões ou Grupos de Esquadrões

04 Abr 61	1.º Cabo Eurico Eugénio Gouveia Fonseca
26 Jun 61	Tenente Eduardo Roque da Cunha
26 Jul 61	1.º Cabo Francisco Ribeiro Salvador
20 Set 61	2.º Sargento José Avelino da Silva Moura
20 Set 61	1.º Cabo Manuel da Costa
27 Set 61	2.º Sargento José Francisco Graxinha Santos
28 Set 61	Alferes Armando Carlos Barbosa da Silva
28 Set 61	2.º Sargento José Afonso Rebelo
28 Set 61	1.º Cabo Victor José Rodrigues Conceição
28 Set 61	1.º Cabo Álvaro Teixeira Gonçalves da Silva
28 Set 61	1.º Cabo José Pinto Rodrigues
28 Set 61	Soldado Humberto Soares Porto
28 Set 61	Soldado António Gonçalves de Figueiredo
28 Set 61	Soldado Luís Telmo Ramires
28 Set 61	Soldado João Firmino da Purificação
28 Set 61	Soldado António Martins Nóbrega
28 Set 61	Soldado Mário Miguel Fernandes
28 Set 61	Soldado José Américo Gonçalves Borlido da Rocha
28 Set 61	Soldado Manuel Albano de Almeida Nunes
28 Set 61	Soldado António Ricardino Martins Gois
28 Set 61	Soldado Alberto Mendes Amaral
28 Set 61	Soldado José Manuel Ventura
28 Set 61	Soldado Joaquim Antunes de Oliveira
28 Set 61	Soldado Rogério Augusto Domingos de Basto
28 Set 61	Soldado Manuel Mendes Afonso
28 Set 61	Soldado Albano Gomes de Almeida
08 Out 61	Soldado António Joaquim Abreu
12 Out 61	Furriel João Luís Paulo Morando de Penaguão
12 Out 61	Furriel António Helder de Almeida Teixeira
12 Out 61	Furriel António José Pinto Correia
19 Out 61	Soldado Manuel de Brito Fernandes

Revista da Cavalaria

- 20 Out 61 Tenente Eduardo Roque da Cunha
29 Nov 61 Furriel Litério Mendes Duarte
29 Nov 61 1.º Cabo António Joaquim Pinto
29 Nov 61 1.º Cabo Manuel Joaquim Calais Estalagem
15 Dez 61 Furriel Rogério Emanuel de Sousa Marques
16 Dez 61 Furriel João António de Almeida Samagaio
27 Dez 61 Alferes Manuel Soares Monge
27 Dez 61 Alferes Luís Alberto de Oliveira Marinho Farcão
27 Dez 61 Furriel António Fernando Gomes
28 Dez 61 2.º Sargento José Cabaço Leitão
28 Dez 61 1.º Cabo António Joaquim Dias da Rocha
28 Dez 61 Soldado Justino da Silva Batista Alves
28 Dez 61 Soldado Reginaldo da Conceição Duarte
28 Dez 61 Soldado Isaías Duarte Gomes
28 Dez 61 Soldado António Alves Portugal
28 Dez 61 Soldado Pedro Batista Gomes Serrão
- 22 Abr 62 3.º Pel./E. Cav. 351/G. Cav. 350
01 Mai 62 E. Cav. 296/G. Cav. 345
25 Ago 62 E. Cav. 297/G. Cav. 345
15 Out 62 E. Cav. 148/B. Caç. 114
23 Out 62 E. Cmd. Svc/G. C. 350
- 05 Jan 62 Soldado Manuel dos Santos Cepo
05 Jan 62 Soldado Joaquim José Bernardo
23 Jan 62 Furriel António Helder de Almeida Teixeira
23 Jan 62 1.º Cabo António Pereira
24 Jan 62 Soldado João Guerreiro Gomes
09 Mar 62 † António Mário Monteiro dos Santos
31 Mar 62 1.º Cabo António Manuel Saraiva Romano
23 Abr 62 1.º Cabo Joaquim Rodrigues de Figueiredo
27 Abr 62 Tenente Álvaro Manuel Alves Cardoso
01 Mai 62 Soldado Armindo Dias Mendes
07 Mai 62 † Alferes Francisco João Fernandes Abreu
28 Mai 62 Furriel Carlos Alberto Ferreira de Oliveira
19 Jun 62 Soldado Alfredo Augusto Pires
14 Set 62 Capitão António José Pereira Calixto
14 Set 62 2.º Sargento João Alberto da Silva Ferreira
15 Set 62 Furriel Fernando da Conceição Nunes
15 Set 62 1.º Cabo José Alexandre de Castro Soares
15 Set 62 1.º Cabo Elisiário Guerreiro Candeias
15 Set 62 Soldado António Zeferino Carneiro
15 Set 62 Soldado Júlio Afonso Gonçalves
24 Set 62 Tenente Fernando António da Costa Cordeiro Gonçalves
05 Out 62 Capitão João Maria Alves Ribeiro
08 Out 62 Furriel Rui Rosa de Sá Nogueira

Revista da Cavalaria

08 Out 62	1.º Cabo José Silvino Martins da Rosa
08 Out 62	Soldado Sérgio da Silva Ribeiro
11 Out 62	Alferes Carlos Guilherme da Conceição Ribeiro
11 Out 62	Alferes (Infantaria) Armando Loureiro
11 Out 62	Soldado Manuel de Jesus Mendes
11 Out 62	Soldado José Júlio Amaro Zacarias
12 Out 62	1.º Cabo Joaquim Alexandre Monteiro Ferreira
12 Out 62	Soldado Florindo Duarte João
23 Out 62	Capitão Luís Manuel Bilstein de Menezes Luís de Sequeira
05 Nov 62	Furriel Eurico Manuel Couto de Oliveira e Silva
20 Nov 62	Tenente-médico António Luís Tomé da Rocha Ribeiro
20 Nov 62	Tenente-médico Horácio Salgado Rodrigues
03 Dez 62	† 2.º Sargento Américo dos Santos Marta
03 Dez 62	Soldado Amadeu Lopes de Almeida
04 Dez 62	Soldado Rufino da Silva Fonseca Ferreira
10 Dez 62	Capitão (Artilharia) Orlando Ventura de Mendonça
13 Dez 62	1.º Cabo João de Sousa e Cepa

6. Pelos Comandantes dos Esquadrões

07 Ago 61	Alferes José Manuel Júdice Pontes
07 Ago 61	Alferes-médico João Alves Pimenta
07 Ago 61	† 2.º Sargento Manuel de Sousa
07 Ago 61	Furriel António Maria Palhavã Rodrigues Pinto
07 Ago 61	1.º Cabo Martinho António Pavia Albano
07 Ago 61	Soldado João Pires Garcia
07 Ago 61	Soldado António Soares
07 Ago 61	Soldado João Alves Mota Marques
10 Ago 61	Alferes Ruben de Almeida Mendes Domingues
13 Ago 61	Alferes Victor António Agostinho Ribeiro
15 Ago 61	Soldado Francisco Ventura da Silva
20 Ago 61	Furriel Valdemar Isaías Cabaça Milho
20 Ago 61	Soldado Manuel Bonifácio Cabaça Milho
17 Set 61	Alferes-médico João Alves Pimenta
17 Set 61	Furriel António Maria Palhavã Rodrigues Pinto
17 Set 61	Furriel João José Biscaia Lopes Chambel
17 Set 61	1.º Cabo António Pereira de Almeida
03 Out 61	1.º Cabo Joaquim da Silva
16 Out 61	Furriel João Luiz Paula Morando de Penaguão
16 Out 61	1.º Cabo Pedro de Andrade Batista Neto
16 Out 61	Soldado Constantino Ferreira de Brito
16 Out 61	Soldado Agostinho Rodrigues da Silva
16 Out 61	Soldado António Manuel Rodrigues
16 Out 61	Soldado Duarte João Gonçalves Lima
16 Out 61	Soldado José Manuel Soares
20 Out 61	Alferes João António Branco Martins da Rosa Garoupa
30 Out 61	1.º Cabo Francisco Silvério da Cunha Carvalho

Revista da Cavalaria

01 Nov 61	1.º Cabo Florentino Ferreira Cardoso
01 Nov 61	1.º Cabo José Augusto Sabino
01 Nov 61	Soldado Felisberto Rosa Freitas Rato
01 Nov 61	† Soldado Joaquim Ferraz de Aguiar
01 Nov 61	Soldado Manuel Freire Rosa
13 Nov 61	Alferes José Manuel Júdice Pontes
13 Nov 61	2.º Sargento Avelino José Leitão
13 Nov 61	1.º Cabo Joaquim da Silva
13 Nov 61	1.º Cabo José Plácido Gomes Belo
13 Nov 61	Soldado Serafim Vaz Coelho Dias
05 Set 62	Alferes Rui Castro de Sena Pinheiro
05 Set 62	Alferes Carlos Alberto Estorninho Pedro Marçal
05 Set 62	Furriel Manuel António Pouca-Roupa Pina
05 Set 62	Furriel José Maria da Rocha Cardoso
21 Jan 62	Alferes António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho
21 Jan 62	Alferes Ruben de Almeida Mendes Domingues
12 Mar 62	1.º Cabo Martinho António Pavia Albano
12 Mar 62	1.º Cabo Armando Antunes Figueira
12 Mar 62	Soldado Carlos Victorino Monteiro
17 Mar 62	Alferes Ruben de Almeida Mendes Domingues
19 Mar 62	Alferes Luís Carlos Barreto da Câmara Leme
24 Mar 62	Soldado Alberto Augusto Veríssimo
03 Abr 62	Alferes Manuel Eugénio de Faria
03 Abr 62	Furriel Américo Soares da Costa Moutinho
03 Abr 62	1.º Cabo Manuel dos Prazeres Carvalho
03 Abr 62	Soldado Manuel Francisco Palma
03 Abr 62	Soldado Elisiário Afonso Revés
03 Abr 62	Soldado Francisco Louro Valente
03 Abr 62	Soldado Franklim Candeias Bárbara
03 Abr 62	Soldado António Casimiro Martins
20 Ago 62	Furriel Carlos Candeias Henriques
01 Set 62	Alferes José Cláudio de Campos Paixão
29 Set 62	1.º Cabo Elisiário Guerreiro Candeias
31 Dez 62	2.º Sargento José dos Santos Rosado Laço

1. PARA OUTROS QUADROS

a. Corpo de Generais

Brigadeiro Luiz Valentim Deslandes
Brigadeiro João Eduardo Gamarro Correia Barrento
Brigadeiro Manuel Ferreira Peixoto da Silva

b. Quadro dos Serviços Gerais do Exército

Alferes João António das Dores Salgado
Alferes Américo Alves Martins

c. Quadro de Amanuenses do Exército

2.º Sargento Carlos Rodrigues

2. PARA OUTRAS SITUAÇÕES

a. Reserva

Coronel (CEM) Augusto Casimiro Ferreira Gomes
Coronel (CEM) Manuel de Campos Costa
Coronel Fernando António Cerqueira da Silva Pais
Coronel Armando Mário Gonçalves Canelhas
Capitão Jorge Augusto de Barros e Vasconcellos Esteves

b. Reforma

Coronel Manuel Venâncio Deslandes
Capitão Salvador Catão Fernandes
Capitão Manuel da Assunção Figueiredo
Capitão Firme Baptista Lúcio da Silva
Capitão Jorge Filipe Coelho Ribeiro
Capitão Arthur Duarte Franco
Tenente José Francisco Magrassó e Silva
Tenente-Coronel Rui Pessoa de Amorim Melício
2.º Sargento Henrique José Afonso
2.º Sargento Manuel de Jesus Neves Mota

Revista da Cavalaria

VI — Abates às Fileizas

1. Passagem a outros Serviços do Estado

2.º Sargento José Jorge Teixeira

2. Baixas de Serviço

Capitão António Manuel Guerreiro Chaves Guimarães
2.º Sargento Joaquim Guilhermino Nunes de Albuquerque
2.º Sargento António Joaquim Marques

3. Necrologia

01 Jan	Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca
18 Jan	Tenente-Coronel Primo de Sá Pinto de Abreu Sottomayor
20 Jan	Aspirante-a-Oficial Armindo Duarte Bouceiro
03 Fev	Coronel Benjamin Luazes Monteiro Leite e Santos
09 Fev	Capitão Emídio Jacinto da Silva Coelho
10 Fev	Major Henrique José de Oliveira
21 Fev	Major Victor Manuel de Barros e Vasconcellos
22 Fev	Tenente-Coronel (CEM) Júlio de Abreu Campos
25 Abr	Tenente-Coronel Francisco Augusto Ribeiro
08 Jun	2.º Sargento Joaquim Pires
11 Jun	Capitão Manuel da Assunção Figueiredo
17 Jun	Alferes António de Oliveira
18 Jun	Capitão José Carlos Pinto Coelho Martins de Lima
17 Jul	2.º Sargento Aires de Mendonça Guedes de Paiva
18 Ago	Capitão José Maria da Costa
07 Set	Coronel Luiz Filipe Carneiro de Sousa e Faro
11 Dez	Furriel Fernando Bento Diogo



